

REPÚBLICA

ANO V | EDIÇÃO 23 | JANEIRO 2016

R\$49,90 | Exemplar de cortesia

Foto: Cesar Ogata

O pão compartilhado

Com a lei municipal a ser enviada pelo prefeito Fernando Haddad ao Legislativo, no início deste ano, São Paulo sai na frente e aposta na Economia Solidária

LICENÇAS ONLINE
Em Natal-RN, plataforma reduz o tempo de emissão de licenciamentos para 36 horas

PARQUES INDUSTRIAIS
Numa guinada de sucesso, Porto Feliz-SP e Itatiaia-RJ atraem milhões em investimentos e criam alternativas de trabalho e renda



EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NÃO HA DIFERENÇA, MAS TEM QUEM FAÇA!

TORNE-SE UM PARCEIRO CANTINA 360 E AUMENTE SEU NÍVEL DE BENEFÍCIOS AOS PAIS, PROPORCIONANDO NÃO SO EDUCAÇÃO, MAS SAUDE ALIMENTAR AOS SEUS ALUNOS.

Cantina 360 é uma ferramenta de gestão financeira e alimentar que possui uma proposta diferenciada. Chega ao mercado com o objetivo de fornecer aos pais o controle da alimentação nas cantinas escolares, reduzindo as chances de problemas de saúde ao longo da vida, decorrentes da alimentação inadequada ou mal controlada na infância.



WWW.CANTINA360.COM.BR
(11) 4249-2554 / 5504-1953
CONTATO@CANTINA360.COM.BR
AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 563
4º ANDAR - ITAIM BIBI - SP



Editorial

A vida continua

Ano Novo, tempo de colocar em prática sonhos ou projetos idealizados ontem, até então não realizados. Apesar das incertezas com este 2016, que se delineia difícil, com o País ainda tentando entender tragédias como a microcefalia que se alastra ou o desastre de Mariana-MG, ambas com consequências até agora inimagináveis, é tempo, sim, de arregaçar mangas, trabalhar muito, enfrentar os desafios e principalmente, “compartilhar o pão” em prol do bem comum, visando ao bem maior: a sustentabilidade da própria Nação.

É nesse sentido que nós, da revista República, esperamos colaborar com todas as Prefeituras, nos quatro cantos do Brasil. Apesar das sabidas dificuldades pelas quais passam hoje a esmagadora maioria delas, em nossas pesquisas pudemos constatar que projetos dos mais estimulantes, em variados segmentos, estão em plena expansão. Nascidos especialmente da criatividade dos seus idealizadores, alguns deles com baixos investimentos, outros deles com quase nenhum, a não ser a força de trabalho dos responsáveis pelo Executivo e pelas Pastas envolvidas, tais projetos são na grande maioria perfeitamente compartilháveis, já que independem de opções político-partidárias, bastando, só, inspiração e boa vontade.

Na área de educação, por exemplo. Em Terezina, capital do Piauí, o ensino de Libras (linguagem de sinais) agora é lei nas escolas municipais, enquanto em Curitiba, capital paranaense, foi instituído projeto que combate o bullying, ou seja, ações violentas nas escolas do município. Tem mais: em Salvador, capital baiana, ação da Prefeitura com universitários vem reduzindo a evasão escolar, enquanto em Itatiba do Sul, pequena cidade gaúcha, projeto educacional estimula a agricultura familiar. Já em Santo André, região metropolitana de São Paulo, conselheiros mirins participam de processo eleitoral e elegem representantes para discutir melhorias de infraestrutura e qualidade de vida nas escolas da cidade.

A edição traz muito mais. Ação na área de Saúde, em Vitória da Conquista, Bahia, já zerou a transmissão vertical do HIV - e espera repetir feito no combate à sífilis transmitida de mãe para filho -; Foz do Iguaçu, no Paraná, destaca-se pela gestão integrada no Turismo, e parques tecnológicos crescem em todo o País.

Enfim, é missão da Revista República mostrar em suas páginas o “Brasil que acontece”, com a expectativa que, cada vez mais, Prefeituras do País possam não só conhecer e espelhar projetos exitosos que possam ser implantados em suas próprias comunidades, como enviar os seus próprios para que a revista possa divulgar, o que, certamente, só trará benefícios e melhor qualidade de vida para os seus munícipes.

Feliz Ano Novo!

Donizete Fernandes
Publisher

6 a 9

Entrevista
Brasileiro agora vai
atrás de seus direitos

10 a 14

Economia
As muitas oportunidades
com os Parques industriais

15

Inclusão Social
Deficientes físicos
têm acesso ao mar

16 e 17

Desenv. Econômico
A nova cara das
Feiras Livres de Santos

18 e 19

Desenv. Econômico
Qualificação para novos
e atuais empreendedores

20 a 22

Desenv. Econômico
Licenças online
ajuda municípios

32 a 35

Gestão Pública
Uma cidade que dá
aula na gestão pública

36 a 39

Educação
Conselheiros Mirins
dão aula de cidadania

40 e 41

Educação
LIBRAS: linguagem
de sinais agora é lei

42 a 45

Educação
Por uma infância
mais saudável

46 e 47

Educação
Ensino à distância ainda
atrai poucos municípios

48 a 51

Educação
Cidade ganha nota 'A' e
é referência no ensino

52 e 53

Educação
'Dia de Ler' pode se
tornar ação mundial

54 a 59

Ciência e Tecnologia
Parques Tecnológicos
crescem em todo País

60 e 61

Prêmios
Prêmio Sebrae contempla
iniciativas consolidadas

62 a 65

Prêmios
'Boas Práticas' promove
a transparência pública

88 a 91

Patrimônio nacional
Cidade tombada agora
'volta aos trilhos'

66 a 69

Prêmios
Prêmio Gestor Público
reconhece bons projetos

70 a 75

Tecnologia
Tecnologia aprimora
cobrança de débitos

76 e 77

Comportamento
Ação combate bullying
em escolas municipais

78 a 81

Meio Ambiente
Projeto tem parceria
de 29 municípios

94 a 97

Turismo/Gestão Integrada
Na área, o triunfo
da boa parceria

82 a 87

Meio Ambiente
Um desafio chamado
sustentabilidade

24 a 31

Desenv. Econômico
Economia solidária já
vem rendendo frutos

92 e 93

Saúde
Ação vai combater
a sífilis congênita

Publisher
• Donizete Fernandes

Edição
• Sheila Colombo Mtb 10.787/SP

Colaboradores
• Felipe Martins - Mtb 62.006/SP
• Fernanda Betoncini - Mtb 57.571/SP
• Gil Luiz Mendes - Mtb 4672/PE
• Marianna Fanti - Mtb. 55.401/SP
• Robson Gisoldi
• Veneza Macauba
• Viviane Raymundi - Mtb 22.149/SP

Fotos
• Mario Cortivo

Revisão
• Professor Isaias Gomes de Lima

Projeto Gráfico e Capa
• Michelle Monteiro
(RP8 Comunicação)

Tratamento de Imagens
• RP8 Comunicação

Diagramação
• Evelyn Domingues - Mtb 48.250

Gerente Comercial
• Maysa Calmona

Comercial
• Erica Alves

Projetos Especiais
• Débora Sartori

Diretor Financeiro
• Doan Oliveira

Revista
REPÚBLICA

CONTATOS:
Fone (11) 4438-7329
contato@revistarepublica.com.br
redacao@revistarepublica.com.br

REVISTA REPÚBLICA
é uma publicação da RP8
Comunicação, Publicidade
e Marketing

ENDEREÇO:
Rua Antônio Cardoso Franco, 517- A
Santo André - SP - CEP 09015-530

IMPRESSÃO
COAN GRÁFICA
Av. Tancredo Neves, 300
Tubarão - Santa Catarina - Brasil
CEP 88704-700

TIRAGEM
10.000 exemplares

AUDITADA POR



ATIVA - Serviços Empresariais S/S Ltda

Maurício Vargas: “neste tempo em que vivemos, a tecnologia é a voz do povo”

• Robson Gisoldi

Fundador e presidente do Portal Reclame Aqui, em operação desde 2001, e recebendo diariamente cerca de 500 mil consultas de consumidores que querem saber mais sobre a reputação das empresas, Maurício Vargas fala à Revista República sobre os desafios e oportunidades que o avanço tecnológico oferece à relação entre cidadãos e órgãos públicos. Sua empresa, que agora também abre espaço para reclamações destinadas a serviços públicos ineficientes, busca quebrar paradigmas burocráticos e orientar as prefeituras e demais órgãos públicos sobre como lidar com esse novo momento, em que o cidadão “coloca a boca no mundo”, quando se sente insatisfeito.

Revista República - Como surgiu a sua ideia pessoal de dar voz às pessoas por meio da internet?

Maurício Vargas - O Reclame Aqui nasceu em uma era onde a internet era algo muito novo, os internautas ainda estavam aprendendo qual era o verdadeiro potencial da rede. Em abril de 2001, eu tive um problema com uma companhia aérea que acarretou na perda de uma oportunidade de negócios. Até hoje lembro o que senti na época: eu não queria nenhum atendimento preferencial, só queria ser bem atendido e tratado com respeito. É o que todos queremos, certo? Como um estalo, veio a ideia. Abri o site para expor o meu problema, tanto para que outros consumidores pudessem ver o que aconteceu comigo, quanto para que eles também pudessem reclamar. Depois disso, quase 15 anos se passaram e hoje o site recebe 30 mil reclamações por dia, de consumidores atrás de uma solução para os seus problemas.

O Reclame Aqui é um portal tradicional no País, que começou estritamente no setor privado. Quando o senhor percebeu que haveria espaço para estender o sistema para o cidadão comum, que busca melhores serviços públicos?

A ideia do Reclame Aqui – Serviços Públicos vem de longa data. Assim como todos nós somos consumidores, todos somos cidadãos. No decorrer dos anos tentamos alguns formatos e engajamentos diferentes, até que no

começo de 2015 lançamos o conceito atual que todos cidadãos podem acessar por meio do <http://cidadao.reclamaqui.com.br> Quem é que nunca passou por uma rua esburacada, uma rua com iluminação precária ou conhece alguém que teve um problema com o sistema público de saúde? Todos somos cidadãos o tempo todo. Isso é algo que acontece como parte vital do nosso dia a dia, por mais que alguns tentem se isentar dessas causas, eventualmente acabamos nos deparando com algum problema relacionado ao meio em que vivemos e temos que fazer parte disso. A sociedade é um organismo vivo e nós somos parte integral dela.

O cidadão hoje reclama mais?

Gosto sempre de fazer o paralelo cidadão – consumidor. O brasileiro não quer mais ser o agente passivo da relação, seja ela de consumo ou cidadania. Ele vai atrás dos seus direitos e caso as coisas não saiam conforme o esperado, ele coloca a boca no mundo. Com o Reclame Aqui e as redes sociais nas mãos, as empresas e órgãos públicos devem ficar cada vez mais atentos para atender esse público.

Fala-se muito dos consumidores 2.0, 3.0... Cada vez com novos conceitos. O cidadão também passa por uma evolução de personalidade?

No ramo em que trabalhamos é muito comum ouvirmos cada vez mais esses novos conceitos. Não encontramos um 4.0 ainda, mas não duvido que logo apareça um [risos]. Independente da numeração dada ao consumidor ou para o cidadão, a premissa é bem simples: os dois estão em constante evolução. Como eu falei antes, acabou a passividade. Os protestos constantes, que nasceram naquele “Vem pra rua”, de 2013, são a prova viva e duradoura de que o cidadão não vai se calar para qualquer decisão tomada pelos governantes. Muitos acreditaram que os protestos de dois anos atrás seriam “um fogo de palha” e hoje, dois anos depois, vemos que a mobilização social apenas se solidificou. Conheço pessoas que na época não saíram para as ruas e hoje em dia são ativistas ferrenhos. É a sociedade evoluindo. ▶



Qual o perfil das reclamações relacionadas aos órgãos públicos que geralmente ganham mais repercussão no Portal?

Tomando São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo, como amostragem, podemos ver alguns campeões no ranking dos motivos mais reclamados. Trânsito, saúde, atendimento/SAC e educação são os principais motivos dados pelos cidadãos reclamantes.

É possível traçar números para exemplificar o avanço das reclamações sobre serviços públicos?

Falar de números ainda é complicado, já que estamos no nosso primeiro ano ativo com o projeto, mas posso dizer com certeza que ele nos surpreendeu positivamente e é algo que esperamos que um dia vire um serviço tão acessado pelos cidadãos quanto é pelos consumidores e tão atendido pelos gestores públicos quanto é pelas empresas.

O Brasil sofre há anos com o atraso educacional. O senhor percebe no portal se as pessoas entenderam a proposta de forma clara?

Independentemente de qualquer atraso educacional que haja no Brasil, que é inegável, algo que é inerente para todos nós, brasileiros, é que cansamos de sermos deixados para trás. É claro, existem algumas regiões sem internet, de difícil acesso, mas que nós almejamos alcançar um dia, nem que seja de forma física, para fazer parte do aprendizado e da instrução dessa parcela da população.

A tecnologia é o melhor caminho para gerar transparência e combater a corrupção?

Neste tempo em que vivemos, a tecnologia é a voz do povo. Ele vai para as ruas, ele protesta, ele faz ocupações, mas se reúne na internet. É na internet que o cidadão do Pará fica sabendo de um abuso policial que possa ter acontecido em São Paulo ou que o Brasil compartilha as fotos e se mobiliza pela tragédia de Mariana/MG. Na internet conseguimos conhecimento e conhecimento é poder. Temos que lembrar também que a internet é apenas um facilitador, quem combate a corrupção é o voto do cidadão, é a sua voz em todos os lugares.

Na sua visão, a Lei de Acesso à Informação e os Portais Transparência contribuíram para fiscalizar os governos?

Quanto mais canais o cidadão tiver para fiscalizar o governo do seu estado e os seus governantes, melhor. Isso não é algo que tínhamos no passado, por exemplo, em uma era sem internet. Sempre existem aqueles mais extremistas; mas, se usada com sabedoria, a internet pode nos levar mais longe do que imaginamos. Não ela em si, mas a potência que ela dá para as nossas opiniões!

Como o senhor avalia a relação entre a reclamação do cidadão comum via portais, com a conduta da imprensa brasileira hoje? Vivemos uma época de transformações nesse quesito?

A imprensa nos procura bastante, procurando personagens para as suas matérias, inclusive no Reclame Aqui – Serviços Públicos e nós ainda recebemos muitos e-mails de consumidores e cidadãos que também acabam copiando veículos da imprensa nesses e-mails com denúncias. É o que eu mencionei anteriormente, com a internet. Onde o consumidor vê um campo em branco, ele vai atrás de fazer a sua voz ser ouvida.

Infelizmente, no Brasil ainda temos prefeituras que funcionam quase sem acesso à tecnologia. Isso gera que tipo de problemas ao Reclame Aqui?

Nós temos alguns planos de levar a informação mesmo para lugares que não tenham acesso à tecnologia, no futuro. É claro, se a prefeitura não tem acesso, não consegue acessar o nosso site, mas nós não desejamos que as dificuldades físicas sejam impedimentos para que cidadãos e prefeituras consigam exercer os seus deveres e direitos, o que deve acontecer de qualquer forma.

Qual o cenário que o senhor observa das administrações públicas brasileiras, no que tange os serviços de atendimento ao cidadão?

Muita coisa tem que mudar. Existe uma burocratização muito grande, que parece ser inerente aos órgãos e gestores públicos, que às vezes parece existir apenas para criar barreiras para os cidadãos. Pela nossa experiência no setor privado, acreditamos fortemente que uma transição de um sistema desburocratizado para um sistema mais aberto, onde existe o diálogo entre seres humanos, no lugar de sistemas, não só é possível, como é crucial em todo relacionamento do tipo.

As prefeituras estão levando mais a sério as reclamações realizadas em plataformas tecnológicas?

Pelo nosso recente trabalho, podemos afirmar que sim! A aderência das prefeituras e órgãos públicos tem sido bem melhor, proporcionalmente, do que das empresas nos primeiros anos do Reclame Aqui, no setor privado. Com tantos cases de prefeituras com ações excepcionais nas redes sociais, por exemplo, seria uma grande contramão ignorar as plataformas digitais.

O índice de solução de problemas (isso relacionado a órgãos públicos) vem aumentando?

Com a crescente adesão, temos testemunhado uma grande crescente no índice de solução de problemas, claro, ainda em passos de formiga, mas acreditamos na grande mudança do setor público brasileiro.

Existe uma meta gerencial para esse quesito?

Ano que vem, com mais um ano de eleições vindo por aí, com a população indo para as ruas, exigindo os seus direitos, com a mobilização social do brasileiro na internet, eu acredito que temos uma grande oportunidade de fazer a diferença, e mais do que isso, fazer história.

No que o senhor acredita que pode contribuir para a evolução digital nas prefeituras do País?



FOTO: DIVULGAÇÃO RECLAMEAQUI

Da mesma forma que o Reclame Aqui contribuiu na revolução do atendimento brasileiro, da transformação nas relações de consumo, acredito que possamos contribuir ativamente para trazer a nossa expertise para o digital das prefeituras também e trazer a mudança para os processos burocráticos, que já estão entranhados no alicerce político brasileiro.

O Reclame Aqui está aberto para dialogar com os prefeitos e orientá-los sobre os novos processos de atendimento ao cidadão?

Claro! Muitas prefeituras e órgãos já vieram conversar com a gente e procurar abrir o diálogo, como a própria Prefeitura de São Paulo. Temos funcionários concentrados justamente para orientar as prefeituras neste tipo de esclarecimento e voltados para dar atenção aos órgãos públicos. Além disso, temos um trabalho de treinamento que damos dentro das prefeituras, apresentando as nossas ideias de como melhorar os processos de atendimento ao cidadão.

Existe alguma cidade que é considerada exemplo, na sua opinião, no atendimento de demandas dos cidadãos?

Gosto muito do trabalho realizado por algumas prefeituras nas redes sociais, que vão na contramão do que todas as outras prefeituras têm feito, assim como a de Curitiba e todas as outras prefeituras que vieram a seguir. São trabalhos que engajam, atendem às demandas do cidadão, mas ao mesmo tempo não perdem o bom humor e a humanização.

O Reclame Aqui já fez parcerias com municípios brasileiros?

Como mencionei anteriormente, muitas prefeituras já vieram atrás da gente para entender a proposta do site, como atender e acima de tudo como atender melhor. Nessa lista, além de prefeituras, temos as PMs de alguns estados e outros órgãos já interessados e atentos às novas demandas do novo cidadão.

O senhor sabe como as organizações públicas de fora do País estão se portando frente às reclamações virtuais? O cenário é melhor do que o brasileiro?

Cada país tem a sua peculiaridade, portanto é muito complicado a gente comparar algo que acontece no Brasil, com algo que acontece nos Estados Unidos, por exemplo, onde a relação política, desde o voto, é completamente diferente da que temos por aqui. Acho que temos que abandonar a síndrome do patinho feio, de que tudo no nosso País é melhor ou pior do que nos outros, e tentar começar a mudança dentro das nossas vidas e dos outros ao nosso redor.

Por fim, que dica o senhor dá ao prefeito que pretende estreitar a relação com seu município. Dá para abrir mão da tecnologia?

A minha dica para os prefeitos e para os gestores públicos no geral é do investimento na verdadeira mudança. Não basta se propor a mudar e acabar fazendo as coisas pela metade. É necessário desconstruir toda aquela burocracia que já existe, todos aqueles processos, desmembrar tudo e ver quais são os processos que valem a pena e quais são os processos que podem ser jogados no lixo para beneficiar o cidadão, independentemente de qualquer tecnologia envolvida no meio do caminho. Mais do que a tecnologia, a palavra de ordem é MUDANÇA. ■

Bolas da vez

Em menos de 10 anos, Porto Feliz e Itatiaia, municípios de São Paulo e Rio de Janeiro dão uma guinada atraindo milhões em investimentos e criando novos postos de trabalho, com seus importantes parques industriais

• Fernanda Bertoncini
e Marianna Fanti

O bom desempenho na formação de um significativo polo industrial, no entanto, está associado à gama de serviços e infraestrutura oferecidos por Porto Feliz, com acesso às principais rodovias do Estado, aeroporto e ao Porto de Santos, facilidades que foram trabalhadas com mais afinco desde 2011, quando a cidade passou a contar com a assessoria da Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade ligada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Social e Urbanismo, Célio Peixoto dos Santos, a parceria com a agência foi a porta de entrada para empresas que escolheram o município para se instalar ou expandir seus empreendimentos. “Com a interface de negociação conduzida pela Investe SP, conseguimos trazer a Cooper Power Systems do Brasil, com um investimento agressivo de US\$ 70 milhões, com a geração de 150 empregos diretos e mais 250 indiretos”, calcula.

Além da boa localização geográfica, Porto Feliz desponta na preferência de outras importantes companhias, pela rapidez na emissão de documentos e pacote de incentivo fiscal. Peixoto afirma que em cinco dias é possível conseguir o alvará de viabilidade, a manifestação ambiental e a certidão de uso do solo, ao passo que nos outros

municípios da região metropolitana de Sorocaba o prazo médio é de 35 dias.

Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Social e Urbanismo, em seis anos o município atraiu R\$ 3 bilhões em investimentos, respaldados na diversificação da economia regional. No mesmo período, o PIB - Produto Interno Bruto municipal avançou 102%, com alta de 92% no segmento de Agronegócio e 91,5% em Comércio e Serviços, saltando de uma multinacional instalada para 13, neste ano.

POLO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO

Em 2014, o grupo japonês TPR, fabricante de camisas de cilindros para motores, se instalou em Porto Feliz por intermédio da Investe SP e somou, desde então, mais de R\$ 100 milhões em investimentos, com impacto na geração de 150 empregos diretos.

A Toyota, em mais um desfecho positivo entre a interface criada pela Investe SP e poder público, expandiu suas unidades industriais na região e anunciou, para o primeiro semestre de 2016, a inauguração de uma unidade no município. Com investimento de R\$ 1,2 bilhão e a criação de 700 vagas diretas e 2.100 indiretas, a nova fábrica responderá pela produção dos motores 1.3L e 1.5L do compacto Etios.

Adicionalmente, a cidade oferece ao empreendedor lei

de incentivo fiscal com a isenção de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, por 10 anos. “Conseguimos estabelecer um tempo de resposta muito rápido quando recebemos uma carta consulta da Investe SP, a respeito de um potencial investidor. Em uma semana repassamos as informações solicitadas, que dão conta da área de interesse, localização, infraestrutura, entre outras. Temos uma procura mensal média de duas empresas, via agência”, contabiliza o secretário municipal.

Porto Feliz colhe os frutos da atração de investimentos e aposta na Educação, com foco em qualificação profissional para fomentar novos negócios. O reflexo imediato pode ser notado na oferta de vagas no SENAI, para aprendizagem industrial e cursos técnicos. Em 2011 havia 800 alunos matriculados. Hoje, esse número mais que dobrou e soma, agora, 1.700 estudantes. Há, ainda, a ETEC Paula Souza, que recebe apoio integral da iniciativa privada e conta com quatro cursos. “Investimos R\$ 700 mil em laboratórios de usinagem, hidráulica e pneumática, porque sabemos que, para sermos atrativos à indústria, temos que dispor de mão de obra especializada”, explica Peixoto.

Mesmo em período de recessão econômica, a cidade não sofreu grande baixa em postos de trabalho industriais, com retração de 285 vagas neste ano. ▶



Seiichi Sudo, vice-presidente executivo da Toyota Motor Corporation e Geraldo Alckmin

FOTO: DIOGO MOREIRA

AOS OLHOS DA INVESTE SP

Os números conquistados por Porto Feliz são tratados como um exemplo de experiência bem-sucedida pela Investe São Paulo - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, empresa de direito privado, sem fins lucrativos, ligada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Conforme o diretor da agência, Sérgio Costa, outras 63 prefeituras paulistas já efetivaram convênio com a empresa, fomentando investimentos em negócios público-privados. Ele também considerou que requisitos como boa gestão pública, distrito industrial e conectividade com outros municípios são diferenças que influenciam a escolha das companhias. "Porto Feliz, além de possuir localização estratégica, próxima da capital, com fácil acesso às principais rodovias, aeroporto e ao Porto de Santos, consolida um ótimo ambiente de negócios, com infraestrutura e qualificação profissional, atrativos determinantes para a escolha das empresas que buscam se instalar ou expandir sua atuação no Estado de São Paulo", classifica Sérgio Costa.

Segundo a agência, a intercessão da Investe SP no processo de aproximação de empresas e administrações públicas possibilitou que as indústrias passassem a conhecer opções de municípios no Estado de São Paulo, em totais condições de acomodá-las, evitando assim a fuga de investimento para outros estados ou países. "Os investidores veem no interior de São Paulo, cidades com qualidade de vida, educação, lazer, boa rede hoteleira. Quando diagnosticamos as necessidades técnicas para a instalação de determinada indústria,

cruzamos os dados cadastrados pelas prefeituras dos 645 municípios do Estado e fazemos a seleção daqueles que atendem aos requisitos. A escolha final, no entanto, é sempre da empresa, baseada em critérios como pacote de incentivos, percepção da visita monitorada que fazemos às cidades escolhidas, além da aproximação e empatia entre investidores e prefeitos", considera Costa.

Para que a aproximação seja cada vez mais efetiva, a Investe SP realiza assessoria gratuita em segmentos como meio ambiente, tributário e de infraestrutura. "As portas estão sempre abertas para receber os municípios. Temos diversas ações de capacitação, com treinamento para os gestores públicos, a fim de instruí-los em como montar um site com as informações necessárias para atrair empresas: dados sobre escolas, faculdades, hospitais, lazer, fornecedores, entre outros, além de criar um corpo técnico qualificado, capaz de atender aos investidores em potencial", aposta.

A agência enxerga a parceria com os municípios como um braço a mais para atrair e manter investimentos em São Paulo, a partir de um circuito que encurta distâncias e faz a ponte entre empresas e várias esferas administrativas. Estão ainda entre as atribuições da Investe SP prospectar novos negócios, receber delegações estrangeiras e promover a imagem de São Paulo, no Brasil e no exterior, como principal destino de empresas, na América Latina. Em 2015, a agência recebeu novas e importantes atribuições: o incentivo às exportações dos produtos paulistas, o gerenciamento de parques tecnológicos e o apoio às pequenas e médias empresas.

Serviços prestados

- O Apoio aos potenciais investidores em sua interlocução com órgãos públicos, com o objetivo de facilitar o processo de tomada de decisão e de implantação de novos empreendimentos. Solicite seu atendimento.
- Apoio ao empreendedor para que ele identifique os melhores locais do Estado para investir, de acordo com as necessidades de sua atividade: mão de obra, infraestrutura, logística, disponibilidade de fornecedores, mercado consumidor, meio ambiente, entre outros fatores.
- Fornecimento de informações pontuais e estratégicas sobre as melhores condições para se investir no Estado de São Paulo.
- Incentivo às exportações dos produtores paulistas, capacitação dos potenciais exportadores, auxiliando também na interlocução com órgãos públicos, associações nacionais e internacionais e iniciativa privada.
- Articulação com entidades públicas e privadas relevantes para o processo de atração de investimentos e exportação:
 - Instituições públicas nos níveis estadual, municipal, federal e internacional;
 - Instituições privadas, como concessionárias de serviços públicos, associações empresariais, entre outras.
- Articulação com os municípios visando:
 - Identificar oportunidades para atração de novos investimentos;
 - Apoiar os municípios na atração de empresas;
 - Identificar entraves à competitividade e propor medidas para superá-los.
 - Dar suporte e capacitação às empresas na exportação de seus produtos, facilitando questões relativas à logística, atendimento aos padrões internacionais, infraestrutura e também dando auxílio na busca por mercados promissores.
- Apoio também a pequenas e médias empresas, tanto na instalação de novos empreendimentos como na promoção de exportação da produção.
- Gerenciar parques tecnológicos, promovendo inovação, ciência e tecnologia e incentivando parcerias entre a iniciativa privada e os centros de conhecimento.

SAIBA MAIS:
www.investe.sp.gov.br

Criatividade muda a história de Itatiaia

Estrategicamente posicionada entre duas das maiores capitais do País – São Paulo e Rio de Janeiro -, Itatiaia, localizada no estado fluminense, tornou-se conhecida pelo turismo ecológico e por acolher o belíssimo Parque Nacional de Itatiaia, ótimo destino para os apaixonados por montanhas - perfeitas para a prática de escalada -, com florestas úmidas, cachoeiras, e onde se localiza ainda a Usina Hidrelétrica do Funil, pertencente à estatal Furnas Centrais Elétricas.

Mas, literalmente, nem tudo eram flores para este pequeno município, com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes. A estância turística vinha sofrendo há alguns anos com os efeitos do enfraquecimento e desaceleração econômica do município, tido até então como cidade-dormitório, pois, a maior parte de seus habitantes procurava emprego nas cidades vizinhas e sobrevivendo, majoritariamente, do turismo.

Fruto da ausência de recurso próprio, foi devido à criatividade do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Denilson Sampaio, que esta charmosa cidade ganhou nova vida, por meio do projeto Prodemi - Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Itatiaia. ▶

Com uma dívida acima de R\$ 40 milhões e nenhuma empresa, o município encontrava-se sem perspectiva de receita, quanto mais investimentos em infraestrutura. “Tivemos que ser criativos e criar uma lei que atraísse investidores”, conta o secretário, que formatou a lei nº 18, criada em 2009, que determina incentivos e isenções fiscais vantajosas às empresas que quiserem se fixar na cidade. § “(...) destinado a fomentar o desenvolvimento econômico e social, mediante a concessão de incentivos fiscais a empresas interessadas em se instalar no município de Itatiaia, ou para as que já instaladas, desde que em projetos de expansão de suas atividades, com geração incremental de novos postos de trabalho”.

A medida funcionou como mola propulsora da economia local e o resultado, quase que imediato, atraiu ao longo desses sete anos mais de 32 empresas – de pequeno, médio e grande porte, entre elas P&G - Procter & Gamble, Michelin, IBR-LAM, Jaguar/Land Rover, Hyundai, Paranapanema, entre outras. Atualmente, Itatiaia abre suas portas para empresas satélites – prestadoras de serviço - da Hyundai e Jaguar, além de estabelecer tratativas com outras 14 empresas dos ramos alimentício, bebida e cosmético.

Toda essa reformulação impactou em diversos setores da economia local, por meio da geração de empregos – foram criadas cerca de seis mil vagas entre postos de trabalho diretos e indiretos -; fomento ao Terceiro Setor, por meio da ativação do comércio; significativa valorização imobiliária; estímulo ao setor turístico, ainda mais aquecido com a intensa movimentação em hotéis e comércio local, além do salto no orçamento anual, que quadruplicou nesses sete anos, passando de R\$ 48 milhões em 2008, para R\$ 164 milhões, em 2015. Com essa receita foi possível realizar melhorias no município nas áreas de Saúde, Educação e Transporte - envolvendo a conclusão das obras do Intermodal (sistema de transporte ferroviário) inaugurado no final do ano passado, com capacidade para 4.700 containeres/mês, começando suas operações com 1.200.

A SACADA

A primeira medida adotada por Denilson foi pensar na lógica que atrai as empresas, que por sua vez buscam formas de incentivo fiscal, normalmente realizado por meio da isenção de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

FOTO: AECOM/PMI



Denilson Sampaio, secretário de Desenvolvimento Econômico de Itatiaia

e Serviços, IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ou concessão de áreas. “Como não tínhamos condições financeiras para realizar desapropriações, a fim de conceder áreas a essas fábricas, criamos uma lei municipal que prevê a isenção fiscal e incentivo para atraí-las”, revela o secretário.

O governo do estado do Rio de Janeiro divide entre os 92 municípios a arrecadação obtida com o ICMS, e um dos critérios para o valor desse repasse é a capacidade de atração de novos investimentos da cidade. Logo, a chegada de indústrias aumentou a arrecadação de imposto de Itatiaia, e esse valor adicional foi repassado para as empresas como forma de incentivo para sua vinda. “Nossa ideia é devolver essa porcentagem - que varia de 50 a 75% - para as empresas, ao longo de dez anos”.

PERFIL DA CIDADE

A cidade com perfil predominantemente turístico e que até 2009 - segundo pesquisa realizada pela Prefeitura - apontava o turismo seguido da Prefeitura como principal forma de empregabilidade -, mudou sua característica de cidade dormitório. Hoje, as empresas aparecem no topo dessa lista como principais empregadoras não só dos munícipes de Itatiaia, como das cidades vizinhas. Com o crescimento da empregabilidade, a população também recobrou suas esperanças. Porém, o gestor deixa claro que o município permanecerá como cidade turística. “A vinda das empresas aqueceu o turismo, e a tendência é aquecer ainda mais; além do mais, temos dois projetos de hotel de grande porte chegando ao município”.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Cercada de muito verde, e nacionalmente reconhecida pela existência do Parque Nacional, a preservação ambiental figura em primeiro lugar em meio a todo esse processo de industrialização. “Todas as empresas foram bem avaliadas antes de sua vinda para a cidade, justamente por conta da nossa preocupação com relação à poluição ambiental. Todas foram licenciadas pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente e fazem compensação ambiental; por exemplo, cada máquina produzida pela Hyundai equivale a uma árvore plantada. Ainda podemos citar o exemplo da Jaguar, que plantou recentemente duas mil mudas no entorno da fábrica”, completa. ■



FOTO: DANILO ALMEIDA/PMGP

ACESSO AO MAR

Prefeitura de Praia Grande implementa equipamentos na praia para que pessoas com deficiência tenham momentos de lazer

• Felipe Martins

Pessoas com deficiência também têm acesso ao lazer em Praia Grande, litoral sul de São Paulo. Implementado em 2010 pela prefeitura da cidade, em parceria com a Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Programa Praia Acessível é uma iniciativa que oferece equipamentos para auxiliá-las na praia e no banho de mar, com segurança.

Na cidade são dez cadeiras feitas com um tipo de pneu especial, que permite superar a dificuldade de locomoção na areia e também não afundam na água. Os equipamentos são fornecidos gratuitamente aos sábados, domingos e feriados.

A recepção do público foi muito positiva. Segundo a prefeitura de Praia Grande, nos dez primeiros meses de 2015 foram realizados mais de 200 atendimentos, sendo 84 mulheres e 78 homens. Mais de 60% dessas pessoas possuem mais de 18 anos, são portadoras de deficiências física ou motora e, ainda, estão visitando a cidade.

Segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE são 20.311 homens e 26.824 mulheres com algum tipo de deficiência em Praia Grande, para uma população total de 299.261 habitantes. A prefeitura da cidade arca apenas com os custos dos salários dos servidores envolvidos, materiais de escritório, consumo de água e de luz e manutenção. “Caso outra cidade tenha interesse no programa deverá entrar em contato com a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência para, em caso de aprovação, ser formalizado um termo de convênio entre as partes”, afirma Sérgio Pontes, secretário-executivo da Secretaria de Esportes e Lazer de Praia Grande. ■

Como participar
Quem quiser fazer parte do Programa Praia Acessível, basta comparecer ao quiosque instalado na praia do Bairro Guilhermina, na Avenida Presidente Castelo Branco, esquina com a Rua Leblon. No local estão de prontidão um professor, um auxiliar de enfermagem e um estagiário administrativo para ajudar.

Santos dá nova 'cara' a feiras-livres

Inspirado nas feiras modelos de Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul, o projeto santista, com início previsto para 2016, prevê mais segurança, nova padronização visual de barracas e programas de qualificação dos permissionários e funcionários

• Robson Gisoldi

Quem não se lembra de acordar pela manhã e querer tomar aquele caldo de cana gelado, mais conhecido como 'garapa', acompanhado de um saboroso pastel de carne, quente e fumegante, que só melhora ao se adicionar um bom molho de vinagrete ou uma bela pimenta 'das bravas', como se diz por aí? Tudo isso ao som de estridentes gritos como: "Banana, um real"; "Laranja fresquinha do sítio"; "Mulher bonita não paga, mas também não leva". Esse é o cenário das chamadas feiras-livres, locais que representam um dos primórdios do comércio varejista, levando produtos frescos de diferentes regiões do País aos bairros mais distantes.

Entendendo que se trata de um espaço de cultura popular brasileira, que fez parte da infância da maioria das pessoas e foi fortemente afetado pela concorrência das grandes redes supermercadistas, a Prefeitura de Santos, localizada no Litoral Sul de São Paulo, acaba de instituir o Inova Feira (Programa de Modernização, Padronização e Planejamento do Sistema de Feiras-Livres do Município), que prevê uma mudança significativa na padronização visual, segurança e qualificação das 245 barracas em operação na cidade.

Segundo a assessoria de

imprensa do Município, a iniciativa prevê a presença da Guarda Municipal, atividades culturais como exposição de artes e campanhas educativas, tornando as feiras mais atrativas e não apenas um local para compras. "Os feirantes também irão receber qualificação profissional (em parceria com a iniciativa privada) e com isso poderão oferecer melhor atendimento à população", destaca o chefe da seção de Fiscalização de Feiras Livres do Departamento de Fiscalização Empresarial e Atividades Viárias - Defemp, ligado à Secretaria de Finanças - Sefin da cidade, Gildo Andrade.

A cidade conta com 25 feiras-livres e a proposta, que foi elaborada em conjunto com representantes dos feirantes, foi aprovada pela Câmara em 15 de outubro de 2015. Entre as novidades está a publicidade nas barracas, cujos recursos obtidos deverão ser destinados prioritariamente para a aquisição de mobiliários e equipamentos, como novas lonas, balanças e uniformes, entre outros itens. Em caso de descumprimentos, estarão sujeitos a advertência, multa de R\$ 500,00 (aplicada em dobro em caso de reincidência) e até a cassação da licença. Os feirantes terão prazo de 12 meses para se adequarem à nova legislação.

EVOLUÇÃO

De acordo com Andrade, o processo pode ser considerado uma evolução nas feiras da cidade. "Infelizmente, todos sofreram com o advento dos hipermercados, assim foram as feiras-livres, em todo o País. Com esse programa, a prefeitura de Santos, com o apoio da iniciativa privada, estará ajudando os feirantes a mudar a real situação", explica.

O representante argumenta que a ideia do projeto surgiu das chamadas feiras-modelo de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Na cidade existem atualmente 38 exemplos desse porte, divididos em sete grupos, que vendem hortigranjeiros, carnes, derivados de leite, frios e embutidos. A Prefeitura local, por meio da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - Smic coordena e incentiva sua qualificação. Participam das feiras, produtores rurais e comerciantes aprovados em processo de seleção pública e as exigências variam conforme o ramo, em função das características dos produtos vendidos. "Nos espelhamos em Porto Alegre, local em que a feira-livre, além de moderna, não é apenas um ponto comercial onde você poderá comprar frutas e legumes. É também um ponto cultural e turístico", argumenta Andrade.

"A expectativa é que isso vá para frente o mais rápido possível, porque vai ajudar a gente 100%", disse o presidente do Sindicato dos Feirantes de Santos, Daniel Valente. Já o feirante Edmilson Santos destaca a criação de atividades de saúde, devido ao grande número de clientes idosos, e a possibilidade de anúncios publicitários nas barracas. "Tudo isso vai ser

melhor para a feira ser um ponto turístico mais forte", avalia.

Dentre outras mudanças previstas, a iniciativa santista prevê a melhora da infraestrutura necessária para a realização das feiras, com prioridade para o abastecimento de água e energia elétrica e dos sistemas necessários para distribuição, utilização e medição de consumo. Os gastos com consumo de água e energia serão individualizados e pagos pelos permissionários beneficiados. O projeto contempla, ainda, instalações sanitárias móveis; demarcação dos locais e dos espaços utilizados pelas barracas, mobiliário para sinalização do trânsito e interdição dos pontos utilizados.

Outro ponto destacado é a formação profissional com relação às boas práticas comerciais e técnicas de venda, além de capacitações em manipulação de alimentos, normas de higiene e posturas municipais e cursos de aperfeiçoamento do atendimento aos clientes e turistas. Quanto à publicidade, os feirantes poderão veicular publicidade institucional e empresarial nas barracas, desde que tenham as suas permissões, diretrizes e padrões de uso regularizados de acordo com a legislação vigente. Por meio dos órgãos competentes, a Prefeitura receberá, analisará e aprovará os projetos publicitários. A receita auferida pelo permissionário com a veiculação das mensagens deverá ser destinada, prioritariamente, à aquisição de mobiliário e equipamentos definidos pela iniciativa, tais como bancas, coberturas em lona, balanças, câmaras frigoríficas, coletores de resíduos, uniformes e outros que se fizerem necessários.



FOTO: RAIMUNDO ROSA/PMS



FOTOS: MARCELO MARTINS/PMS

DO PROJETO À REALIDADE

A modernização das feiras-livres da cidade era uma antiga solicitação dos feirantes. Segundo a assessoria de imprensa de Santos, por meio do Departamento de Fiscalização Empresarial e Atividades Viárias - Defemp começaram a ser organizadas reuniões com o Sindicato dos Feirantes, Agentes da Saúde, Ouvidoria e Procuradoria, entre outros. "Montamos uma Comissão de Trabalho unindo sindicato, Ouvidoria, Saúde, Comunicação, Finanças e, por fim, Executivo e Legislativo", detalha Gildo Andrade.

O programa teve início em 2014, quando a Prefeitura procurou o sindicato dos feirantes com uma proposta de padronização das barracas. Com a participação dos comerciantes, as secretarias de Comunicação e Finanças desenvolveram o Projeto Inova Feira. A proposta seguiu para a Câmara e, após aprovação, foi sancionada pelo prefeito.

As feiras-livres estão entre as atividades mais antigas do mundo e, no Brasil, foram formalizadas há 101 anos. A data é referência ao Ato nº 710, de 25 de agosto de 1914, do então prefeito de São Paulo, Washington Luiz. Em Santos, passaram a funcionar de forma organizada em 1923, apesar da junção de barracas existir desde meados do século 19.

A feira-livre é regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1883 de 19 de fevereiro do ano de 1993. Na cidade são montadas 25 feiras, sendo que há algumas com maior número de barracas e outras pequenas. As feiras ocorrem nas Zonas Orla e Intermediária, Zona Noroeste e Centro. ■

A Casa do Empreendedor de Petrolina

Capacitação profissional promove qualificação para novos e atuais empreendedores

• Veneza Macauba

Dúvidas para administrar o próprio negócio é a realidade da comerciante Janete Soares, 40 anos. Moradora do conjunto habitacional Vila Esperança e proprietária da mercearia JN há mais de quatro anos, ela ainda encontra dificuldades em controlar as finanças e se manter estável. Ela conta que durante este período obteve bons resultados, mas tem ciência que falta domínio sobre gestão. Agora, selecionada para fazer parte do primeiro grupo da Casa do Empreendedor de Petrolina, em Pernambuco, declara-se motivada e com expectativas para iniciar as atividades. “Quero me aperfeiçoar, porque mesmo conseguindo expandir meu negócio, não consigo manter o saldo positivo”, explica.

Inaugurada em outubro último, a Casa faz parte do planejamento da Prefeitura Municipal para o desenvolvimento econômico da região e o programa beneficiará os moradores por meio de cursos e assessoria técnica, promovendo qualificação para atuais e novos empreendedores. De acordo com a Secretaria de Cidadania, o prefeito Júlio Emilio Lóssio de Macedo, desde o início de sua gestão, vem incentivando secretários a implantar projetos sócioeconômicos.

O ponto de partida foi o Programa Prefeitura Participativa, que reuniu agentes técnicos que percorreram a cidade para ouvir as demandas da população. As sugestões foram unânimes: em todas as regiões houve o interesse por ocupação

qualificada, que promovesse a inclusão social e emancipação. Após pesquisas e planejamento, foi criado o espaço físico da Casa do Empreendedor, a primeira frente do Brasil realizada em parceria com Governo Federal, por meio da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, sob a responsabilidade da Secretaria da Cidadania e por meio das Secretarias Executiva de Juventude e Qualificação Profissional. A organização é composta por administradores, gestores empresariais, consultores e técnicos capacitados a subsidiar os participantes de pequeno ou médio empreendimento. O real objetivo é incentivar a criação ou legalização de empresas, indústrias, comércios e prestadores de serviços, além dos profissionais liberais. “A Casa é a realização de um grande esforço da gestão pública municipal na promoção de políticas públicas, que possibilitem aos cidadãos petrolinenses um salto qualitativo no processo de abertura e regularização de uma empresa”, afirma Júlio Lóssio.

O programa, além de implementar e operacionalizar ações efetivas de estímulo à produção, oferece cursos para qualificação técnica de gestão empresarial, assessoria técnica e consultoria especializada. “Temos uma grande responsabilidade, que é a de cada vez mais consolidar a política de qualificação das pessoas no nosso município, que cresce de forma significativa a cada ano”, declara o secretário executivo Robson Rocha.

Conjuntos Habitacionais Minha Casa Minha Vida

Petrolina destaca-se por ter o maior programa habitacional do norte e nordeste do País. Os novos quatro conjuntos habitacionais do “Programa Minha Casa Minha Vida”, nos bairros Vila Verde Real, Vila Real, Vila Esperança e Nova Vida, fazem parte da primeira fase do projeto; a finalidade é promover o desenvolvimento econômico local e garantir o sustento da nova comunidade, que está em crescimento. O público alvo é formado por moradores que exercem atividades e serviços populares, como ambulantes, feirantes, quitandeiros, autônomos e diaristas. Segundo o prefeito, posteriormente serão atendidas outras regiões. “Na segunda etapa iremos expandir as ações da Casa do Empreendedor para as demais áreas do município. Temos um cronograma e estamos conseguindo cumpri-lo rigorosamente,” destaca.

INSTITUTO MONÃ

A ação será executada pelo Instituto Monã, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), com a missão de desenvolver e capacitar instituições públicas, empresas privadas, organizações e entidades do Terceiro Setor na implantação e acompanhamento de programas e processos com enfoque no desenvolvimento territorial e a eficiência na aplicação dos recursos. A metodologia aplicada é referente ao ConsPar- Construtiva & Participativa que contempla valores, estratégias, conteúdos e ferramentas para implementação de ações que tenham como finalidade o desenvolvimento sustentável.

<http://institutomonã.org.br>

A INFORMALIDADE

Um grande desafio da administração pública de Petrolina é reduzir o índice de informalidade, já que o município tem uma das maiores taxas do Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, as regiões do norte e nordeste são as mais críticas. Com intuito de mudar o cenário, a Prefeitura emprega medidas no âmbito sócioeconômico, fiscais, além do acesso ao microcrédito e créditos bancários. Desta forma, a regularização torna-se condição prioritária para as empresas que precisam crescer e avançar na perspectiva empresarial. Com esta expectativa, o prefeito Júlio Lóssio acredita que o Programa será umas das portas de evolução econômica da cidade. “Pensando nesta realidade o governo municipal estruturou um projeto que atendesse a esta realidade, por meio da criação da Casa do Empreendedor e Agência Municipal do Empreendedor”.



FOTO: GILSON PEREIRA

METODOLOGIA

O Programa tem duração de dez meses e atenderá a 500 beneficiados, divididos entre a criação de 100 novos empreendimentos autônomos consolidados, 300 novos microempreendedores individuais e 100 microempreendedores. No primeiro mês foram aprovados perfis de comerciantes locais e a esses serão ministrados 28 cursos, seguidos de consultoria e assessoria técnica em Gestão Financeira. Segundo o prefeito, a Casa será um facilitador para abertura de novas empresas: “a ideia é desburocratizar e agilizar todo o processo, como pedido de alvará de funcionamento, concessão de incentivos fiscais e aprovação de empresas, além de desenvolver estudos e projetos. A consultoria também abrange o setor imobiliário: compra e aluguel de imóvel, exigência de códigos de obras, responsabilidade fiscal, vigilância sanitária e corpo de bombeiros”.

Para os moradores de Petrolina, o sonho ou necessidade de empreender torna-se agora mais factível. São critérios para participar do Programa, residir em algum dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e ser aprovado na entrevista de perfil. Além do espaço físico multifuncional, os beneficiados terão acesso à página online da Casa do Empreendedor para auxiliar nas atividades desenvolvidas durante os cursos. ■

“A Casa é a realização de um grande esforço da gestão pública municipal na promoção de políticas públicas”



“O serviço público no Brasil precisa oferecer melhores serviços aos seus cidadãos”

A NOVA APOSTA

Licenças online: com a plataforma, prefeitura de Natal já reduziu o tempo gasto para a emissão de uma semana, para 36 horas

• Robson Gisoldi

O empreendedorismo faz parte da cultura nacional, o chamado ‘jeitinho brasileiro’. Analisando pelo lado bom da expressão, remete à característica de um povo que sempre dá a volta por cima, se supera em momentos de crise e conquista sua renda de forma criativa. Esses argumentos se sustentam em números. Mesmo com a alta tributação e um amplo sistema burocrático que afeta o pequeno empresário, o Brasil avançou em 2015 oito posições no ranking mundial de empreendedorismo Global Entrepreneurship Index 2016 (GEI), desenvolvido pela Rede Global de Empreendedorismo e o Instituto GEDI para a Semanal Global de Empreendedorismo. Ainda está longe de outras nações, sendo que o País ficou em 92º lugar dentre os 132 avaliados pelo estudo. O ranking é elaborado a partir de indicadores que identificam as oportunidades ou os entraves que os empreendedores têm nestes países. Estados Unidos, Canadá e Austrália ocupam as primeiras colocações.

Na tentativa de desburocratizar um dos fatores que afetam diretamente os pequenos negócios, a Prefeitura de Natal, capital de Rio Grande do Norte, desenvolveu uma plataforma online que passou a permitir a obtenção de licenciamento ao contribuinte municipal de uma forma mais rápida e simplificada. O lançamento foi feito em novembro de 2015 pelo prefeito da cidade, Carlos Eduardo. O novo sistema, desenvolvido conjuntamente pelas secretarias municipais de Meio-Ambiente e Urbanismo - Semurb e de Tributação - Semut, proporciona mais conforto e comodidade aos empreendedores locais, que podem fazer seus pedidos de casa ou do escritório. O licenciamento online vai ser iniciado pela emissão de Alvarás de Funcionamento, voltado para empresas.

Dados da Prefeitura estimam que a demanda por pedidos de licenciamentos gira em torno de 30 processos/dia. “Com a plataforma, já observamos que o tempo gasto para a emissão das licenças diminuiu de uma semana para 36 horas”, afirma o secretário adjunto de Licenciamento e Fiscalização da Semurb de Natal, o arquiteto e urbanista Daniel Nicolau.

O processo passou a ser exclusivamente online e o acesso é feito pelo Portal Directa, no endereço eletrônico: www.directa.natal.rn.gov.br. A ferramenta conta com informações sobre documentação, etapas e taxas necessárias para a obtenção do licenciamento. Ao cumprir todas as etapas, o contribuinte recebe uma notificação de que seu alvará está disponível para a impressão. O contribuinte tem duas opções de solicitação do alvará: o provisório e o definitivo. “O serviço público no Brasil precisa oferecer melhores serviços aos seus cidadãos. Nós estamos fazendo isso ao lançarmos essa ferramenta moderna, prática e acessível”, pontua o prefeito da cidade. ▶

O diretor-superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo, acredita que essa plataforma vai fazer com que o empresariado gaste menos tempo com questões burocráticas e se dedique mais às suas atividades-fim, que são investir, empreender e faturar. "A agilidade na obtenção de licenças atrai os investidores, que verão seu capital aplicado retornar mais rapidamente, movimentando a economia e ajudando a gerar mais emprego e renda", avaliou.

ALVARÁS

A Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, prevê a solicitação do alvará em caráter provisório, o que permite o funcionamento das atividades até a obtenção do documento definitivo. Para isso, a atividade não poderá ser de alto risco, atendendo à Resolução CG-SIM 22/2010. Tudo em conformidade com o Código de Obras do município (Lei 055/2005).

Para as empresas que tenham atividade considerada de alto risco e capital acima de R\$ 3,6 milhões, o empresário só poderá solicitar o alvará permanente. O próprio sistema avisará quando a empresa cumpre os requisitos para essa modalidade. Paralelo ao processo de emissão de alvará provisório, o contribuinte deverá entrar com o pedido de Licença de Operação e o Habite-se, documentos condicionantes para a expedição do Alvará de Funcionamento Definitivo, que terá validade baseada na vigência da Licença de Operação.

A plataforma foi desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Tributação - Semut e, nesse primeiro momento, será disponibilizada apenas para a obtenção do Alvará de Funcionamento.

De acordo com Daniel Nicolau, o projeto veio da necessidade de se ter maior controle das licenças e melhor comuni-



Daniel Nicolau,
arquiteto e urbanista

cação de informações com a Secretaria de Tributação do Município de Natal. O modelo, basicamente, transcreve os caminhos materiais de papel e setores, em ambientes virtuais. "O sistema, além de ser muito mais cômodo e prático para o contribuinte, que passa a poder abrir os processos de onde estiver, no horário mais conveniente para ele, também permite à gestão pública otimizar seus gastos, diminuindo a necessidade de pessoal e de gastos com papel e o principal, ter mais controle e possibilidade de trabalhar as informações geradas", informou. Além disso, o sistema cria um banco de dados que pode ser tabulado de forma a gerar informações importantíssimas para melhorar as ações de tributação e planejamento urbano, permitindo ações fiscalizatórias otimizadas, ao mesmo passo que permite a confecção de melhores ferramentas de gestão e incentivo ao desenvolvimento e empreendedorismo.

PROCEDIMENTOS

A plataforma funciona em dois ambientes; o externo, onde o usuário põe as informações e faz cadastro e o interno, onde há a análise da documentação. No primeiro há uma sequência de telas muito intuitivas onde se preenche o cadastro, assina-se um termo de responsabilidade pelas informações prestadas e

se faz o upload (subir) dos documentos. Durante o processo de cadastro, o próprio sistema já faz um filtro das atividades solicitadas para induzir o usuário a fornecer a documentação e encaminhar o tipo de licença adequados.

No interno, segundo Nicolau, o processo cai na pauta do vistoriador, após o pagamento das taxas. Posteriormente à vistoria e alimentação dos dados com fotos do local, o processo cai na pauta do analista, que lê os documentos e emite um parecer. A minuta é gerada automaticamente e, após revisada, é validada pelo secretário, enquanto o usuário pode imprimir sua licença em casa ou no escritório. "A ideia surgiu em fevereiro desse ano e foi encampada pelas equipes. Como foi elaborado e executado por uma equipe interna da Prefeitura, não houve custo. Após a idealização e a definição das etapas necessárias e ferramentas de instrução, um mês se passou até a confecção final do sistema. Para seu funcionamento foi necessária a publicação de uma portaria delegando competências e níveis de permissão para os usuários. Como a legislação urbanística e ambiental já existia, não houve necessidade de novas leis para uso do sistema", concluiu, complementando que foi confeccionada uma cartilha para ajudar o contribuinte a realizar o pedido do Alvará de Funcionamento. ■

Muita gente não sabe,
mas no ABC estão algumas
das empresas mais
promissoras do Brasil.

É exatamente por isso
que estamos aqui:
Pra fazer todo mundo saber.



agência
memories

Fale conosco: 11 2199.2299
atendimento@agenciameories.com



O pão compartilhado

Economia Solidária desponta em São Paulo como modelo alternativo de política pública

• Marianna Fanti



FOTO: DAMARIS RODRIGUES

Cooperativismo ou associativismo são formas alternativas de organizar a sociedade em um novo modelo econômico que não visa ao lucro, embora instituído dentro do capitalismo. Não é difícil encontrar pessoas dizendo que o modelo cooperativista é um 'ensaio para o socialismo', já que entre seus princípios estão a solidariedade, garantia de trabalho e igualdade. Encontramos ainda especialistas em Administração e Políticas Públicas dizendo que o modelo cooperativista só não avançou mais no Brasil por conta de uma concorrência desleal promovida pelo modelo capitalista, que rege nossa sociedade.

Nessa direção, a Economia Solidária compreende uma forma alternativa de produção, consumo e distribuição de riqueza, atuando na geração de trabalho e renda no território e despontando como uma das alternativas ao emprego, no País. São conhecidos como empreendimentos solidários as cooperativas, as empresas individuais - quando organizadas de forma associativa -, empreendimentos populares e empreendimentos em rede (pequenos empreendimentos que se juntam para apresentar um produto), orientados pelos princípios de autogestão, cooperativismo, solidariedade, trabalho em rede, trabalho decente e incorporação de grupos em vulnerabilidade. Entre os objetivos da economia solidária estão a reinserção produtiva, social e econômica de grupos menos favorecidos.

Com o objetivo de fortalecer as ações de Economia Solidária no município de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad criou em novembro passado o Centro Público de Direitos Humanos

e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, modelos de desenvolvimento que visam a ampliar e fortalecer as cooperativas, os empreendimentos econômicos solidários e as micro e pequenas empresas, com o objetivo de fortalecer a economia solidária como forma de desenvolvimento local e proporcionar a possibilidade de se organizar o trabalho e a renda de forma coletiva e autogestionária.

CENTRO PÚBLICO

Com a finalidade de articular e potencializar as iniciativas de fomento à economia solidária, direitos humanos e trabalho decente no município, o Centro tem a função de promover eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre os empreendimentos e a sociedade. Além disso, deve incentivar a inclusão social e profissional de grupos em situação de vulnerabilidade, em especial LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros); população em situação de rua, mulheres, jovens, migrantes, imigrantes e idosos. O Centro Público é um equipamento que cumpre a etapa de organizar os grupos de forma individual (cooperativa), ou agrupar-se em redes, com a finalidade de vender seus produtos em maiores quantidades. "É um espaço onde os empreendimentos podem realizar reuniões para apresentar seus projetos, uma 'sede provisória' dos empreendimentos", explica Sandra Faé, secretária adjunta de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo. ▶



Sandra Faé

FOTO: BRUNA ELEIS



FOTO: DAMARIS RODRIGUES

Centro Público

O PASSO A PASSO

A Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários pretende fomentar a criação, consolidação e expansão de grupos e iniciativas para a geração de trabalho e renda e deve ser pautada pelos valores e princípios do cooperativismo e economia solidária. Este espaço é destinado ao fomento de processos de incubação, apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos solidários, por meio de formação e assessoria técnica, tecnológica e profissional desses grupos. A incubadora é responsável por organizar os empreendimentos em cooperativas ou redes, a fim de comercializar seus produtos e, se necessário, negociar com grandes grupos em prol dos empreendimentos solidários.

A Incubadora oferece a retaguarda necessária para fase de implantação dos empreendimentos, que passam por duas fases: pré-incubação (sensibilização, mobilização e capacitação) e a de incubação (organização do negócio). Na primeira fase, uma equipe multidisciplinar composta por representantes de diversas

áreas (jurídica, contábil, assessoria de mercado, assistente social, assessoria pedagógica, nutricionista, entre outras) orienta os empreendimentos que se encontram em estágio embrionário, sobre como se montar um projeto. Esse processo leva cerca de dois anos, passando pela apropriação dos mecanismos jurídicos, administrativos e contábeis necessários à viabilização econômica do negócio, tais como a criação do CNPJ, estatuto interno, processo de formalização, capacitação dos profissionais e exercícios de comercialização. Durante este período é possível que os empreendimentos exercitem na prática a comercialização de seus produtos, a fim de criar um fundo de financiamento para o mesmo.

Segundo o professor de Administração Pública, André Luiz, o conceito de Incubadora Pública cabe em qualquer gestão pública. “Existe uma série de municípios que têm experiências econômicas, sofrendo sozinhas localmente. Quando se traz essa experiência para um grupo, permitindo que se troquem experiências, esse quadro melhora. Isso é política de inclusão produtiva”, explica.

“Estamos falando de felicidade interna bruta, não de produto interno bruto”

Livre comércio entre a Prefeitura e produtores solidários

Visando a estimular o desenvolvimento desses empreendimentos solidários, o prefeito Fernando Haddad assinou em outubro último, decreto de nº 56.475 (vide box), que dispõe sobre as “contratações públicas de bens, serviços e obras, devendo ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e municipal; ampliação da eficiência das políticas públicas; e o incentivo à inovação tecnológica”. Ou seja, este decreto estabelece critérios que beneficiam grupos de economia solidária, possibilitando a inserção desses grupos em ‘processos licitatórios’, disputados entre si. “Esse processo deve ser articulado entre secretarias, pois tem viés social, econômico, produtivo, cultural e ambiental de maneira sustentável, além de sempre estar articulado com questões educacionais e profissionais, como a retomada da escolaridade, ensino de jovens e adultos, escolas técnicas, capacitação profissional, institutos de tecnologia, etc, pois alguns empreendimentos acabam fracassando por baixa capa-

cidade técnica”, explica o professor.

Segundo André Luiz, a saída é buscar financiamentos por meio de microcrédito. “É impossível pensar em inclusão social sem pensar em inclusão produtiva”, comenta o especialista, frisando que em primeiro lugar não existe crise econômica na economia solidária devido à grande circulação local de produtos, o que gera uma atividade econômica local. “A inserção econômica de determinados grupos permite o giro da economia, além de contribuir para a reinserção social e econômica de pessoas excluídas. Estamos falando de felicidade interna bruta, não de produto interno bruto”, resume o professor.

Vale salientar que a integração com as subprefeituras (no caso do município de São Paulo) tem o importante papel na articulação desses empreendimentos localmente, embora este Centro Público tenha sua sede instalada no bairro do Cambuci, região central da capital. O espaço dispõe de infraestrutura composta de auditório, salas, cozinhas (que servem como laboratórios), oficina de confecção, atelier para artesanato, etc. ▶

PROJETO DE LEI MUNICIPAL

A Prefeitura de São Paulo, por meio da atual gestão, retomou a construção de uma política pública de Economia Solidária. O primeiro passo para os municípios que pretendem implantar esse modelo em suas gestões é articular iniciativas existentes tanto na sociedade civil quanto no poder público, estabelecer mecanismos que incentivem e fomentem social e economicamente esses empreendimentos, bem como criar lei municipal de Economia Solidária.

De acordo com Sandra Faé, o prefeito Fernando Haddad pretende enviar o projeto de lei para o Legislativo no início de 2016. Esta lei cria a política e os instrumentos (a exemplo do Centro Público e Incubadora) para fomentá-la, além de incentivar os empreendimentos e criar uma série de condições que fomentam e apoiam esse tipo de iniciativa. Segundo ainda a secretária adjunta, não há dúvida de que a economia solidária é uma alternativa e que o estabelecimento de políticas públicas de fomento, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático. “É necessário reconhecer a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite os outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste segmento e uma oportunidade que pode ser acessada por um número grande de pessoas, que se organizem nesse modelo. Isso só fortalecerá o desenvolvimento local do município de São Paulo, além de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária”, resume ela.



Espaço bastante visitado

Imigrantes ganham espaço dentro da Economia Solidária

Rolando Israel Vega Fuentes chegou há cinco anos em São Paulo com a família – esposa e dois filhos pequenos -, em busca de uma vida melhor e oportunidades mais justas de emprego. Imigrante equatoriano oriundo de uma etnia indígena andina chamada Salasaca, ele buscava um espaço ao sol para sua arte, na grande metrópole. Comerciante nato, ele e a esposa, Maristela, vivem do artesanato que manualmente produzem - especificamente tiaras femininas envoltas em linha acrílica, que aprendeu com outro membro do grupo, Luís Vega. Há três meses ele teve contato e ingressou na Incubadora de Empreendimentos Solidários, criada pela prefeitura de São Paulo. No final do ano passado ele concluiu a fase de sensibilização e, por meio de aulas semanais, teve a oportunidade de colocar em prática conceitos de Economia Solidária.

Na segunda semana de janeiro, Rolando e os demais membros da incubadora retornam do recesso e iniciam a segunda fase do processo - chamada de pré-incubação -, onde darão início ao processo de legalização da cooperativa de artesanato, bem como a criação do nome e escolha do nicho dos produtos. “Tenho aprendido muito sobre trabalho coletivo, solidariedade, amizade e companheirismo. Quando cheguei em São Paulo tentei sobreviver da minha arte sozinho, mas é muito difícil. Quando juntamos nossos conhecimentos com o de outras pessoas, conseguimos um resultado melhor, renda maior e novas oportunidades”, resume Rolando. ▶

Empreendimentos se organizam em redes solidárias

Juraci Maria da Silva, mais conhecida como dona Jura, é moradora da comunidade de Heliópolis – região central da capital paulista, há mais de 35 anos. Hoje ela se intitula, com muito orgulho, como multiplicadora social – função atribuída dentro da Economia Solidária àquelas pessoas que têm habilidades para agregar pessoas com interesses em comum, bem como atender às demandas desse grupo. Em 2008 sua vida ganhou novo rumo, quando conseguiu por meio do CAPS Jabaquara – Centro de Atenção Psicossocial, aulas gratuitas de gastronomia para alguns moradores. O objetivo era que eles aprendessem a cozinhar para produzir os alimentos consumidos durante reuniões semanais, mas, também, transformá-los em fonte de renda. Foi assim que, em 2008, o grupo Ambrosia – que em 2014 se formalizaria como cooperativa –, ganhou vida.

Desde 2009 a cooperativa se uniu com outros grupos – formados por MEIs – Microempreendedores Individuais e grupos informais, dando origem a uma rede solidária. Esta rede de empreendimentos, denominada União de Sabores Solidários, conta hoje com 14 grupos – 60 membros –, que atuam no segmento de alimentação, e ganhou mais força a partir de março do ano passado, quando ingressou na Incubadora de Economia Solidária de São Paulo. “Nosso contato com a incubadora trouxe uma série de benefícios como a participação em feiras, cursos de formação, gastronomia, confeitaria e autogestão. Essa ajuda foi muito importante para pessoas do grupo que não tinham formação, afinal a ideia da Economia Solidária é agregar pessoas para trocar experiências”, explica a multiplicadora. “Além do mais, trabalhar em rede dá mais credibilidade na hora de oferecer nossos serviços”, resume.

FOTO: DIVULGAÇÃO

Juraci Maria da Silva



JOGO RÁPIDO

Revista República – Prefeito, fale sobre a importância e o impacto regional de um projeto do porte social e econômico, como o da Incubadora de Empreendimentos Solidários e o Centro Público.

Fernando Haddad – Nós queremos fortalecer a economia solidária como instrumento de desenvolvimento da cidade. Esses equipamentos reúnem iniciativas e oferecem suporte para que isso aconteça no médio e longo prazo. Também contribuem para transformar as relações de trabalho, mostrando que o universo das cooperativas tem muito a nos ensinar. Nosso papel na gestão pública é proporcionar um ambiente urbano que garanta desenvolvimento sustentável e reduza as desigualdades sociais e territoriais. A prioridade é dar mais qualidade de vida para as pessoas.

São Paulo é pioneira no estado tanto na criação de um decreto, quanto na elaboração de uma lei municipal de incentivo à Economia Solidária. O que o levou a sair à frente das demais regiões, com um olhar tão direcionado e sensível não só a uma nova forma de política pública, mas à inclusão socioeconômica de grupos desfavorecidos?

A cidade segue uma diretriz nacional de desenvolvimento socioeconômico. Ao regulamentar o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, todas as compras públicas dispensadas de licitação, no valor de até R\$ 80 mil, deverão ser feitas exclusivamente com micro e pequenas empresas e sociedades cooperativas. Foi um passo muito importante para São Paulo, que, diante da crise econômica e da escassez de empregos formais, oferece uma nova oportunidade para o trabalhador. Esse tipo de iniciativa pode ser adotada por outros municípios.

Qual o grande desafio que o senhor vê na implantação de um projeto deste porte? O que delinea ou espera para os próximos anos?

Medidas como essas não são ações isoladas, elas devem ser permanentes na esfera pública porque tratam de inclusão, redução das desigualdades e trabalho decente. Todas essas pautas compõem uma agenda de desenvolvimento sustentável que vem sendo consolidada no mundo.



FOTO: FERNANDO PEREIRA

O PROJETO DE LEI FEDERAL

A respeito da Economia Solidária existe projeto de lei federal – 4685/2012 criada pelos deputados Paulo Teixeira, Eudes Xavier, Padre João, entre outros, que tramita no Congresso há mais de três anos. Esta lei dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, além de criar o FNAES – Fundo Nacional de Economia Solidária.

Segundo portal da Câmara dos Deputados, o projeto encontra-se aguardando “parecer” do relator na CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

OS EMPREENDIMIENTOS NO PAÍS

Vinculados ao conceito de Economia Solidária, os empreendimentos geram renda a 2,3 milhões de brasileiros, movimentando média de R\$ 12,5 bilhões por ano. De acordo com levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária existem 30.829 empreendimentos econômicos solidários no País, cujo faturamento representou 0,33% do Produto Interno Bruto Brasileiro – PIB, em 2010. Segundo dados do órgão federal, entre 2005 e 2011 houve um acréscimo de mais 88% de pessoas nessa atividade. ■

Peruíbe 'dá aula' na gestão pública

Prefeitura da cidade litorânea já realizou cerca de quatro mil capacitações a servidores públicos municipais em aproximadamente 40 cursos presenciais, contando ainda com mais de 820 cursos online com certificação digital

• Robson Gisoldi

O Ao longo do século XX, as eras da industrialização, clássica e neoclássica, além da chamada era da informação, exigiram mudanças de comportamento e novas visões na forma de abordar e lidar com os seres humanos dentro das organizações. O aperfeiçoamento da estruturação de trabalho na empresa moderna, associado ao impacto provocado pela inovação e avanço tecnológicos, proporcionando maior agilidade no acesso à informação e à globalização, vem levando as organizações para um redimensionamento, considerando a competitividade e a inovação como palavras-chave. Nesse novo contexto, de acordo com Idalberto Chiavenato, um dos autores nacionais mais conhecidos e respeitados na área de Administração de Empresas e Recursos Humanos, cabe à organização realizar sua missão, proporcionar competitividade, favorecer o desenvolvimento dos funcionários por meio de programas de treinamento que possam mantê-los motivados, aumentar a satisfação dos colaboradores, desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho, administrar a mudança e manter políticas éticas e de responsabilidade social.

O cenário de práticas de educação corporativa, continuada e e-learning no universo

corporativo já é considerado escasso no País, ainda mais quando falamos das prefeituras brasileiras. Nesse quesito, a Prefeitura de Peruíbe, localizada no litoral Sul de São Paulo, por meio da Escola de Governo e Aperfeiçoamento do Servidor Público - EGASP, vinculada ao Departamento de Administração, vem apresentando resultados substanciais.

Servidor municipal há 25 anos, o gestor público e especialista em Gestão do Conhecimento e Formação de Docentes no Ensino Superior à distância, Wilson Teixeira Ferreira, preside a unidade. Segundo o representante, desde a sua inauguração, em fevereiro de 2007, já foram realizadas aproximadamente quatro mil capacitações a servidores públicos municipais em aproximadamente 40 cursos presenciais, contando ainda com mais de 820 cursos online, com certificação digital. Sua missão principal é promover o desenvolvimento integral do servidor por meio de programas de capacitação e qualificação, para o exercício de sua função social. "Os recursos empregados são de variadas formas: humanos, materiais e financeiros. A comissão da EGASP trabalha prioritariamente com parcerias gratuitas, gerando, uma minoria de vezes, necessidade empregar recur-



Palestra para novos servidores por concursos

FOTOS: DIVULGAÇÃO PREFEITURA DE PERUIBE

sos financeiros públicos e municipais", informa Ferreira.

O gestor acrescenta que a unidade, apesar de contar com um programa orçamentário, com possibilidade de destinação de recursos anuais, tem o objetivo principal de trabalhar com a mão de obra, conhecimento e habilidades extraídas dos próprios servidores, como forma de voluntariado e gratuita dentro de sua área de atuação ou formação acadêmica. "Porém, muitas são as parcerias firmadas entre setores que compõem a estrutura administrativa, desde colaboradores palestrantes, estrutura, logística e organização, bem como com instituições públicas e privadas em forma de parcerias gratuitas, sem a necessidade de despendere recursos financeiros públicos", destaca Ferreira.

PARCEIRAS

O Curso de Alfabetização de Jovens e Adultos - EJA, em parceria com o Departamento de Educação, funcionou como uma espécie de motor para todos os outros programas educacionais. "É o que mais nos motivou a dar continuidade nesse Projeto, visto que o objetivo do curso foi resgatar a cidadania dos servidores que não sabiam ler. Com esta atividade queríamos tornar simples as coisas que ainda eram dificultosas para os servidores não-alfabetizados, como pegar um ônibus ou ir ao caixa eletrônico de um banco e ainda contando com a elevação da autoestima deste funcionário", destaca o presidente.

O curso, regulamentado e válido pelo Ministério da Educação - MEC encerrou com cerimônia de formatura e a presença de familiares e convidados. Este projeto

funcionou com o sistema de hora compartilhada, onde a prefeitura de Peruíbe ofertava uma hora de sua rotina diária e o servidor doava uma hora de sua vida pessoal para realização do curso.

Também foram realizadas ações como o curso de Liderança, em parceria com o Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo; Direção Defensiva e Transporte Escolar para motoristas dos Departamentos de Educação e Saúde, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e Departamento Municipal de Mobilidade Urbana; capacitação dos trabalhadores do Programa Emergencial de Combate ao Desemprego - Frente de Trabalho, com o workshop Educação & Trabalho, Currículo e Entrevista, preparando-os para o mercado de trabalho, entre outras ações. ▶



Wilson Teixeira Ferreira

QUALIDADE DE VIDA TAMBÉM GANHA FOCO

Além de cursos, palestras e encontros de treinamentos, a EGASP preza também pela qualidade de vida, proporcionando atividade laborativas com o intuito de diminuir o estresse causado no dia a dia. Pensando nisso, foram desenvolvidas ações lúdicas e criativas, como a criação de um Coral de Vozes dos Servidores, Dança de Salão, Concurso de Show de Calouros, Exercícios Aeróbicos e muito mais, sempre na condição de um servidor habilitado para a função de ensinar. “Dentre as atividades laborativas que mais possuem destaque em nível estadual está o Coral, um projeto que temos orgulho em divulgar, por consequência do aprendizado e da autoestima adquirida. O Coral já se apresentou em diversas ocasiões em cidades da região e do Estado, programas de TV e concursos culturais, proporcionando aos integrantes valorização, integração e participação das famílias”, destaca Wilson Ferreira. “O projeto proporcionou uma mudança em minha vida tanto profissional, quanto pessoal, pois a satisfação e a convivência com servidores de vários setores melhorou minha autoestima, fazendo com que eu trabalhe mais motivada. Para mim é uma verdadeira terapia”, acrescenta a agente operacional Márcia Aparecida Martins Fonseca, de 59 anos, há 13 anos no serviço público.

Outro projeto realizado pela instituição é o curso de Pós-Graduação (Latu Sensu), que formou 40 especialistas em Políticas Públicas Municipais; ocorrendo em 2009, o governo municipal arcou com 50% do valor de sua mensalidade. “O curso da EGASP, ministrado pela UNIFRAN - Universidade de Franca foi de grande valia para nosso aprimoramento profissional, pois, por meio das disciplinas tivemos a oportunidade de vivenciar, além da prática, a teoria das diversas áreas da Administração Pública. De forma concreta, contribuímos com a administração pública no desenvolvimento de ações sociais na melhoria da qualidade de vida de nossos munícipes”, conclui o agente administrativo, André Luiz da Silva Mendes, de 46 anos.

Atualmente, a EGASP conta com a parceria de 11 instituições públicas e privadas de ensino, devidamente formalizadas as autorizações de utilizações de seus links de cursos gratuitos aos servidores e à população em geral no link www.peruibe3.sp.gov.br/egasp, onde basta o servidor interessado cadastrar-se, gerando um login e senha no curso desejado. Este projeto consta com 821 cursos online gratuitos, e certificação digital ao final, que poderá contar carga horária para progressão e evolução de sua carreira profissional.



Projeto Coral dos Servidores



Marcia Aparecida Martins Fonseca

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EXIGE MAIS CRIATIVIDADE DO QUE INVESTIMENTO

O presidente da EGASP, Wilson Teixeira Ferreira, afirma que, em primeiro lugar, o chefe do executivo que pretende implementar o projeto deverá acreditar que sua instituição possui “pratas da casa”, e que poderá utilizá-las para a evolução da qualidade dos serviços públicos prestados à população. “Porém, estes servidores deverão possuir um perfil que contemple vontade de realizar em prol dos colegas de trabalho, doar seu tempo para pesquisas e inovações para qualidade do aprendizado técnico ou operacional, dinâmica e pró-atividade”, afirma.

Outro ponto importante é entender que o projeto exige continuidade e ações de longo prazo, com objetivos bem claros. “Nossa meta é capacitar continuamente e em todas as áreas possíveis, todos os servidores da Prefeitura de Peruíbe, pois, na maioria das áreas, as legislações se atualizam e geram a necessidade de reciclagem”, conclui o presidente. ■

40
alunos do curso de
pós-graduação
formaram-se em
Políticas Públicas
Municipais

Iniciativas básicas para executar esse programa

- Constituir por ato formal do chefe do executivo, a constituição da Comissão de Formação dos Servidores Públicos Municipais;

- Por meio desta comissão, que naturalmente serão conhecedores das dificuldades dos servidores em relação à capacidade operacional dos serviços técnicos, bem como os fatores desmotivadores para que de início promovam ações efetivas contra motivos observados;

- Efetuar enquête junto aos servidores para que tenham a liberdade de expressar-se sobre qual curso desejaria participar e qual atividade laborativa se sentiria bem em fazer;

- Permitir a realização de palestras em horário de serviço para motivação dos servidores, com a distribuição de brindes aos participantes;

- Instituir a Escola de Governo (com nome próprio) por meio de decreto municipal, alocando suas finalidades como programa orçamentário;

- Participar junto com os servidores de ações e projeto para uma boa motivação e não em forma de cobrança, para que flua a integração entre os níveis gerencial e operacional.

- Permitir a prática de educação continuada como forma primordial de gestão de pessoal.

FONTE: EGASP

O despertar da cidadania

Conselheiros Mirins participam de processo eleitoral e elegem representantes para discutir melhorias de infraestrutura e qualidade de vida nas escolas de Santo André

• Fernanda Bertoncini

Crianças capazes de identificar demandas em suas escolas e na comunidade, discuti-las em seu ambiente de convívio e buscar soluções junto ao poder público. É com este conceito que Santo André, na região metropolitana de São Paulo, vem inovando seus mecanismos de participação popular, ao dar voz e voto a estudantes da rede municipal de ensino, com idades que variam de 2 a 10 anos.

O projeto Conselheiros Mirins, também conhecido como Orçamento Participativo Criança (OP Criança), estimula cerca de 1,5 mil alunos eleitos conselheiros, das 51 EMEIEFs e 31 creches, a detectar as necessidades do município e integrá-las nas decisões de investimento e manutenção da prefeitura. A iniciativa começou em 2013, com as discussões do Plano Plurianual Participativo (PPA), no qual 18 mil crianças, com idades entre 5 e 10 anos, ajudaram a eleger as demandas consideradas prioritárias para cidade.

Desde então, a participação decolou. No ano passado, as 66 propostas eleitas nas reuniões do Orçamento Participativo (OP) incluíram sugestões de 35 mil estudantes, entre 2 e 10 anos, de escolas e creches municipais. Nas plenárias, as crianças reivindicaram melhorias em diversas áreas, como construção de uma nova escola, revitalização de praças e áreas de lazer, manutenção das calçadas, além de reformas de banheiros, criação de salas multiusos, incremento no número de computadores, entre outras requisições, nas unidades escolares. Os pedidos das crianças foram aprovados pelos vereadores da Câmara Municipal de Santo André e deram início a algumas obras.

Segundo a vice-diretora da EMEIEF - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Yvonne Zahir, Cilene Máximo Alberto Brasil, localizada no bairro Jardim Las Vegas, o projeto se destaca pela importância no processo de formação cidadã. "Com a participação nas decisões da cidade, as crianças despertaram para a importância de levar em consideração a opinião de todos, além de entender, na prática, conceitos como democracia e direitos e deveres, valores que são levados adiante na vida adulta", garante.

Emilly da Silva Rodrigues, de 10 anos, é uma das 28 conselheiras da unidade escolar. Para ela, o principal ensinamento do Conselho é a importância de se discutir ideias e levá-las adiante. "Eu gosto de orientar as pessoas para que tenhamos uma escola melhor, uma cidade melhor, um mundo melhor. E só conseguimos isso com muito diálogo, com o debate de ideias e com um bom trabalho em equipe", pontua.

Maria Eduarda Medeiros de Souza, de 9 anos, já é experiente no cargo. Conselheira há dois anos, ela destaca a importância de questionar quem cuida da cidade e planejar melhorias para a escola. "Na nossa sala de aula, tinha uma problema de vazamento. Em reunião, levantamos a necessidade deste reparo e levamos à direção, que repassou nosso pedido à Prefeitura. Fomos atendidos. Já estão consertando", comemora entusiasmada.

Para a assistente pedagógica da escola, Luciane Vezaro Izidorio Fialho, o poder de questionar e planejar uma ação trará bons frutos. "Os alunos passam a olhar com mais responsabilidade e cuidado para aquilo que é deles. Começam a entender a importância de se apropriar de seus espaços e buscar mais qualidade de vida, mesmo que em pequenas ações. Trata-se de uma educação inclusiva", pondera.

DEMOCRACIA SE APRENDE NA ESCOLA

A eleição dos Conselheiros Mirins lembra um processo eleitoral de gente grande. São abertas inscrições para que os candidatos concorram às duas vagas disponíveis por turma, com direito a uma reeleição. Uma vez inscritos, fazem campanha e são submetidos à aprovação popular que, aqui, representa a vontade e a decisão da maioria dos colegas de classe.

Concluída a eleição é feita a aclamação dos eleitos, com cerimônia de posse, execução do Hino Nacional e identificação dos conselheiros com um crachá, que será usado ao longo de seu mandato, para que sejam identificados pelos colegas e acionados sempre que necessário.

Cilene lembra que cada escola usa de uma metodologia, mas que, em todas elas, o processo eleitoral replica o direito democrático de todos os brasileiros: o de exercer sua escolha pelo voto. "Aqui as eleições são bem disputadas. Passou a ser uma tradição. As crianças votam em seus representantes e aquele aluno que é eleito passa a representar a turma e a ser fiscalizado por seus colegas às regras da escola. Já recebemos, inclusive, reivindicações das crianças sobre a escolha do representante. Cobranças de que aquela criança eleita não estava tendo uma boa postura e nos solicitaram uma nova eleição", recorda.

Segundo a vice-diretora, a escola lembra aos conselheiros de sua responsabilidade diante do cargo para o qual foram eleitos. "Eles sabem que precisam ser exemplos para os demais. Há casos de lideranças negativas, de alunos que eram populares pela bagunça e, quando eleitos, entendem a sua responsabilidade e mudam completamente de atitude". Como explica, dar esse tipo de reconhecimento é trabalhar a autoestima e despertar o senso de responsabilidade em meninos e meninas, que passam a ser multiplicadores de conhecimento, repassando o que aprenderam aos seus familiares, amigos e círculo social.

Giovani Sousa Oliveira, de 10 anos, mudou completamente sua postura após ser escolhido como representante por sua turma. "Passei a ajudar mais as pessoas. Se há algo errado na escola que eu possa arrumar, já indico aos professores e direção. Faço também o levantamento do que é importante para a minha sala de aula, das dúvidas dos meus colegas de classe, e apresso tudo na reunião mensal do Conselho. Dalí é que saem as decisões do que é relevante ou não para levarmos ao prefeito", comenta. ▶

Além do levantamento de demandas, Giovani destaca as campanhas desenvolvidas pelos alunos, de 4 a 12 anos, para conscientizar as crianças em “ações importantes para um mundo melhor”, como define. “Fizemos uma campanha de boa educação. Criamos cartazes, percorremos as salas de aulas, conversamos com as crianças e identificamos um problema na entrada da escola. As crianças chegavam gritando e correndo, o que ocasionava muitos acidentes. Pensamos numa estratégia e, agora, os conselheiros chegam mais cedo à escola para recepcionar os outros alunos. Orientamos a não correr no acesso à escola, a fazer silêncio e a sempre saudar amigos, professores, funcionários da escola com bom dia. Tem dado certo”, sorri.

Maria Eduarda comemora o bom resultado de outra campanha – a identificação de uniformes e materiais escolares. “Nós fizemos um levantamento do número de blusas

esquecidas na escola que estavam perdidas, sem identificação. E ficamos assustados com 67 peças encostadas, sem qualquer uma delas poder ser devolvida à criança que perdeu. Junto com a direção, conversamos com os alunos sobre a importância de pedir aos pais para escrever o nome nas roupas e nos materiais. Assim, toda vez que encontrarmos uma peça, podemos checar de quem é e devolver. Desde o início da campanha, em março, conseguimos reduzir o número de agasalhos perdidos para apenas 10 peças não identificadas”, festeja.

A assistente pedagógica afirma que as campanhas visam à completa conscientiza-

ção dos alunos e das famílias. “Trabalhamos muito o conceito de direitos e deveres. Sempre há reivindicação da entrega de uniformes e materiais escolares. Temos o direito de receber esses itens, mas temos a obrigação de cuidar deles, afinal não são de graça. Os pais pagam os impostos que subsidiam a compra desses materiais. O bom uso e conservação é uma responsabilidade de todos”, destaca. A ação resultou numa mobilização geral de alunos. “Quando alguém encontra alguma peça, já procura pelo nome e entrega ao aluno ou à escola, para que a devolução seja feita imediatamente”.

“Também realizamos campanha para o uso racional de água, que envolveu desde os menores aos maiores. Confeccionamos cartazes, passamos com os conselheiros de sala em sala explicando formas de economizar água na escola e em casa. As crianças mudam suas atitudes aqui e atuam como multiplicadores na comunidade, influenciando até no modo de vida dos pais”, pontua a vice-diretora.

O êxito do programa é atestado por Ednalva da Silva dos Santos Jesus, 42 anos, dona de casa e mãe da aluna Emilly. “Depois de se tornar conselheira, a Emilly passou a se preocupar mais com a rotina da escola e com o que pode ser melhorado no nosso bairro. Ela procura conversar mais com as crianças. Está sempre atenta ao que seus colegas precisam. Se entra um aluno novo na escola, já se mobiliza para que ele seja integrado à rotina. Sempre foi ótima aluna, mas agora vai feliz e motivada para as aulas”, orgulha-se.

MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTO

Santo André inovou na formatação dos Conselheiros Mirins, ao dar voz e voto aos estudantes da rede pública municipal que, além de levantarem possíveis demandas e cobrarem a inserção de seus interesses na peça orçamentária do município, passam a conhecer as esferas da gestão pública bem de perto. Para isso, são agendadas visitas monitoradas a órgãos como a Prefeitura, Câmara municipal, Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Conselho Tutelar, Conselho Regional de Assistência Social (CRAS), entre outros.

De acordo com o secretário de Educação, Gilmar Silvério, a iniciativa integra uma concepção de educação transformadora, que aposta na emancipação e participação cidadã. “Esse processo de eleição dos conselheiros, discussão das questões na escola, visita à Prefeitura e conversa com o prefeito fortalece as crianças, seu espírito crítico e prepara para encarar os desafios futuros com mais ousadia, além de valorizar a importância da democracia para o País”, reforça.

Dessas visitas, as crianças extraem conhecimentos que são compartilhados com todos os alunos da escola que, mais tarde, multiplicam a disseminação de informações com sua comunidade.

Giovani conta que participou de uma visita ao Consórcio Intermunicipal, presidido pelo prefeito de Rio Grande da Serra, Gabriel Maranhão, e conheceu os prefeitos das sete cidades que formam o Grande ABC (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). “Lá nos explicaram como são definidos os objetivos comuns a serem trabalhados pelas cidades e como tudo funciona. Participei, também de oficinas sobre o combate à dengue, no Parque Escola de Santo André, e aprendi várias técnicas para evitar a multiplicação dos mosquitos”, anima-se.

Emilly também conheceu o CRAS e o Conselho Tutelar e foi orientada a como proceder em caso de violência sexual ou doméstica. “Fomos a palestras que nos mostraram a importância de denunciar os agressores, além dos tipos de violência a que podemos ser submetidas. São informações muito importantes que pude repassar para meus amigos e minha família”, garante a aluna.



Prefeito Carlos Grana com conselheiros mirins

FOTOS: DIEGO BARROS/PMSA



Para o coordenador de programas da gestão democrática da Secretaria da Educação de Santo André, João Wagner Sussai, integrar os alunos à gestão pública reforça a ideia de que a palavra deles tem peso. “Eles se sentem ouvidos e atendidos pela administração. Ver que uma demanda eleita por eles foi contemplada é uma grande vitória e faz com que, cada vez mais, eles ampliem o olhar no sentido de buscar novas soluções para sua escola e para o entorno dela”.

Exemplo disso, segundo ele, foi a solicitação das crianças de uma creche localizada no bairro Jardim Las Vegas, constataram que uma praça, nas proximidades, precisava de manutenção. “Elaboraram um pedido de capina, manutenção no playground, instalação de lixeiras, e a Prefeitura atendeu. As crianças perceberam que não é brincadeira. Que suas percepções e necessidades estão sendo respeitadas”, reforça João. ■

O futuro dos Conselheiros Mirins

Para 2016, João sinaliza a retomada do OP Criança. “Este ano foi reservado para a prestação de contas. Para o ano que vem, retomaremos as plenárias com o intuito de elencar as prioridades que serão executadas em 2017/2018”. Outra iniciativa que deve se repetir, segundo o coordenador, é o encontro de Conselheiros Mirins, realizado neste ano em Paranapiacaba, que reuniu cerca de 1,2 mil alunos em atividades e oficinas, com foco na formação dos Conselheiros Mirins.



Linguagem de sinais agora é lei

FOTOS: LUDIMILA VENÂNCIO

O curso de Libras será incluído na grade curricular das escolas municipais de Teresina

• Veneza Macauba

Para facilitar a comunicação entre alunos com deficiência auditiva e toda a turma de estudantes, o curso de Língua Brasileira de Sinais – Libras foi adotado como disciplina transversal nas escolas municipais de Teresina – Piauí, na região norte. Sancionada pelo prefeito Firmino Filho, em setembro de 2015, a lei nº 4817/205 visa a capacitar professores e profissionais da área da Educação, além de habilitar todos os alunos a utilizar a linguagem de sinais.

Desde 2004, a rede de ensino municipal do Piauí vem demonstrando preocupação com a inclusão dos deficientes auditivos no processo educativo e na comunidade escolar. Atualmente são mais de 800 professores, gestores e outros profissionais qualificados a atender esta demanda; ou seja, a aprovação da lei apenas reafirma a diligência do município com a inclusão social. “Para se adequar e melhorar o atendimento, a Secretaria Municipal de Educação

– SEMEC disponibilizará novas turmas para o curso básico e formação de bilíngue em libras”, explica a chefe da Divisão de Educação Inclusiva, Teresa Fortes. Segundo ela, no ano passado, 70 professores e gestores tiveram formação em nível de Libras Básico -120 horas, e Libras Intermediário - 80 horas, além do Curso de Metodologia Bilíngue para o ensino do aluno com surdez, com duração de 40 horas.

A Língua Brasileira de Sinais foi oficializada como segunda língua do Brasil, de acordo com a Lei 10.436/02, mas foi em 2005 que o Decreto Federal nº 5626 estabeleceu que alunos com deficiência auditiva tivessem direito a uma educação bilíngue, nas classes regulares. “Desta forma, eles têm o direito e precisam aprender Libras primeiramente, e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua. Portanto, a inclusão do aluno nas salas de aula se faz necessária por intermédio de um



Adultos e crianças: o ensino é para todos

professor ou auxiliar apto a ensinar”, diz ela. Embora garantida por lei, a aplicação ainda é falha, possivelmente pela dificuldade de modificar parâmetros em relação ao que se espera da escola.

Para se comunicar com o deficiente auditivo não basta apenas conhecer os sinais, suas normas precisam ser estudadas para que aconteça a comunicação. “O aluno não pode encontrar dificuldade para aprender; no entanto, pode-se dizer que é responsabilidade governamental fazer valer este direito”.

Teresina é pioneira e considerada modelo para outras cidades do Estado, com 71 salas adaptadas e recursos multifuncionais; os alunos fazem uso de material apropriado e são apoiados por intérpretes e auxiliares da Educação Inclusiva Animada. Hoje, a SEMEC conta com 291 funcionários distribuídos nas escolas, alguns deles especialistas em Enfermagem e Psicologia, o que garante todo apoio aos alunos. Para a técnica da Secretaria, Iraci Martins, os resultados são medidos a partir do monitoramento e de relatos dos auxiliares. “Estamos muito otimistas com os caminhos da inclusão nas escolas de Teresina. Cada vez mais colhemos os frutos de um trabalho minucioso, onde cada criança recebe apoio individualizado, sempre com o objetivo de torná-la totalmente capaz de acompanhar o ritmo da turma”, comenta a especialista.

Para 2016, o desafio da Prefeitura Municipal é a implantação da Escola-Polo por zonas da cidade. “O objetivo da administração é oferecer uma escola mais preparada para os alunos surdos de uma mesma região, com professores, instrutores e intérpretes”, diz Teresa Fortes, explicando que o melhor direcionamento do Projeto Político Pedagógico da escola para esses alunos contemplará o desenvolvimento da interação com outros surdos e ouvintes. “Neste contexto, a inserção da disciplina de Libras será fundamental”.



“Estamos muito otimistas com os caminhos da inclusão nas escolas de Teresina”

A lei municipal é de autoria de vereador Ricardo Bandeira, que menciona a inserção de libras nas escolas municipais visando ainda à capacitação de profissionais nas repartições públicas municipais e nas agências bancárias. A fiscalização será feita pela Gerência de Serviços Urbanos, a fim de monitorar o cumprimento da lei; porém, livres de penas e multas, conforme sugeriu o vereador, o intuito é romper barreiras da desinformação, preconceito e falta de estrutura, construir uma sociedade facilitadora, na qual o deficiente auditivo exerça a cidadania em sua plenitude.

A propósito, está em Teresina a escola mais bem sucedida na avaliação do Enem. ■

Por uma infância mais saudável

Projeto educacional estimula agricultura familiar no Rio Grande do Sul

• Marianna Fanti

Com 4.171 habitantes – segundo dados do último censo do IBGE realizado em 2010 –, o município de Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul, possui quatro escolas municipais – com 346 alunos, e economia baseada no plantio agrícola de tabaco. Porém, há três anos, devido à conscientização dos malefícios do uso de agrotóxicos, muitos produtores migraram para o plantio de laranja e produção de leite.

Em meio a este cenário, onde a maior parte das famílias subsiste da agricultura familiar, no início do ano passado a escola municipal Frei Henrique de Coimbra, localizada no povoado de Campo do Açoita – zona rural, aproximadamente 13 km distante do Centro da cidade –, Antonio Paulo Rodrigues, diretor e pedagogo com especialização em supervisão e orientação escolar, idealizou o projeto Alimentação Saudável, Consumo Sustentável, desenvolvido com apoio da Prefeitura municipal – recebendo ano passado o troféu Prêmio Gestor Público, realizado pelo Sindifisco-RS.

O objetivo da iniciativa é conscientizar a comunidade local sobre o consumo de uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos, e mais rica em valores nutricionais. Para cumprir este objetivo, o diretor contou com a ajuda da comunidade escolar, para a criação de uma horta. Todo processo passou pelas mãos dos 50 alunos do ensino fundamental – 1º ao 9º ano, que foram parte indispensável do projeto, desde o preparo da terra, passando pela semeadura e finalmente a colheita dos mais de dez tipos de hortaliças, plantados no terreno da escola, tudo sob orientação de um professor. “Como todos são filhos de agricultores eles já estão acostumados a fazer essas práticas em seus terrenos, mas, agora aprenderam como fazê-lo de forma mais saudável e sustentável”, afirma Antonio. Couve, brócolis, repolho, alface, beterraba, cenoura, cebola, tomate, mandioca, batata doce, entre outros, estão entre os alimentos que foram colhidos em abril último, em quantia suficiente para suprir a demanda dos alunos da escola Frei Henrique, durante todo o ano letivo de 2015, deixando ainda excedente de milho e cebola. ▶

FOTO: ANTONIO PAULO RODRIGUEZ

Os 150 alunos da escola municipal Tancredo Neves, localizada no centro da cidade, também foi beneficiada pela gorda colheita da escola Frei Henrique, e pôde receber ao longo do último ano hortaliças como alface, couve, repolho, entre outras. “Aderimos ao projeto e estamos produzindo em nossa própria horta, alface, repolho, cenoura, beterraba e mudas de temperos. Mas, como não temos tanto espaço para plantio, o que produzimos mal dá para nossos alunos; por isso, a ajuda da escola Frei Henrique foi tão providencial”, explica Simone Rovani, diretora da escola.

Assim como a ‘Tancredo Neves’, as demais escolas municipais aderiram ao projeto após ver o êxito da experiência da escola rural Frei Henrique, e também por incentivo da Secretaria de Educação, que cede a infraestrutura necessária para o projeto, como maquinário para roçar o terreno, carro para levar o adubo até a escola, técnico agrícola e nutricionista.

Além de incentivar práticas saudáveis no cultivo, o projeto ainda tem o objetivo de mudar hábitos alimentares. “Na hora da merenda, por exemplo, começamos a implementar, aos poucos, legumes e verduras no prato dos alunos e a aceitação foi muito boa”, conta Antônio. No lugar de agrotóxico, geralmente usado para afastar as ervas daninhas, o projeto sugere a realização da capina, e para afastar os insetos, o uso de receitas naturais preparadas com arruda e tabaco em corda. “Na nossa plantação não usamos adubo químico, coletamos esterco de um estábulo vizinho e transformamos em adubo orgânico”, diz o diretor. Todo processo é realizado com a supervisão de um agricultor, um professor de técnicas agrícolas e uma nutricionista. Além da conscientização, esta iniciativa ainda reduz os gastos da Prefeitura com a compra de merenda. “Não quisemos pegar os alimentos da Prefeitura para evitar gastos, uma vez que temos o terreno e a possibilidade de produzir por nós mesmos”, relata Antônio. Também faz parte do projeto o resgate de plantas e chás medicinais para substituir o uso de remédios, e o plantio de mudas de temperos. “Plantamos 15 tipos de ervas medicinais, entre elas guaco, alecrim, arruda, boldo, etc, e algumas mudas de temperos, como salvia, alecrim, manjerona, etc. Tudo que é feito na prática é estudado em sala de aula”, explica o diretor, complementando que futuramente a ideia é distribuir gratuitamente essas mudas para as famílias dos alunos. ■

Aplicação do projeto em outros municípios

De acordo com o tesoureiro da Prefeitura, Ivonir Santolin, este projeto é fruto de parceria entre o poder público e a comunidade escolar. “Os municípios que tiverem necessidades semelhantes, e quiserem implantar uma iniciativa similar, devem apenas verificar quais produtos estão na lista dos mais consumidos pelas escolas, e começar o trabalho”, resume.



FOTOS: ANTONIO PAULO RODRIGUES



A horta cabe em qualquer lugar



Diminuindo a evasão escolar

Na capital baiana, programa Agente da Educação capacita universitários para manter estudantes nas escolas da rede municipal de ensino

• Gil Luiz Mendes

Fabiana Gomes tem 28 anos e é moradora do bairro Pau da Lima, considerado um dos mais violentos de Salvador. Entre as ruas José Guilherme de Morães e Jaime Vieira Lima, fica a escola municipal Roberto Correia. É ali que a estudante de Pedagogia tenta mudar a realidade do local, por meio de um projeto que busca aproximar a comunidade e as famílias dos estudantes da escola.

Junto com mais 359 universitários, Fabiana faz parte do Programa Agente da Educação, lançado em julho de 2015. A ação visa a aumentar a frequência dos alunos na rede municipal de ensino, por meio de uma maior interação entre escola, família e comunidade, na rotina dos jovens. Com a missão de ouvir e acolher as necessidades dos alunos e levar essa demanda às unidades de ensino, os agentes trabalham durante 30 horas semanais em 85% das 440 escolas administradas pela Prefeitura.

Segundo o secretário de Educação de Salvador, Guilherme Bellintani, o abandono escolar na cidade é entre 3% e 4% por ano, o que equivale a cerca de quatro mil crianças fora das salas de aula. Para não deixar esse número crescer, foi necessário criar uma ação que detectasse quais são os motivos das ausências e, ao mesmo tempo, pudesse levar de volta os estudantes para o ambiente escolar. De acordo com IHA - Índice de Homicídios na Adolescência de 2012, feito pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República junto com a Unicef - Organização das Nações Unidas para a Infância, a capital da Bahia é a terceira do País com mais assassinatos de jovens. Para Bellintani, incentivar as crianças a permanecerem na escola pode ajudar a diminuir a incidência de crimes na cidade. “Salvador é uma cidade muito pobre, com índices de violência muito elevados. Lógico que não é o aluno do ensino fundamental o gerador da violência, mas, quanto maior o abandono escolar nessa fase, maior a tendência de projeção futura do esfacelamento social”, diz. Buscando reverter essa situação, a Prefeitura capacitou

estudantes de Pedagogia para trabalharem nas escolas, com ações que vão de atender os pais dos alunos na escola ou na própria residência, até desenvolver ações educativas e culturais dentro do espaço de ensino. “Para mim, como aluna de Pedagogia, está sendo uma experiência sem tamanho participar do Programa. A gente pode ver de perto a parte administrativa e interação da comunidade na escola. Está sendo muito gratificante”, revela Fabiana.

VIZINHOS DA ESCOLA

Para ser um agente da educação, o candidato precisa estar matriculado em um curso superior de Pedagogia e ter disponibilidade para trabalhar durante manhã e tarde. A preferência é por universitários que residam no mesmo bairro onde ficam as unidades de ensino. “O agente é um membro da comunidade, que conhece a história do local e que, muitas vezes, é até ex-aluno da escola. Nós entendemos que o universitário é uma referência naquele local, por ser exemplo de alguém que conseguiu vencer na vida e quem sabe, no futuro, ele possa até vir a ser professor nessas escolas”, explica o secretário.

Fabiana diz que fez parte de outros projetos em Pau da Lima e, por isso, já conhecia alguns pais. Mas, a partir do momento que eu me tornei agente, muitos já apontam e vem conversar sobre os filhos”, conta Fabiana.

A ação participativa dos agentes dentro da comunidade também é algo celebrado por Aline Duarte, gestora da escola municipal Cabula I. “Por serem conhecidos, os agentes trazem as famílias para junto da escola e são potencializadores das ações que nós já desenvolvemos”, explica. A iniciativa é voltada para pais e alunos, mas, de acordo com o secretário de Educação, outras pessoas do bairro acabam se envolvendo no projeto. “O trabalho é muito novo, mas, já envolve toda uma rede local. A gente hoje já vê donos de mercadinhos no bairro participando da escola, com algo que seja necessário em um determinado momento”, explica.

360

agentes

Reduzir em
50%

a evasão escolar nos próximos três anos

4 milhões
de investimento ao ano



FOTO: AGEKOM/DIVULGAÇÃO

INVESTIMENTO QUE VALE A PENA

Mesmo ainda não tendo completado um ano de atividades, o Programa Agente da Educação já é comemorado como algo que deu certo. Para colocá-lo em prática, a gestão municipal fez uma experiência em 11 unidades, durante oito meses. Entre agosto de 2014 e junho de 2015 foi verificada nessas escolas uma diminuição de 60% no abandono escolar. A meta da prefeitura de Salvador é que em três anos a evasão escolar do município seja reduzida em 50%. Serão investidos R\$ 4 milhões por ano para a execução do projeto. Atualmente, a rede de ensino soteropolitana tem 142 mil estudantes, sendo a terceira maior do País. “A gente só vai aferir dados objetivos após as matrículas para o ano letivo de 2016, mas, os resultados subjetivos são muito bons. A notícia de um agente visitando uma casa para fazer o acompanhamento do aluno tem impacto muito grande na comunidade. Eu costumo dizer que é a escola ganhando pernas e indo para perto das famílias. A gente não imaginava que isso fosse acontecer em um prazo tão curto”, explica Guilherme Bellintani, frisando que a maior participação dos pais e dos alunos dentro do ambiente escolar é o resultado mais positivo que a gestora da Cabula I verificou após a implantação do Programa. “O índice de infrequência aqui caiu para mais de 60%, e aumentou o número de famílias que participam de forma mais ativa das questões da escola”.

“Eu costumo dizer que é a escola ganhando pernas e indo para perto das famílias”

COMPARTILHANDO A INICIATIVA

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento de 2012 elaborado pelas Nações Unidas, o Brasil tem a terceira maior taxa de evasão escolar dentre cem países analisados. No País, um em cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental abandona a escola antes do final da última série.

A ideia do Programa Agente da Educação pode ser copiada ou ampliada em outras regiões brasileiras, embora cada região ou comunidade tenha suas próprias características. Porém, desde já o exemplo de Salvador pode ser levado a outros lugares. “A ideia é ótima, mas, tem que ir de acordo com a realidade de cada cidade, e é só no dia a dia que vai se desenvolvendo a forma de trabalhar”, opina Fabiana Gomes.

O secretário de Educação de Salvador garante que o investimento vale a pena, tendo em vista que o custo-benefício é muito grande. “É um valor pequeno diante do impacto que tem nas escolas. Estamos registrando tudo que está sendo feito e fazendo um processo de formação contínua junto aos agentes. Já temos capacidade de exportar tudo que está sendo realizado em Salvador para outros lugares”, resume. ■

Mogi das Cruzes, nota "A" em Educação

Reconhecida pela boa gestão, a Rede Municipal de Ensino é referência no estado de São Paulo

• Veneza Macauba

Situada na região metropolitana de São Paulo, acaba de ser avaliada como altamente efetiva. É que o município obteve nota 'A' na primeira apuração do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os resultados são referentes a 2014, mas o empenho da gestão acontece há sete anos, período em que foram investidos mais de R\$110 milhões, com a entrega pela Administração de 53 novas creches e escolas e cinco Cempres - Centros Municipais de Programas Educacionais, afora mais 12 creches e um Cempre, que ainda estão em construção, que serão entregues até 2016. Mogi das Cruzes destaca também por oferecer

a melhor merenda do Estado de São Paulo, segundo a Ong Fome Zero e o Governo Federal.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O indicador é inovador e foi lançado em outubro 2015, com o objetivo de monitorar a eficácia da gestão política pública de 664 cidades paulistas. A apuração, feita anualmente, avalia o desempenho concreto de sete índices e 150 quesitos nas áreas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e governança em Tecnologia da Informação.

Na solenidade de lançamento, a presidente do

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conselheira Cristiana de Castro Moraes, reafirmou o papel da instituição no controle externo das contas públicas e disse que o órgão caminha para um avanço na afirmação dos direitos relacionados à cidadania. "Ao colocarmos à disposição da população a massa de dados que dispomos, de forma organizada e conferida, em linguagem simples, galgamos mais um degrau para se consolidar os preceitos de participação popular, alcançando, de forma positiva, o pleno exercício da democracia", disse ela, ao se dirigir a uma plateia composta por prefeitos, vereadores e gestores.

AValiação

No setor Educação são avaliados o Conselho e plano municipal de educação, infraestrutura física, infraestrutura tecnológica, quantidade dos professores, qualificação dos professores, treinamento para professores, quantitativo de vagas, merenda e acompanhamento nutricional, material e transporte escolar, além de salários dos professores e calendário letivo.

O resultado positivo de Mogi das Cruzes em Educação é consequência do conjunto de ações realizadas pela Prefeitura e Secretaria Municipal de

Educação e, com estes investimentos, cerca de 15 mil alunos foram beneficiados. "Temos o orgulho de oferecer uma educação de qualidade, ratificada pela nota A do Tribunal de Contas do Estado de SP. Neste período, a Prefeitura implantou programas educacionais que mudaram a vida das nossas crianças", declara o prefeito Marco Bertaiolli.

De acordo com o prefeito, a grande dificuldade para administração era aumentar o número de vagas em creches, desafio existente para todos os gestores no Brasil. A meta era entregar 40 novas creches e escolas de educação infantil entre os anos de 2009 e 2012 e até 2016 mais 25 novas unidades. "Ampliar o número de vagas em período integral para atender, com prioridade, as mães que trabalham ou buscam uma oportunidade para se capacitar foi um compromisso que assumimos com a população de Mogi das Cruzes", frisa Bertaiolli.

Segundo ele, outro desafio era implantar o programa Escola Tempo Integral. A missão foi cumprida, pois, atualmente, 51% dos 42 mil estudantes da rede municipal - alunos da educação infantil e ensino fundamental - já estudam o dia inteiro, em 140 unidades escolares. ▶



CEMPRE

O destaque da gestão foi para a criação do Cempre, complexo educacional diferenciado que atende alunos, mas também a comunidade. A iniciativa da Prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio da Secretaria de Educação, decidiu então construir a primeira unidade no Jardim Layr, na época, uma região populosa e carente. O Cempre possui infraestrutura que prima pelo desenvolvimento sociocultural dos estudantes, com áreas de lazer, recreação, auditório, sala de música e auditório. O local pode ser utilizado pelas famílias nos fins de semana e feriados.

MELHOR MERENDA ESCOLAR

A qualidade da alimentação também é uma preocupação dos gestores. A merenda escolar balanceada garantiu ao município o reconhecimento de “Melhor Merenda Escolar do Estado de São Paulo”, pela Ong Fome Zero e Governo Federal, fator que também contribuiu para a boa nota do IEGM. O cuidado com as refeições dos alunos começa no cultivo dos alimentos, que tem origem própria da agricultura moginiana, como caqui e cogumelo champignon. Todos os alimentos são selecionados pelo departamento de Alimentação Escolar, responsável por abastecer 238 pontos da cidade e fiscalizar aplicação dos recursos neste setor. O cardápio é elaborado por um nutricionista responsável, que desenvolve dieta equilibrada e rica em nutrientes, com carnes, cereais, frutas, legumes panificação e bebida láctea. Para o período integral são oferecidas cinco refeições, e duas para o período parcial.

O TRANSPORTE ESCOLAR

Este foi um quesito que teve melhoria significativa. No transporte escolar, investimento de R\$ 10.513.000,00 aumentou a frota em quase cinco vezes durante os anos de 2013 e 2014, passando de 14 para 54 veículos próprios. Para atender às demandas rural e urbana existem mais 54 carros contratados, sendo beneficiários os alunos da Emesp, Pró-Escolar e alunos com deficiência, totalizando 9.758 estudantes.

VALORIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E DISCENTE

Falar em educação é falar de professores, pois são eles os personagens centrais no processo educativo. Portanto, a remuneração, qualificação e capacitação dos professores são alguns dos itens avaliados pelo indicador do Tribunal de Contas de São Paulo, também avaliadas como positivas, em Mogi. A cidade foi uma das primeiras do Brasil a cumprir a Lei Federal 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso. Implantada gradativamente desde 2014, prevê a composição da jornada docente para que todos tenham, já neste ano, 33,33% de seu trabalho dedicado à Hora de Trabalho Pedagógico Livre, Hora de Trabalho Pedagógico em Formação e Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo.

No município, o piso salarial de 40 horas, para professor, é superior ao previsto pela legislação. Em Mogi, o piso do professor II do Ensino Fundamental é de R\$ 5.081,38, enquanto o Nacional é de R\$ 1.917,78. Os docentes também têm benefício, como licença para elaborar teses de mestrado e doutorado. Em 2014 os professores passaram a ter a pós-graduação como primeira etapa do progresso vertical, que varia entre 5% até o limite de 18% para os que fazem doutorado. Segundo a secretária municipal de Educação, Maria Aparecida Cervan Vidal, os recursos são provenientes do Fundeb – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e usado para administração dos vencimentos dos docentes, que contam ainda com plano de carreira específico para a área, além de estatuto.

Segundo a secretária, Mogi foi uma dos primeiros municípios do Brasil a ter o plano Municipal de Educação aprovado, conforme exigia a Lei Federal nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024. A cidade possui plano bienal elaborado pelo Conselho Municipal de Educação e apoio técnico da Secretaria Municipal de Educação, o que favoreceu a aprovação do plano para os anos de 2015 e 2016. “Mogi cumpriu com nove anos de antecedência, a meta do Plano Nacional de Educação para 2024, que estabelece que o período integral seja oferecido em 50% das escolas públicas, atendendo a pelo menos, 25% dos alunos da educação básica, afirma Maria Aparecida Cervan Vidal.

Para a administração municipal, os resultados positivos e a nota A, avaliada pelo TCESP, remetem à sensação de dever cumprido. De acordo com o prefeito, o objetivo é melhorar a Educação por meio de investimento na qualificação dos profissionais, modernização, tecnologia e ampliação dos prédios, além das 12 novas escolas e um Cempre, ainda em construção, que ampliarão o atendimento em período integral ao municípes. “Estamos concluindo uma gestão em que cumprimos os compromissos assumidos com a população. A expectativa é de que esses programas gerem frutos e contribuam para o futuro da nossa cidade”, resume Marco Bertaioli.

Baseado no indicador do IEGM, o secretário de Comunicação Social do TCESP, Laércio Bispo, completa dizendo que o município tem investido com qualidade, na Educação. “Pode-se dizer que o município de Mogi das Cruzes é um bom exemplo de gestão pública no Estado de São Paulo”. ■



Creche Jundiapéba



Cempre Oswaldo Regino Ornellas

FOTO: AITCE



Cristiana de Castro Moraes,
presidente do Tribunal de
Contas do Estado de São Paulo

De Barueri para o mundo

Ação que incentiva a leitura ganha proporções mundiais em 2016

• Marianna Fanti

A história comprova que nenhuma nação conseguiu se erguer, ou reerguer-se, sem educação; porém, é de conhecimento público a defasagem que o Brasil tem com relação a essa temática. Pior é o fato de dados alarmantes comprovarem essa afirmação: 73% da população do País nunca adentrou uma biblioteca; 38% dos universitários brasileiros têm dificuldade em usar a leitura e a escrita no seu cotidiano, e 47% dos alunos que concluem o ensino fundamental não põem ambas em prática.

Usando de esforço conjunto para que sejamos um País de leitores conscientes da importância dessa prática, para nosso desenvolvimento nacional e pessoal, é que a Secretaria de Cultura e Turismo de Barueri – Região Metropolitana de São Paulo – criou o projeto Dia do Ler. Todo Dia!, realizando em abril último uma ação municipal que mobilizou 93.120 pessoas, 34,5% de sua população – 270 mil habitantes. “Quando idealizamos o projeto nossa meta era atingir 45 mil pessoas e ficamos surpresos com essa adesão”, conta João Palma, secretário de Turismo e Cultura da cidade.

A maratona inspirada no Dia do Desafio – ação realizada pelo SESC que propõe 15 minutos de atividades físicas diariamente – teve duração de 12 horas, com a proposta de que a população lesse algum texto, sem tempo ou conteúdo determinado. “Podiam ler desde uma bula de remédio, manual, até um trecho da Bíblia”, conta o secretário. O surpreendente resultado dessa ação foi fruto de uma parceria estabelecida entre a prefeitura, entidades públicas e sociedade civil (escolas municipais e particulares, empresas e ONGs – Organizações não Governamentais, para serem parceiras nesse processo. “Disponibilizamos um número de whatsapp para que as pessoas nos enviassem fotos e vídeos do que estavam lendo”, conta Palma, sobre uma das ferramentas utilizadas para contabilizar o resultado. Segundo ele, trata-se de um projeto que não requer nenhum tipo de recurso financeiro, e depende exclusivamente da capacidade de mobilização da cidade em questão.

Animada com o retorno da ação municipal, a prefeitura propôs uma mobilização nacional, realizada em outubro último. Foram enviadas cartas e e-mails para 2500 municípios brasileiros, convidando-os a participar da maratona por meio da inscrição feita no blog do projeto, www.diadeler.tododia.com

Deste total, 427 cidades se inscreveram e 292 enviaram dados comprovando o retorno e adesão da população, perfazendo um total de 1.392.000 pessoas envolvidas. “Lençóis Paulista - SP, por exemplo, instituiu por meio de decreto a data de primeiro de outubro como o Dia de Ler no município. Em Ilhéus –BA, pessoas foram ler em fren-

te a casa do escritor Jorge Amado”, relata Palma. “Mirando a utopia de tornar Barueri uma cidade de leitores, nossa Secretaria pensou: por que não nos tornamos um Estado e um País de leitores? Esperamos que outros municípios perpetuem essa ação e façam do Dia de Ler, todo dia em sua cidade”, explica o secretário.

Um dos resultados desse projeto, em Barueri, foi a criação da Casa do Ler, espaço situado na Biblioteca Municipal Eny Cordeiro, que cedeu espaço ao Centro de Formação de Leitores. “Barueri tem 11 bibliotecas com baixa frequência, e nos ressentimos com essa falta de público”, relata Palma. “Pretendemos mudar essa realidade e transformar Barueri em uma cidade de leitores”, conclui.

Empenhado na adesão do maior número de pessoas ao projeto, o município dá início à mesma campanha, agora em nível mundial, a ser realizada entre maio e junho deste ano. “Queremos envolver todas as bibliotecas espalhadas pelo mundo. Para tanto vamos iniciar os contatos com as bibliotecas, logo após e carnaval”. ■

FOTOS: JOEL COSTA/CULTURA BARUERI



De bula de remédio ao best-seller da vez: o importante é ler



FOTO: JOEL COSTA/CULTURA BARUERI

Coala

Palma diz que a preocupação em contribuir para o desenvolvimento do País, principalmente por meio da Educação, não é algo recente neste município, que há 12 anos criou o projeto Coala, programa pioneiro de leitura para gestantes que atende mulheres grávidas nas UBSs – Unidades Básicas de Saúde do município, realizado por meio de uma parceria entre as Secretarias de Saúde e Cultura. “Os agentes leem e estimulam a leitura das mulheres grávidas e, conseqüentemente, os bebês”, explica. De acordo com o secretário, existem três possibilidades de uma pessoa se tornar um leitor assíduo: a primeira é nascer em um lar onde os pais consomem muita leitura; ir para uma escola onde esta prática seja um hábito prazeroso, ou desenvolver o gosto pela leitura até os dez anos de idade.

Estratégicos, Parques Tecnológicos avançam no País

Modelo pode reunir universidades e empresas em um único espaço, com a finalidade de produzir produtos e serviços inovadores

• Robson Gisoldi

“Um Parque Tecnológico não pode ser visto como algo que ‘todas’ as cidades devem construir”. Como essa frase, Ana Abreu, subsecretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, demonstra a complexidade de um modelo de fomento à economia que reúne organizações públicas, universidades e iniciativa privada e vem ganhando representatividade em diversos municípios do Brasil. Muitas vezes aventado como bandeira de governo e solução para o crescimento econômico e geração de renda, a dificuldade de encontrar locais adequados, viabilidade logística e a demanda por parte das empresas – muitas vezes afetadas por problemas sazonais da economia mundial – barram projetos que durante anos acabam não saindo do papel.

Relativamente novo no Brasil, o levantamento mais recente sobre a situação dos Parques Tecnológicos brasileiros foi divulgado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, em 2013. O trabalho identificou 80 iniciativas de parques tecnológicos no País. Porém, muitas vezes o conceito de Parque Tecnológico acaba se confundindo com o das Incubadoras Tecnológicas. Enquanto um se baseia em um amplo arranjo produtivo e inovador de larga escala, o outro visa a gerar projetos inovadores e dar espaço e apoio para os empreendedores. Ou seja, naturalmente, a Incubadora pode anteceder a criação de um Parque.

De acordo com um estudo realizado em 2011 pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - Anprotec, em parceria com o MCTI, o Brasil tem 384 incubadoras em operação, que abrigam 2.640 empresas, gerando 16.394 postos de trabalho. Essas incubadoras também já graduaram 2.509 empreendimentos, que hoje faturam R\$ 4,1 bilhões e empregam 29.205 pessoas. O mesmo estudo revelou outro dado importante: 98% das empresas incubadas inovam, sendo que 28% com foco no âmbito local, 55% no nacional e 15% no mundial.

Segundo Ana Abreu, o Parque Tecnológico é um empreendimento que necessita de planos estratégicos para que se cumpra com o seu objetivo em relação a promover o desenvolvimento do município e da região. “Desta maneira não podemos afirmar que seja uma saída para todos os municípios, mas para aqueles que sustentam requisitos necessários para a sua consolidação”, diz. “Um empreendimento como o Parque Tecnológico necessita de requisitos específicos locais para serem implantados, como poder público local comprometido com o projeto e os marcos legais necessários; instituições de ensino e pesquisa para qualificação de mão de obra e para produção de conhecimento e setor produtivo que demande a produção de conhecimento para agregação de valores dos seus produtos, por meio da inovação”, explica. ▶

Estudo aponta eficiência nos modelos existentes

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI lançou em 2013 (último estudo do setor) uma análise do cenário atual dos parques tecnológicos brasileiros. Intitulado Estudo de Projetos de Alta Complexidade - Indicadores de Parques Tecnológicos, o documento avaliou dados de 80 iniciativas em diversos estágios, a partir de consulta a gestores das unidades em diversas localidades do país. A pesquisa avaliou os parques pelos critérios de distribuição geográfica, estágio atual de desenvolvimento, quantidade de empresas instaladas, número de empregos gerados, fontes de recursos e áreas de atuação.

Segundo o estudo, 39,7% das 939 empresas instaladas nos parques que responderam ao questionário estão situadas na Região Sul (373), enquanto 32,3% ficam na Região Nordeste (303) e 24,5% no Sudeste (230). Juntas, as regiões Centro-Oeste e Norte abrigam 33 empresas (3,5% do total). Até junho de 2013, essas iniciativas geraram 32.237 empregos, distribuídos entre institutos de pesquisa (1.797), gestão das próprias estruturas (531) e iniciativa privada (29.909). Do total de empregos nas empresas, aproximadamente 13,5% envolvem mestres (2.950) e doutores (1.098). Para o secretário Prata, o indicativo contrasta com o universo empresarial brasileiro, cujo quadro de colaboradores tem participação menos expressiva de profissionais de tal nível educacional.

Dos 80 parques tecnológicos analisados, 84% se encontram nas regiões Sul (34) e Sudeste (33), em diversas fases de desenvolvimento. O Nordeste tem quatro em operação e dois em implantação. Juntos, Centro-Oeste e Norte têm sete empreendimentos, nenhum em operação.

VIABILIDADE FINANCEIRA

O esforço conjunto das três esferas do governo e da iniciativa privada se faz presente nas três fases de desenvolvimento, embora a contribuição de cada fonte varie de acordo com o momento. O governo federal investiu 54% do total durante a etapa de projeto. No período de implantação, as esferas estadual e municipal se responsabilizaram por 92% dos recursos. Quando os parques entraram em operação, a iniciativa privada tomou frente, com 55% dos recursos.

Se somados os valores gastos nas três fases, o aporte federal de R\$ 1,2 bilhão levou estados e municípios a fornecerem R\$ 2,4 bilhões e empresas a aplicarem R\$ 2,1 bilhões.

SÃO PAULO CONCENTRA 25% DOS EMPREENDIMENTOS

De acordo com levantamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, dos 80 parques tecnológicos analisados em todo o Brasil em 2013, o Estado respondeu por 25%. Hoje existem 30 iniciativas no Estado. Seis já obtiveram credenciamento definitivo, dos quais cinco estão em operação: Parque Tecnológico de São José dos Campos - PqTec; Parque Tecnológico de Sorocaba - Empts; Parque Tecnológico de Ribeirão Preto - Supera; Parque Tecnológico de Piracicaba e Fundação Parque Tecnológico de São Carlos - ParqTec. O Parque Tecnológico de Santos - SantosTec iniciou as obras civis do empreendimento.

Os que estão em processo de credenciamento são sete. O Parque Tecnológico de Campinas da Unicamp; o Techno Park de Campinas - Techno Park e o Parque Tecnológico CPqD, na mesma cidade, estão em operação. O município vai abrigar também o futuro Parque Tecnológico do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, que está em obras. Serão credenciados ainda o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, em obras, o Parque Tecnológico de Botucatu e o Parque Tecnológico de Santo André.

São também sete os parques que têm hoje credenciamento provisório, sendo que só o Parque Tecnológico da Unvap, em São José dos Campos, está em operação, e o da Zona Oeste de São Paulo capital, já está pronto. O Parque Tecnológico Damha, em São Carlos, o de Barretos - SP e o da Zona Leste, em São Paulo, estão em obras. Existem ainda oito Parques Tecnológicos em negociação no Estado. Os de Guarulhos e Jundiaí tiveram suas modalidades migradas para Centro de Inovação Tecnológica. Os outros devem se instalar em Rio Claro, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Pirassununga e Bauru.



FOTO: FRANCISCO ROSA

Santo André definiu local de implementação

Ana Abreu

A cidade de Santo André, localizada na região metropolitana de São Paulo, escolheu o terreno de uma empresa desativada, a Rhodia Química, que ficava às margens da Avenida dos Estados - liga o município à capital -, como local que abrigará novo empreendimento. O terreno possui 8,2 mil m², sendo 5 mil m² de área construída.

O deputado estadual de São Paulo, Luiz Turco, disse que o valor inicial para o projeto será da ordem de R\$ 14 milhões, montante este que deverá ser pleiteado junto ao Estado. "Estamos apresentando este pedido agora para que ele seja incluído no orçamento deste ano por meio de emenda orçamentária", afirmou. Já a professora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC, da Universidade Federal do ABC, Dra. Anapátricia Morales Vilha, ressaltou que a instituição de ensino poderia ser um parceiro muito importante neste processo de construção do Polo. "Conceitualmente é desejável que tenha - uma unidade da Faculdade dentro do Polo -, até para atrair empresas. É o valor agregado. Além disso, a empresa que quer se instalar no Parque quer fazer isso para conversar com atores que possam contribuir e a universidade passa a ser um elemento importante, pois gera um conhecimento crítico para a empresa depois poder aplicar. Então, acho importante que estes atores estejam presentes".

Ainda segundo Vilha, a contribuição da UFABC poderia se dar em oito áreas de Engenharia, no campo das ciências naturais - química, física e biologia -, no segmento de biotecnologia, nanotecnologia, além da neurociência. ▶

O MCTI lançou em
2013
uma análise do cenário atual dos parques tecnológicos brasileiros e avaliou dados de
80
iniciativas em diversos estágios

Exemplos semelhantes pelo mundo

O Parque Industrial de La Plata, província de Buenos Aires - Argentina, teve em sua consolidação inicial uma administração puramente pública; foram vendidos os lotes e passou a ser uma organização mista (público/privada). Agora é somente privada, uma vez que toda a propriedade é pertencente a empresários. Os proprietários são associados. Portanto, quem administra o local é um profissional contratado, que age com independência.

O administrador do Parque, Hugo Pérez, destaca que a criação do empreendimento gerou um aquecimento imobiliário no começo da atividade, pois muitos queriam participar para ter benefícios com a compra de imóveis. Um segundo ponto positivo foi a valorização do entorno. O representante relatou que para se construir com eficiência um parque industrial são necessárias diversas avaliações, como a possibilidade de se ter fontes de energia suficientes e constantes, como gás e energia elétrica com capacidade suficiente para suportar a atividade das empresas, além de boa estrutura de comunicação, vias de acesso em condições de suportar o tráfego atual e futuro.

O Polo Tecnológico de Navacchio - Itália, abriga a maioria dos parques - 31 unidades de quase todas as regiões italianas. A instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento econômico por meio da inovação. Reúne 600 empresas intensivas em tecnologia e 170 centros de pesquisa e desenvolvimento em áreas diversas, como biotecnologia (usada especialmente na agricultura, ciência dos alimentos e medicina), nanotecnologia (o estudo de manipulação da matéria numa escala atômica e molecular), genômica (que estuda as informações hereditárias de um organismo as quais estão codificadas em seu DNA), além da tecnologia da informação e comunicação, energias renováveis e bioconstrução (conceito de construções sustentáveis).

O Polo de Navacchio realiza especialmente serviços qualificados para o desenvolvimento tecnológico de pequenas e médias empresas, por meio de um modelo de participação integrado entre empresas, universidades, técnicos de gestão empresarial, de finanças e de tecnologia. A unidade favorece a qualificação e a valorização das empresas perante o mercado de forma complementar, mantendo uma estrutura de gestão leve, por meio de uma série de empresas subsidiárias.

FOTO: ADENIR BRITTO

O que um município precisa fazer para começar a pensar em um projeto de criação de Parque Tecnológico?

Ana Abreu destaca que a política pública do Governo do Estado de São Paulo, intitulada Sistema Paulista de Ambientes de Inovação, conduzida pela Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado exige os seguintes requisitos para que um município pleiteie apoio à implantação do projeto. Possuir uma incubadora de empresa de base tecnológica em funcionamento e credenciada na Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; um Centro de Inovação Tecnológica, credenciado na Rede Paulista de Centro de Inovação Tecnológica; uma área de no mínimo 200 mil m² e um projeto urbanístico básico. "No Estado, os empreendimentos são muito recentes e não temos ainda uma avaliação de insucesso. Mas, poderá acontecer, uma vez que são ambientes muito complexos e que exigem investimentos de capital humano e financeiro vultosos. O processo de implantação e consolidação dos Parques exige ações permanentes e uma estreita relação com o desenvolvimento econômico e social", avalia a representante do Estado, Ana Abreu. ■

Áreas do conhecimento atendidas pelos parques tecnológicos credenciados no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos

Confira:

- Acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade para pessoas com deficiências
- Aeronáutica
- Agroindústria
- Agroindústria Alimentícia
- Águas e Saneamento Ambiental
- Automação
- Bioenergia
- Bioprocessos
- Biotecnologia da Reprodução
- Controle de Resíduos de Medicamentos
- Cosméticos
- Eletro metal mecânica Automobilística
- Energia
- Equipamentos Médico-Hospitalares
- Equipamentos, Serviços Especializados em Engenharia Não-Rotineira e Química
- Fármacos
- Genética Animal
- Gerontologia
- Inovação e Gestão
- Instrumentação Eletrônica
- Inteligência de Mercado
- Logística
- Materiais
- Mecânica Fina
- Mecatrônica
- Meio Ambiente
- Metalografia
- Metalurgia
- Métodos Quantitativos
- Metrologia
- Microeletrônica
- Nanotecnologia
- Óptica
- Pastos e Manejo
- Pesca
- Petroquímica
- Plásticos
- Porto-Indústria
- Produtos Florestais
- Produtos Naturais da Fauna e Flora
- Qualidade em Produtos Cárneos e do Leite
- Raças de Corte e de Leite
- Rastreabilidade
- Saúde
- Setores Financeiro, Industrial, Corporativo e de Administração Pública
- Simulação e Modelagem
- Software
- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Tecnologias Sociais
- Telecomunicações
- Têxtil e Moda

Gestores públicos em foco

Prêmio nacional do Sebrae incentiva políticas públicas para pequenos empreendedores

•Marianna Fanti

Nacionalmente conhecido e reconhecido por fomentar pequenos empreendedores, o Sebrae nacional estimula, há 14 anos, o apoio e a desburocratização dos pequenos negócios, por meio do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, que premia iniciativas consolidadas de políticas públicas, que apoiam esse tipo de atividade. “É um processo que se autoalimenta; afinal, esses gestores querem ser reconhecidos por suas políticas públicas, e, conseqüentemente, essa premiação estimula novas práticas”, comenta a gestora estadual do prêmio no estado do Rio de Janeiro, desde 2011, Carina Ferraz. A 9ª edição do prêmio nacional acontecerá em maio próximo, em Brasília.

O processo começa com a inscrição das prefeituras no portal do prêmio (www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br), por meio do preenchimento de um formulário eletrônico, e cada município pode se inscrever em até duas categorias. Posteriormente, os projetos inscritos passam pelas seguintes fases: inscrição, habilitação - verificação da assinatura do prefeito e envio de uma foto do gestor, com finalidade de atestar o conhecimento do mesmo com relação ao projeto inscrito e desenvolvido, pré-seleção, visitas técnicas e julgamento.

O prêmio é dividido em oito categorias: Melhor Projeto - premia projetos de desenvolvimento de pequenos negócios locais de qualquer natureza que apresentem resultados provenientes de ações estruturadas e sistêmicas. Nessa categoria é avaliado o conjunto de ações; Implementação

e Institucionalização da Lei Geral - observa o processo de institucionalização e implementação da lei federal pelos municípios do estado em questão: dos 92 municípios do Rio de Janeiro, por exemplo, 73 têm a lei implementada, ou seja, aplicada efetivamente; Compras Governamentais de Pequenos Negócios - municípios que comprovam por meio dos projetos inscritos, que consomem do pequeno fornecedor; Desburocratização e Formalização - diz respeito à melhoria no atendimento da prefeitura junto aos pequenos negócios; e Pequenos Negócios no Campo - atendimento e apoio da prefeitura aos pequenos negócios rurais.

Nesta edição foram criadas três novas categorias: Inovação e Sustentabilidade - analisa projetos e resultados nos quesitos inovação e sustentabilidade; Municípios Integrantes do G100 - premia projetos contidos na lista dos cem municípios com até 80 mil habitantes, porém com baixa renda per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica; e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária - observa as melhorias nas práticas de vigilância sanitária.

Vale ressaltar que cada estado tem autonomia para organizar seu próprio calendário. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as inscrições se encerraram em outubro último, e a cerimônia de premiação será realizada no mês de março. Dos

63 municípios inscritos, 56 foram habilitados e apenas 29 - com 37 projetos -, receberam a visita técnica. Porém, desses, apenas oito serão premiados, um em cada categoria, ou seja, o número de premiados varia de acordo com a quantidade de categorias. A gestora estadual do prêmio atribui essa redução - do número



de inscrito para o número de projetos aptos - ao processo de evolução do prêmio, que a cada edição fica mais competitivo. “Percebemos um envolvimento maior dos municípios a cada ano que passa, bem como uma melhora na qualidade nos projetos apresentados”, afirma. O Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor é uma iniciativa extremamente consolidada no estado fluminense, uma vez que 99% dos municípios já se inscreveram, ao menos uma vez, desde sua criação, em 2001.

Em São Paulo, as inscrições se encerraram em agosto último, e a cerimônia de premiação será realizada também no mês de março. Foram inscritos 423 projetos, de 301 prefeituras e, desses, apenas 292 projetos, de 257 prefeituras foram habilitados, mas, apenas 32 projetos, concorrem às oito categorias. “Esta foi a edição com maior número de projetos inscritos”, atesta José Roberto Rodriguez Silva, coordenador estadual do prêmio desde 2001. “Este prêmio é extremamente importante para os pequenos empreendedores, porque quando um prefeito participa é porque desenvolveu um projeto que vai ao encontro dos anseios desse público”, completa.

JULGAMENTO

Alguns estados, como o Rio de Janeiro e São Paulo, optaram por terceirizar os órgãos que realizam a fase de pré-seleção dos prêmios. Há cinco edições, a realização deste processo passou a ser feita pelo IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, no Rio. “Optamos por esta medida para que o prêmio seja cada vez mais imparcial”, afirma a gestora do prêmio. Em contra-

partida, em São Paulo é a FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que faz a análise dos projetos inscritos, desde a sétima edição do prêmio.

Mas, as peculiaridades de cada estado vão além, pois, afinal, as comissões julgadoras também são compostas por diferentes membros. A comissão do Rio, por exemplo, é composta por 12 integrantes entre jornalistas, membros de universidades, sociedade civil e instituições. “Não temos nenhum membro do Sebrae/RJ na comissão julgadora, justamente para garantir a imparcialidade e isonomia da avaliação”, explica Carina. Já em São Paulo, essa comissão é composta por três integrantes, gerente e coordenador da unidade de políticas públicas e o coordenador estadual do prêmio.

PREMIAÇÃO NACIONAL

As premiações estaduais funcionam como uma espécie de pré-seleção para a etapa nacional, que é bianual. Cada estado envia oito finalistas para disputarem a final nacional, que irá premiar 12 prefeituras na categoria Melhor Projeto - uma por região brasileira, e outras sete prefeituras, respectivamente às demais categorias. “Rola uma competição interestadual; o Rio, por exemplo, está concorrendo pela terceira vez à categoria Melhor Projeto”, revela a gestora do estado fluminense. Os prefeitos empreendedores rodam o Brasil passando suas experiências para outros municípios, e, inclusive, recebendo visitas de outros prefeitos. ■

José Roberto Rodriguez Silva, coordenador estadual do prêmio em São Paulo



FOTO: ACERVO PESSOAL



FOTO: ANDRÉ TELLES

Carina Ferraz, coordenadora estadual do prêmio no Rio de Janeiro

A democratização da informação

Iniciativa do TCE-RS promove transparência pública nos portais de esferas públicas do estado

• Marianna Fanti

Nos últimos dois anos, aproximadamente 25% dos municípios do Rio Grande do Sul receberam o prêmio Boas Práticas da Transparência na Internet, criado em 2014 pelo Tribunal de Contas do RS. Isso representa um total de 123 municípios premiados, somente em 2014. O objetivo desta iniciativa é estimular os gestores a cumprir as exigências ligadas à transparência e aperfeiçoar os processos de comunicação com a sociedade.

Na segunda edição do prêmio, realizada em outubro último, foram premiados gestores de 60 Legislativos municipais e 76 Executivos, totalizando 136 portais (13 a mais do que no ano anterior), que estão em conformidade com as Leis de Acesso à Informação e Responsabilidade Fiscal - LAI, disponibilizando, portanto, suas informações de maneira correta à sociedade. Os premiados receberam um diploma de menção honrosa e um selo digital do TCE-RS, que fica estampado na 'home' dos sites no período de um ano. Porém, este prêmio pode ser revogado, caso as informações exigidas deixem de ser exibidas no portal de forma atualizada.

A premiação é resultado de avaliação realizada nos sites dos Executivos e Legislativos gaúchos. A última pesquisa (2015) abordou 88 itens de controle, constantes em 22 critérios, por meio dos quais é verificado o cumprimento das Leis de Acesso à Informação e de Responsabilidade Fiscal, pelos gestores públicos. As normas obrigam o Poder Público a disponibilizar informações de interesse da coletividade, em especial sobre a administração dos recursos públicos, de modo a contribuir com a participação da sociedade no controle da gestão pública. Os dados da última pesquisa foram coletados entre os dias 1º de julho e 14 de agosto de 2015.

Uma das organizadoras da premiação e auditora do TCE-RS, Elisa Cecin, explica que foram incorporados novos critérios nessa edição, que passou a estabelecer parâmetros de avaliação

ainda mais rigorosos. A divulgação de diárias (gastos com viagens para outras cidades), bem como das prestações de contas e dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal são exemplos dos novos quesitos. Entre os itens que receberam avaliação mais criteriosa estão os relativos ao registro de repasses ou transferências, dados específicos sobre o acompanhamento de programas, ações, projetos, obras e transparência ativa das informações sobre licitações e contratos. Segundo Cecin, o principal objetivo desse prêmio é estimular a população a usar os instrumentos da LAI e sensibilizar os gestores públicos a disponibilizarem os dados da administração em ambientes virtuais.

CAMPANHA

O prêmio Boas Práticas da Transparência na Internet foi criado em paralelo ao surgimento da campanha Transparência, faça essa ideia pegar, como forma de incentivar maior transparência nos portais dos Legislativos e Executivos municipais. Porém, esse estudo já era feito anteriormente, para fins fiscalizatórios, com base nas Leis de Acesso a Informação e Responsabilidade Fiscal, pelos auditores do TCE-RS. "O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul automaticamente avalia todos os municípios. A partir disso, os que estiverem de acordo com as normas exigidas são contemplados", explica Cecin. Por este motivo, não há como os gestores se inscreverem para concorrer. "O Prêmio é uma forma de reconhecer os esforços dos gestores municipais do RS em favor da transparência ativa e, também, uma forma de incentivo em uma competição virtuosa. Desde que passamos a conferir o selo de qualidade aos portais destacados, vários gestores passaram a se esforçar mais para obter a mesma distinção do Tribunal. Isto é muito positivo e quem ganha é a população", afirma Cezar Miola, presidente do TCE-RS. ▶



Elisa Cecin,
auditora do TCE-RS

FOTO: RENATO PEDROSO LAURIS

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorre da seguinte maneira: um grupo de aproximadamente 20 auditores do TCE-RS dedica-se exclusivamente à análise de 497 portais do Executivo, e outros 497 portais do Legislativo, durante um mês e meio. De acordo com a coordenadora do projeto, foi possível notar uma evolução tanto no número de portais premiados, como no cumprimento às normativas. “De forma geral notamos uma evolução este ano, porque a transparência é uma questão cultural, e em 2015 tivemos um aumento por parte dos portais no cumprimento dos quesitos: ‘receitas e despesas’ e ‘licitação e contratos’”, afirma Cecin.

Em contrapartida, despontam entre os quesitos menos atendidos aqueles que dizem respeito ao ‘patrimônio público’ (veículos e imóveis utilizados pelos órgãos públicos), ‘recursos humanos’ (listas dos servidores, cargos e salários), e o quesito ‘diárias’ (valor pago para aos servidores – prefeitos e vereadores - se deslocarem de uma cidade para outra quando há necessidade de representar o município em eventos). A coordenadora ainda analisa que, neste ano, mais prefeitos e presidentes de câmaras municipais procuraram o TCE-RS, a fim de adequar-se a estes quesitos estabelecidos.

SELO PARA FARROUPILHA

A exemplo de tantos outros (Porto Alegre, Novo Hamburgo, Canoas, Picada Café, Passo Fundo, Venâncio Aires), o município de Farroupilha destacou-se na última edição do prêmio entre as dez cidades que mais pontuaram no RS, marcando 91 pontos, sendo o total de cem.

Entre as ações que lhe renderam o selo estão a divulgação de cargos e salários; gastos em diárias; contratos das licitações; acompanhamento em tempo real do orçamento (empenhos, liquidações, pagamentos), entre outras. “Este selo revela um novo jeito de governança no Executivo Municipal, que busca excelência na transparência de seus atos. Em última análise, é a tranquilidade administrativa diante de seu cliente mais importante, o contribuinte”, afirma Claiton Gonçalves, prefeito de Farroupilha. Ainda sobre a importância de um portal da transparência bem atualizado para os munícipes, e para a própria Prefeitura, o chefe do Executivo reitera: “Esse reconhecimento cria um vínculo de transparência extrema entre as duas partes, pública e privada. Um canal que possibilita ao contribuinte acompanhar onde são gastos e investidos os recursos repassados por ele, por meio de impostos e tributos”.



FOTO: REPRODUÇÃO

Portal da Prefeitura de Farroupilha

COMO MONTAR UM PORTAL

Basta que a prefeitura e/ou câmara municipal de qualquer município do estado adeque as informações constantes em seus portais aos 22 critérios (vide box) estabelecidos pelo TCE-RS, todos eles baseados nas Leis de Acesso à Informação e Responsabilidade Fiscal.

Sobre as ‘adaptações’ que a administração farroupilhense teve de colocar em prática, para ser agraciada com este selo, Gonçalves conta que quando assumiu a Prefeitura, em 2013, as informações não eram divulgadas e o portal era fictício. “Desta forma o município teve que criar a ferramenta, se adaptar com a mudança e estabelecer um novo método de trabalho, prestando a informação correta à comunidade”, diz.

A Lei de Acesso à Informação prevê que os órgãos públicos criem um serviço físico de informações ao cidadão, além de realizar audiências públicas e divulgação do acesso às informações. Por este motivo, durante sua gestão, Gonçalves criou locais e canais de comunicação entre o cidadão e a Prefeitura Municipal, uma forma prática e facilitada de acompanhar os atos públicos realizados. “Entre eles podemos destacar o Escritório da Cidade, local físico que recebe as demandas da comunidade; a ouvidoria online, através do portal da transparência, e a criação do Centro de Atendimento ao Cidadão – CEAC, local na área central de Farroupilha, amplo e confortável, que abriga secretarias e órgãos de atendimento direto ao público”, frisa o prefeito.

Além dessas ferramentas, a prefeitura de Farroupilha estuda a possibilidade de implementar um aplicativo de celular nos moldes do ‘Urbotip’, canal que poderá ser usado através de aparelhos celulares para apontar sugestões, melhorias e outras demandas da comunidade. “O Portal da Transparência é sem dúvida uma ferramenta segura e fundamental para a governança municipal. Além de representar uma gestão limpa e transparente para toda comunidade de Farroupilha, temos a certeza que os serviços são prestados com mais segurança e agilidade”, resume o prefeito. ■

Critérios avaliados pelo TCE-RS

- 01 Pedido de informações por meio da Internet
- 02 Relatório de pedidos de informação
- 03 Informações organizacionais
- 04 Registro de repasses ou transferências
- 05 Registro de despesas
- 06 Registro de receitas
- 07 Relatórios da transparência da gestão fiscal
- 08 Informações sobre licitações e seus editais e resultados
- 09 Informações sobre contratos celebrados
- 10 Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras
- 11 Administração do patrimônio público - imóveis
- 12 Administração do patrimônio público - veículos
- 13 Recursos Humanos
- 14 Diárias
- 15 Publicação de respostas a perguntas mais frequentes
- 16 Ferramenta de pesquisa
- 17 Canal de Comunicação com o Cidadão (“fale conosco” - Ouvidoria)
- 18 Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais
- 19 Instrumento normativo local que regulamente a LAI
- 20 Serviços e atividades de interesse coletivo - Executivo
- 21 Serviços e atividades de interesse coletivo - Legislativo
- 22 Controle externo - Legislativo

Prêmio Gestor Público

Prêmio valoriza iniciativas públicas no Sul

•Marianna Fanti

Numa iniciativa da categoria dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual, representados pelo Sindifisco-RS-Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado e pela Afisvec - Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais, foi criado em 2002 o Prêmio Gestor Público, com a finalidade de avaliar e dar reconhecimento público aos melhores projetos das administrações públicas municipais do Rio Grande do Sul. Neste ano, mais de 80 prefeituras inscreveram 170 projetos para a 14ª edição, realizada em outubro último. “Procuramos ações executadas por gestores que tragam resultados positivos para as respectivas comunidades, não importa o tamanho ou a verba do município, importa o resultado positivo”, afirma Virgínia Baldessarini Cano, diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas do Sindifisco-RS e coordenadora do PGP. “Entendemos a administração pública como uma prestadora de serviço do estado”, completa.

Segundo ela, podem participar do prêmio, representantes do Legislativo e Executivo municipais, autarquias, fundações municipais e economias mistas.

PROCESSO DE ESCOLHA

As inscrições para o prêmio são realizadas pelo site do PGP (www.premio_gestorpublico.org.br). É necessário que cada órgão indique um responsável técnico pelo projeto, contendo descrição, objetivos, atuação, etc. Serão aceitos apenas projetos que estejam em andamento. Após encerrado o prazo para inscrição, um comitê técnico fará seleção inicial, no qual cada projeto inscrito é validado ‘in loco’ por auditores, que têm a função de verificar se o produto apresentado corresponde à realidade.

Feita essa triagem, os auditores serão submetidos ao crivo de um comitê técnico. Importante ressaltar que esse comitê, bem como os

auditores, não julgam nenhum projeto; eles apenas farão os indicativos técnicos sobre cada projeto. Esta função fica a cargo da comissão julgadora composta por representantes de 13 órgãos distintos: Assembleia Legislativa do Estado; Banrisul - Banco do Estado; Ajuris - Associação dos Juízes; PGQP - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade; membro da imprensa, indicado pela ARI - Associação Rio-grandense de Imprensa; membro da classe empresarial, indicado pela Fecomércio - Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado; Famurs - Federação das Associações de Municípios; Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos; Sefaz - Secretaria Estadual da Fazenda; Afisvec e Sindifisco-RS. “Este ano foram inscritos 170 projetos; apenas 12 foram premiados e mais de trinta receberam a ‘Menção Honrosa’, outra forma de reconhecer a importância do projeto, que poderá ser reinscrito futuramente”, explica a coordenadora. “Neste percurso nos deparamos com muitas coisas bonitas, e dá dor no coração saber que muita coisa não será devidamente reconhecida”. ▶

FOTO: IMPRENSA FISCO/RS



VENCEDORES

São avaliadas quatro categorias dentro do prêmio: troféu 'Prêmio Gestor Público Especial' - que agracia apenas um projeto, levando em consideração os quesitos inovação e criatividade; troféu 'Categoria em Destaque' - entregue ao projeto de destaque dentro da temática da edição - este ano foi 'Proteção à Infância e à Adolescência'; troféu 'Prêmio Gestor Público Tecnologia da Informação' - beneficia apenas um projeto e o troféu 'Prêmio Gestor Público' - entregue a outros dez municípios, além da 'Menção Honrosa', entregue a municípios vencedores do 'Prêmio Gestor Público' em edições anteriores, porém que continuaram com os projetos em execução, e ainda apresentaram melhorias.

O grande vencedor desta edição foi o município de Farroupilha, que recebeu o troféu 'Prêmio Gestor Público Especial', com o projeto Educação Digital no Fazer Pedagógico. O prefeito Claiton Gonçalves destacou a importância dos gestores públicos estarem atentos para novas tecnologias e formas de comunicação. "Somos a única cidade do Rio Grande do Sul que oferece formação aos docentes durante a própria jornada de trabalho. A implantação desta iniciativa dá condições ao professor para que estimule o aluno a criar novos modelos digitais, despertando a criatividade e melhor desempenho frente as tecnologias", diz o prefeito.

"Cumprimos os prefeitos que se dispõem a participar desse prêmio, pois eles sabem que passarão por uma auditoria, e mesmo assim se expõem a uma vitrine", explica Virginia, ressaltando ainda a melhoria nos projetos apresentados e, conseqüentemente, da administração pública do estado.

A coordenadora do prêmio afirma que foi uma grata surpresa premiar projetos com tamanha qualidade, além de apontarem o 'dedo na ferida' de uma série de problemáticas sociais. "Percebo que hoje existe uma categoria de servidores e gestores políticos que querem fazer ações que atendam às demandas sociais, e para isso não precisa de tanto recurso financeiro", disse a diretora do Sindifisco-RS. "Na minha opinião, servidores públicos, como eu, deveriam entender que nossa profissão é o nosso patrimônio".



FOTO: IMPRENSA FISCO/RS

Os premiados do ano

Educação digital no fazer pedagógico

Responsável por creditar à Farroupilha o troféu 'Prêmio Gestor Público Especial', o projeto foi implementado no município pela Secretaria de Educação em 2014. A iniciativa, que beneficia 27 escolas municipais das áreas urbana e rural, 600 professores e 6.600 estudantes, tem como objetivo oferecer formação continuada em inclusão digital aos docentes, auxiliando-os a utilizar, com autonomia, as mídias digitais.

Valesca Domingues de Cezero, coordenadora de Tecnologia Municipal e Educacional do Município de Farroupilha, conta que idealizou o projeto em parceria com outras professoras da rede municipal de ensino durante uma pesquisa realizada para o curso de pós-graduação da UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A proposta era realizar um planejamento de formação que tratasse sobre conhecimento tecnológico dos professores, resultando no projeto Educação digital no fazer pedagógico, que foi apresentado à Secretaria de Educação do município, que comprou a ideia e a imple-

mentou. "Os professores alegavam que não tinham acesso aos cursos de informática, em função dos preços exacerbados, e à falta de tempo, por conta da carga horária de aulas", conta Valesca. Então, com base na Lei nº 11738/2008 (que institui o aproveitamento de 1/3 da carga horária dos professores com atividades e formação), o município instituiu em 2014 o Núcleo de Apoio Tecnológico de Farroupilha, também chamado de N@TFAR.

Os cursos, com duração de seis meses, iniciaram-se no primeiro semestre de 2014 e tiveram seu conteúdo baseado nos módulos da formação do ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional, do MEC - Ministério da Educação. "Entre nossas metas estão a inclusão social e auxiliar os professores a usar com autonomia as mídias digitais", afirma a coordenadora. "Desde 2014 atingimos 90,4% de todos docentes da rede municipal de ensino". Apesar desse resultado, Cezero conta que, a princípio, houve resistência por parte de alguns professores com receio de não conseguir aprender, ou dúvida sobre como aliar tecnologia e ensino. "Hoje, percebemos uma grande adesão por parte dos professores, que não só criaram blogs, como publicam conteúdos didáticos nas redes sociais para interagir com seus alunos", conta. Antes mesmo do sucesso do projeto, outros municípios do RS já haviam procurado Farroupilha por conta dessa iniciativa. "Esse prêmio validou todo apoio, dedicação e persistência dos nossos professores", resume a professora. ■

Implantação do PGP no estado de São Paulo

Criadores do Prêmio Gestor Público, o Sindifisco-RS e a Afisvec já levaram a experiência e implantaram o prêmio no estado do Paraná, e há dois anos vêm dialogando com as respectivas entidades em São Paulo e Pernambuco. "É preciso gente disposta, com formação e que compreenda o prêmio como uma terceira via para ajudar a sociedade civil", explica Virginia. A REPÚBLICA entrou em contato com o Sináfresp - Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo que, por meio de sua assessoria de imprensa, informou o "interesse do sindicato em desenvolver projeto semelhante em São Paulo; porém, ainda não foi definida data para isso".

Tecnologia, vira 'arma' para aumento de arrecadação em municípios

Sistema de execução fiscal eletrônica aprimora a cobrança de débitos e tornando-a mais ágil

• Robson Gisoldi

Em um passado não tão distante, a imagem que marcou categoricamente a gestão pública brasileira apresentava um cenário de mesas de escritório antigas, pesadas e repletas de pilhas e pilhas de papel. Esse ambiente 'pesado', que passa uma certa impressão de 'ineficiência' começa a ficar para trás com a chegada de uma série de instrumentos tecnológicos capazes de dinamizar a gestão pública no País. Dentre eles, computadores de última geração, contratação de consultores especializados e contínuos processos de benchmarking – modelo que busca analisar outras organizações, incorporar os melhores desempenhos e aperfeiçoar os seus próprios métodos – estão mudando a forma de administração as instituições.

Um exemplo é o modelo de Execução Fiscal Eletrônica, permitindo que todos os procedimentos sejam feitos eletronicamente, sem a necessidade de utilização de papéis. A funcionalidade vem proporcionando resultados expressivos a diversas regiões do país, principalmente em procuradorias municipais e estaduais nos quesitos arrecadação e celeridade.

De acordo com Alexandre Vendovelli, coordenador comercial da Softplan, empresa de tecnologia, existe um longo processo para convencer os municípios brasileiros a adotar novas tecnologias. "O desafio é grande, pois mesmo contando com fortes argumentos legais, tais como responsabilidade fiscal, renúncia de receita e até mesmo aumento de arrecadação, ainda assim não existe uma percepção clara e rápida de ganhos políticos e sociais. Investir dinheiro em um sistema que trará maior organização e transparência para os órgãos públicos gera, sim, resistência porque é muito diferente de investimentos em uma creche, em uma escola, em uma praça, por exemplo. Gera um resultado fundamental e incrível para a 'saúde' financeira do município, mas como o sistema não 'aparece visualmente', às vezes temos a impressão que o investimento se assemelha aos feitos em saneamento básico", explica o representante. ▶

Um exemplo de argumentos 'fortes' mencionado pelo especialista é o resultado apresentado em algumas cidades. Em Rio Branco, capital do Acre, a cobrança de débitos ganhou um impulso. Desde de junho até novembro de 2015, a Procuradoria-Geral do Município - PGM ajuizou cerca de R\$17,4 milhões em tributos municipais, superando os R\$16,3 milhões em todo o ano de 2014. Esse salto se deve ao modelo de execução fiscal eletrônica, pertencente ao Sistema de Automação da Justiça para Procuradorias-SAJ Procuradorias. "Por parte das áreas jurídicas não existe resistências à gestão eletrônica. Muito pelo contrário. O que percebemos é uma demanda latente. Porém, outras áreas das prefeituras, que possuem às vezes maior influência política e não percebem claramente os benefícios na solução, oferecem uma resistência em direcionar investimentos para a melhoria em gestão e consequente arrecadação", acrescenta Vendovelli. Em Rio Branco, desde a adesão à ferramenta, 768 processos de execução fiscal já foram ajuizados.

Em Florianópolis-SC e Manaus-AM, por exemplo, a arrecadação aumentou em mais de 300% após a adoção da mesma ferramenta. Santos - SP ajuizou, em cinco dias, um volume de processos que seria, normalmente, alcançado em quatro meses. Já na Procuradoria Estadual de São Paulo, a implantação da Execução Fiscal Eletrônica reduziu de nove para três anos o tempo de tramitação dos processos. Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, o prazo médio é de oito anos.

RIO BRANCO PERCEBE BENEFÍCIOS

Segundo a procuradora-geral adjunta da PGM, Márcia Alódio, a sociedade também se beneficia do avanço, já que todas as fontes de recursos que ingressam no município, direta ou indiretamente, são revertidas em prol da cidade. "Principalmente hoje, no cenário econômico atual que vive o Brasil, os municípios precisam se fortalecer institucionalmente e buscar ferramentas tecnológicas que lhes permitam, em matéria tributária, com planejamento e responsabilidade, aumentar a arrecadação própria, seja por meios administrativos ou pela cobrança judicial dos seus tributos", afirma.

A PGM Rio Branco funciona de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Acre-TJAC, que utiliza a solução SAJ Tribunais. A comunicação entre os sistemas já ocorria há dois anos em processos do Contencioso Judicial (quando há litígio). Agora, todas as ações de execução também tramitam eletronicamente entre as instituições e, por meio de uma integração existente entre o TJ e os Correios, há mais rapidez na citação dos devedores. O SAJ Procuradorias também está integrado ao sistema de gestão corporativo da Prefeitura, utilizado para agilizar serviços internos e atender aos cidadãos.

Para Márcia, a Execução Fiscal Eletrônica provocou uma mudança de paradigma nos métodos de trabalho da PGM. Da forma tradicional, a execução de ações fiscais contemplava uma série de atividades manuais, como separação e distribuição física de processos, impressão de vias e deslocamentos até o fórum para protocolação. Com a funcionalidade, os processos são recebidos e protocolados eletronicamente, dispensando locomoções e economizando recursos, já que não há a necessidade de impressões. "Com a implantação do módulo, o SAJ ficou completo, encerrando com êxito a proposta do projeto inicial", assegura a procuradora-geral adjunta.

O processo digital tornou, conforme destaca a procuradora-geral adjunta Márcia Alódio, a PGM Rio Branco uma referência em modernização, já que a solução adotada permitiu a padronização de documentos e modelos, a segurança das informações e a facilidade da consulta aos autos do processo a qualquer momento que for necessário.

Com sistema eletrônico, Santos faz cobrança de quatro meses em cinco dias

De agosto até outubro de 2015, a prefeitura de Santos contou com o sistema de Execução Fiscal Eletrônica, aprimorando a cobrança de débitos e tornando-a mais ágil do que o sistema em papel. Em cinco dias úteis foram ajuizadas 15,2 mil execuções, segundo o coordenador de Execuções Fiscais da Administração, Everton Gom. Em 2014, levaram-se quatro meses para fazer algo parecido – quase 16 mil processos. O valor ajuizado na forma eletrônica, neste ano, corresponde a R\$ 52.925.715,60.

O sistema adotado pela cidade da Baixada Santista é integrado ao usado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP e possibilita que a tramitação das ações seja feita exclusivamente online, o que representa economia de tempo e papel, além de segurança e transparência nas informações.

De acordo com o procurador-geral Donato Lovechchio Filho, este era um desejo antigo na Procuradoria. "Para chegarmos ao patamar de hoje, passamos por um processo de reestruturação. Foram feitos investimentos em Tecnologia da Informação para aquisição de máquinas e sistema de gerenciamento de processos e recuperação de créditos do município", diz. A solução escolhida foi o SAJ, a mesma adotada no TJSP e na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGESP.

O sistema, integrado às Varas da Fazenda Pública do Tribunal, possibilita a chamada execução fiscal eletrônica: todos os procedimentos são realizados eletronicamente, sem a necessidade de utilização dos processos físicos. Além disso, o SAJ Procuradorias também conta com integração com os Correios, o que permite mais rapidez na citação aos devedores. A solução elimina diversas atividades burocráticas, com os resultados sendo percebidos rapidamente, como relata a chefe da Procuradoria Fiscal - Profisc, Flávia Marinho Costa de Oliveira. "Por ser online, o SAJ dispensa atividades como envelopar, etiquetar, carimbar e ir até o fórum para protocolar as peças. Com isso, estamos ajuizando com mais velocidade". Ela ainda comenta que há expectativa de aumento da arrecadação. "O ajuizamento mais rápido rendeu um volume de execuções fiscais eletrônicas que, com os processos em papel, seria alcançado somente em vários meses. Em apenas cinco dias úteis foram ajuizadas 15,2 mil execuções", anota o coordenador de Execuções Fiscais, Everton Leandro Fiurst Gom, que compara. "Esse volume seria ajuizado, no mínimo, em quatro meses se usássemos o processo físico". Em reais, o valor corresponde a R\$52.925.715,60.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Aumento da arrecadação

Sem papéis, a economia se aplica não só ao uso deste recurso, mas no tempo com transporte de processos, coleta de documentos e retirada de cópias, por exemplo. Everton conta que, em média, são investidos cerca de 15 minutos para protocolar fisicamente um processo no fórum. Com o processo digital, esse tempo cai para cerca de 12 segundos.

Para a servidora Marcela de Oliveira Fernandes, além da celeridade, a padronização dos modelos e a facilidade de acesso às informações são resultados positivos do processo digital. Tanto o juiz quanto o contribuinte podem consultar os documentos pela internet e ter acesso às informações. O sistema ainda permite a manifestação da Procuradoria por lote, o que confere padronização e maior velocidade aos procedimentos. Chefe de seção, Marcela conta que a 'convivência' com processos físicos já desencadearam transtornos à saúde dos colegas. Ela lembra que não foram poucas as vezes em que precisou "escalar" as escadas para encontrar algum processo nos arquivos, que alcançam o teto da PGM.

COMO FUNCIONA A EXECUÇÃO FISCAL ELETRÔNICA

A Prefeitura realiza a cobrança administrativa dos impostos municipais. Por exemplo, envia o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para os donos de imóveis. Quando o contribuinte não paga o IPTU no prazo previsto no carnê, ou após os períodos dos programas de parcelamento de débitos, a cobrança é inscrita na Dívida Ativa.

Os débitos vencidos e não pagos em 2014 e inscritos na Dívida Ativa em 2015, por exemplo, serão cobrados por meio de execuções fiscais ajuizadas no Poder Judiciário, que tramitarão eletronicamente. As execuções fiscais eram feitas após a tramitação de processos físicos (autos judiciais) entre a Prefeitura e o Tribunal de Justiça. Somente para inscrever os débitos, ajuizar as execuções fiscais e citar os devedores, eram necessários meses de trabalho dos servidores.

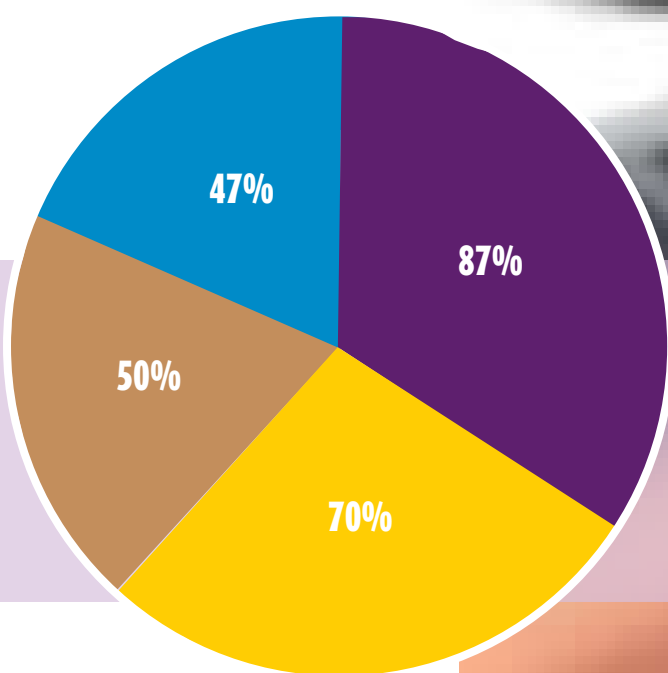
Com a adoção do sistema integrado de gestão, os processos passam a ser totalmente eletrônicos e as execuções fiscais de um exercício financeiro são feitas em algumas horas.

As petições iniciais e respectivas Certidões da Dívida Ativa (CDA) são encaminhadas diretamente do sistema informatizado da Prefeitura para o sistema SAJ Procuradorias, o qual está integrado ao TJ-SP, e transformam-se em execuções fiscais eletrônicas. O Tribunal direciona as informações para os Correios, que expedem uma carta citatória do débito para o contribuinte, indicando o prazo de cinco dias para pagar o débito, de acordo com a Lei de Execuções Fiscais.

NOVAS CIDADES DEVEM ADOPTAR O SISTEMA

Para Alexandre Vendovelli, coordenador comercial da Softplan, o processo continuará evoluindo pelas cidades do Brasil. "Neste momento os esforços estão voltados para as procuradorias municipais de São Paulo, devido ao cenário favorável e latente, consequência direta da obrigatoriedade da utilização do Processo Digital, por parte do TJSP", afirma. Em dezembro, o Tribunal encerrou o cronograma de implantação do processo digital em todo o Judiciário. Todas as procuradorias e demais órgãos devem estar aptos a peticionar eletronicamente até este mês de janeiro. "Em outras regiões, vários ensaios já foram realizados, mas a adoção depende do cenário econômico nacional e das ações de cada Tribunal estadual, os quais possuem autonomia para definição do ritmo de adoção do processo digital", conclui o especialista. ■

FOTO: SHUTTERSTOCK



Estudos da Softplan em parceria com Tribunais que usam o SAJ apontam:

- ganho na taxa de vazão dos processos (congestionamento)
- aumento na produtividade de magistrados
- mais agilidade na tramitação dos processos
- aumento no índice de atendimento de novos processos

Importante saber

• O Sistema de Automação da Justiça é o principal colaborador para a implantação do processo digital na Justiça brasileira. É adotado por mais de 30 instituições que operam no cenário da Justiça, as quais representam, em conjunto, mais de 60% dos processos que tramitam na esfera estadual brasileira.

• O SAJ é ferramenta madura que já passou por cinco ciclos de desenvolvimento e incorpora facilidades para a automatização das rotinas jurisdicionais e administrativas, que asseguram excepcionais ganhos de produtividade e otimização dos recursos de Tribunais de Justiça, Ministérios Público e Procuradorias estaduais e municipais.

• A Softplan é uma das maiores empresas do Brasil no desenvolvimento de softwares de gestão. Atualmente, suas soluções estão presentes em todos os estados brasileiros, em países da América Latina e nos Estados Unidos, fazendo a diferença na vida das pessoas. Desde 1990, a companhia atua de modo a tornar a gestão pública e privada no Brasil mais transparente, eficiente e ágil com o uso de tecnologias modernas e inovadoras. Ao longo desses anos, a Softplan se especializou no desenvolvimento e na implantação de softwares de gestão para os segmentos de Justiça, Infraestrutura e Obras, Gestão Pública, Projetos Cofinanciados por Organismos Internacionais e Indústria da Construção.



FOTOS: SMS/PMC

Bullying não é brincadeira

Curitiba sai na frente e institui projeto que combate ações violentas nas escolas do município

• Marianna Fanti

Bullying é o termo em inglês adotado para definir atos violentos, intencionais e repetidas vezes cometidos contra uma pessoa indefesa, causando danos físicos e psicológicos. Ele está inserido na sociedade como um todo, e principalmente em escolas, materializando-se por meio de brincadeiras maldosas, ou apelidos. A seriedade do assunto pode comprometer, inclusive, a aprendizagem e rendimento escolar dessas crianças em sala de aula; afinal, é sabido que obstáculos emocionais podem atrapalhar o rendimento acadêmico.

Para discutir este assunto tão sério, a CANE - Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais, da Secretaria de Educação de Curitiba, instituiu em junho de 2014 o projeto Bullying não é Brincadeira, inicialmente trabalhado em 42 escolas da rede municipal de ensino. "Este projeto foi pensado para trabalhar a aceitação à diversidade nos espaços escolares, e a cultura de respeito às singularidades", explica Elda Cristiane Bissi, coordena-

dora da CANE e uma das criadoras do projeto. A coordenadora conta que a ideia surgiu a partir de uma reunião com a secretária de Educação, por acreditarem que era possível desenvolver um trabalho com as crianças, professores e familiares.

A inserção do projeto na rede municipal de ensino se deu de maneira gradativa. A princípio a CANE desenvolveu kits compostos por cinco bonecos coloridos, confeccionados em material plástico, acompanhados de uma apostila que apresentava as singularidades de cada personagem. Lilo, Max, Nina, Teco e Lisa tornaram mais lúdica e dinâmica a abordagem do assunto com as crianças. Embora fictícios, os personagens possuem características que são facilmente encontradas no ambiente escolar. Lilo é uma criança com autismo, Teco tem deficiência visual, Lila não ouve nem fala, Max é usuário de cadeira de rodas, e devido ao tratamento de leucemia, Nina perdeu os cabelos. Cada escola que aderiu ao projeto recebeu um

kit com cartilhas, que serviram para nortear o trabalho dos professores. Porém, cada unidade teve autonomia para desenvolver as atividades e abordar o tema da forma que achou melhor. "A ideia era que os professores trabalhassem essa temática junto com os alunos de forma independente, com autonomia, e criassem atividades escolares que incentivassem essa conscientização. Isso se deu de diversas formas, como por exemplo, muros de algumas escolas grafitados com desenhos e mensagens anti-bullying, Campanhas, panfletos, bonecos, quadrinhos, etc", conta Bissi.

O lançamento do projeto contou com palestra ministrada pelo psicólogo e mestre em Educação, Marcos Meier, e a partir deste momento outras atividades fora desenvolvidas com os docentes, a fim de orientar os profissionais sobre como trabalhar as temáticas relacionadas ao bullying. Inicialmente foram distribuídos kits para 42 escolas, atingindo aproximadamente 30 mil alunos de seis a 12 anos, que cursavam do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Ano passado (2015) o projeto foi ampliado para 107 escolas, atingindo cerca de 80 mil estudantes, e, inclusive, muitas delas estenderam o trabalho para alunos do 6º ao 9º ano. "Embora o material tenha sido pensado para o público infantil, isso não impede que as cartilhas sejam trabalhadas com alunos de séries mais avançadas, como foi o caso de algumas escolas", relata a coordenadora. A meta é que todas as 181 escolas municipais sejam contempladas com esse projeto até o final deste ano, atingindo aproximadamente 140 mil alunos.

Bissi conta que a repercussão e aceitação desse projeto foi muito além do esperado. "A forma como as escolas e os professores vestiram a camisa do projeto foi inacreditável, percebemos que os alunos criaram um vínculo muito grande com os personagens e suas histórias", afirma. Houve casos de crianças que vivenciavam uma situação de apelidos e que após a inserção do projeto reportaram um movimento de mais respeito e, conseqüentemente, passaram a ir mais felizes para a escola por saber que não sofreriam bullying. Os benefícios estenderam-se até o aprendizado dos alunos, que com a autoestima mais elevada, passaram a apresentar melhora no rendimento escolar. A Secretaria ainda promoveu duas mostras itinerantes que percorreram os prédios dos órgãos públicos de Curitiba - Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação - para apresentar os diferentes materiais produzidos pelas escolas, com a temática "Bullying não é Brincadeira".

LEI FEDERAL ANTIBULLYING

Em novembro último foi sancionado o Programa de Combate à Intimidação Sistemática em todo território nacional, também conhecido como Lei de Combate ao Bullying (nº 13.185/2015). A legislação prevê que os estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas trabalhem medidas de conscientização e prevenção de combate ao bullying. "Ficamos felizes com a notícia por saber que não se trata de um trabalho só nosso, mas que é uma preocupação geral, embora tenhamos saído na frente", disse a coordenadora. ■



Como implantar um projeto municipal antibullying

Em primeiro lugar, Bissi sugere que a temática seja estudada com a seriedade que merece, e, em seguida, trabalhada junto com os professores das redes municipais de ensino. "Vimos o interesse dos docentes em contribuir para algo que melhoraria seu ambiente de trabalho. Acredito que parte dessa aceitação se deve ao fato de não termos dado uma receita pronta a eles; pelo contrário, demos autonomia para que se envolvessem com o projeto de forma criativa, e eles nos surpreenderam com a forma diversificada com que o colocaram em prática", afirma a idealizadora do projeto. Ou seja, não existem entraves burocráticos, apenas o desejo de planejar e desenvolver tal ação.

Conexão Água

Projeto da Itaipu Binacional, vencedor de prêmio da ONU, tem 29 municípios como parceiros

• Viviane Raymundi

O que um laboratório de substâncias fitoterápicas, que beneficia 24 famílias de agricultores em Pato Bragado, cidade de pouco mais de cinco mil habitantes no oeste do Paraná, tem a ver com a proteção e a recuperação dos recursos hídricos do planeta?

Para um observador distraído, pode parecer que nada, ou apenas uma iniciativa isolada para gerar renda nos recantos do País.

Mas, a produção em Pato Bragado, que pode chegar a 96 toneladas por mês de extratos fitoterápicos, é um dos muitos desdobramentos do Programa Cultivando Água Boa, da empresa Itaipu Binacional, que este ano recebeu o prêmio Water for Life, concedido pela Organização das Nações Unidas - ONU, como melhor prática de gestão de recursos hídricos do mundo. ⁽¹⁾

Implantado há 12 anos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná - Parte 3, região ⁽²⁾ que se conecta à Hidrelétrica de Itaipu, o Cultivando Água Boa já tem trabalhos em 206 microbacias da sua área de influência e está em estado avançado em 30% do seu território.

Os resultados são tão positivos, que o diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, Vicente Andreu, propôs a implantação do mesmo modelo ao governo do estado de São Paulo para recuperação do Sistema Cantareira que, sabidamente, atravessa uma crise hídrica sem precedentes.

Mas, o Cantareira não será o primeiro sistema hídrico a adotar o modelo, pois ele já serve de inspiração para projetos em vários cantos do planeta. "O modelo do Cultivando Água Boa é universal e, respeitadas as diferenças culturais, pode ser implantado nos mais diferentes contextos, como comprovam experiências de replicação já em andamento ⁽³⁾", afirma o diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu, Nelton Friedrich. Segundo ele, o programa trabalha com uma visão de sustentabilidade territorial, buscando, por meio de várias ações interconectadas, executadas de forma matricial, promover novos meios de ser, sentir, viver, produzir e consu-

mir na área de influência de Itaipu.

Outro dado importante é que o trabalho é feito a partir de parcerias. São cerca de dois mil parceiros, entre eles o poder público, organizações não-governamentais, moradores, produtores rurais, etc, e as ações são realizadas se forma conjunta e participativa. "As ações são definidas com atores locais, de acordo com as prioridades e realidade de cada município, tendo a água como elemento integrador. O que há em comum é sempre a questão da preservação dos cursos d'água", explica Friedrich.

MISSÃO INSTITUCIONAL

O Programa foi criado em 2003, quando a Itaipu Binacional mudou a sua missão institucional e incorporou a responsabilidade socioambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável da região de influência da hidrelétrica. A consequência dessa mudança foi a necessidade premente de cuidar da água.

Este "cuidar", porém, partiu do conceito de que água é matéria-prima não apenas para a geração de energia elétrica, mas também para a produção de alimentos (principal atividade econômica da região), além de ser fundamental em outros múltiplos usos, como abastecimento humano, lazer e turismo. Com isso era necessário um programa que garantisse uma água em quantidade e qualidade. A região, porém, estava bastante impactada por uma produção rural adotada há décadas, sem a devida preocupação com o meio ambiente. Muitos cursos d'água haviam desaparecido em função da retirada da vegetação para lavouras e a criação de animais, sem contar a poluição gerada pela produção de dejetos e uso de agrotóxicos.

Assim, foi criada uma verdadeira rede de proteção e recuperação de recursos da Bacia Hidrográfica com Paraná 3. Hoje, o Cultivando Água Boa agrega 20 programas⁽⁴⁾ desdobrados em 65 projetos interconectados, inspirados em documentos planetários, como a Carta da Terra, a Agenda 21 e os Objetivos do Milênio. ▶

⁽¹⁾ Em 2005, o programa já havia recebido o prêmio Carta da Terra, da Unesco.

⁽²⁾ Área de influência do programa 8 mil km² 29 municípios, 35 mil propriedades rurais 1 milhão de habitantes

⁽³⁾ Onde já há replicação Espanha República Dominicana Guatemala Uruguai Paraguai Argentina Bolívia Minas Gerais Distrito Federal Mato Grosso

⁽⁴⁾ Principais programas Educação Ambiental Gestão por Bacias Hidrográficas Gestão da Informação Territorial Saneamento na Região Plantas Medicinais Monitoramento Participativo da Qualidade da Água e Avaliação Ambiental Sustentabilidade de Segmentos Vulneráveis (indígenas, juventude, quilombolas, pescadores, coletores de recicláveis, pequenos produtores) Produção de Peixes em Nossas Águas Biodiversidade Nosso Patrimônio/ Corredor de Biodiversidade Pesquisa e Proteção às Espécies Ameaçadas

O Cultivando Água Boa já tem trabalhos em 206 microbacias da sua área de influência e está em estado avançado em 30% do seu território



FOTO: DIVULGAÇÃO

O EXEMPLO DE PATO BRAGADO

Mas, voltemos ao laboratório de extratos de fitoterápicos do município de Pato Bragado, um bom exemplo de como funciona, na prática, o “Cultivando Água Boa”. A unidade foi criada a partir de uma parceria com a prefeitura local e o projeto Plantas Medicinais, um dos 20 integrantes do Programa. Por ele, as 24 famílias de agricultores foram estimuladas a organizar uma cooperativa, que ficou responsável pela produção e secagem da matéria-prima. Após a secagem, as plantas seguem para o laboratório, onde são transformadas em extrato.

A Itaipu Binacional entrou com a assistência técnica e com parte dos recursos, enquanto a prefeitura reformou e readequou um barracão, onde foi instalado o laboratório. Outro parceiro do projeto foi a associação Produtores Associados para o Desenvolvimento de Tecnologias Sustentáveis - Sustentec, que, além de orientação, projeto técnico e parte dos recursos, também ajuda na articulação entre os agricultores, o laboratório e empresas de processamento de medicamentos fitoterápicos.

O resultado foi o aumento do valor agregado do produto. Além disso, por ter sido concebido também dentro do conceito de Arranjo Produtivo Local - APL⁽⁵⁾, que respeita a rica biodiversidade e diversidade cultural da região, o laboratório foi considerado uma estratégia essencial para a sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Paraná 3.

ETAPAS RIGOROSAS

Assim como aconteceu em Pato Bragado, o “Cultivando Água Boa” sempre vai estimular o diálogo com a comunidade e as parcerias, afirmam seus coordenadores. “O programa se desenvolve a partir de uma ampla participação corresponsável de todos os atores do território na construção, execução

e avaliação das ações desenvolvidas”, diz Friedrich.

Segundo ele, o papel das prefeituras é fundamental e sua atuação é importante em todas as iniciativas do “Cultivando Água Boa”. Friedrich explica, ainda, que o modelo do programa é único, mas há flexibilidade para a forma como é implantado.

O diretor destaca, porém, que independentemente da realidade e contexto da localidade, as etapas de implantação do programa são rigorosas, pois são fundamentais para o envolvimento das comunidades. São elas: Sensibilização, Oficinas do Futuro e Pacto das Águas⁽⁶⁾. “Somente após cumpridas as etapas de implantação é que se fala em recurso, pois, é só com o diagnóstico participativo, que se vai quantificar os investimentos e estabelecer as responsabilidades”, resume.

COMO ENTRAR EM CONTATO

A prefeitura interessada em conhecer melhor o “Cultivando Água Boa”, ou implantá-lo na sua região, deve enviar e-mail para os endereços cultivandoaguaboa@itaipu.gov.br ou itaipu@itaipu.gov.br. Normalmente, o primeiro passo é o envio de técnicos da prefeitura, para conhecerem, in loco, as ações do programa.

Depois disso é possível firmar termo de cooperação técnica para o compartilhamento com a prefeitura da metodologia do programa Cultivando Água Boa. Nesta etapa, podem ser feitas várias rodadas de capacitação, tanto em Itaipu quanto na cidade interessada.

Mas, atenção: a Itaipu não investe recursos em ações de recuperação de passivos fora da sua área de influência, ou seja, a Bacia Hidrográfica do Paraná 3. O que ela pode fazer é assumir alguns custos, como o deslocamento de técnicos para ministrar cursos de capacitação na localidade que está replicando a metodologia. ■

⁽⁵⁾ Arranjo Produtivo Local - APL - Aglomeração em um único território de agentes econômicos, políticos e sociais em torno de uma atividade econômica, que criam vínculos de produção, interação, aprendizagem, articulação, cooperação etc. O aproveitamento desta sinergia fortalece as chances de todos sobreviverem no mercado. O “Cultivando Água Boa” já tem 38 APLs.

- Oficinas do Futuro: inspiradas na metodologia do educador Paulo Freire, leva as comunidades a fazerem o autodiagnóstico e o planejamento das ações necessárias para a recuperação ambiental.

⁽⁶⁾ Pacto das Águas: compromisso firmado pelos participantes de realizar as ações de recuperação ambiental. Neste momento, os parceiros selam acordos e convênios.

- Sensibilização: são encontros com a comunidade, quando é explicado o que é o Programa e fala-se da importância das práticas ambientalmente corretas.

FONTE: ITAIPU



Após a secagem, as plantas seguem para o laboratório, onde são transformadas em extrato

Um desafio chamado sustentabilidade

Frente Parlamentar Socioambiental de Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável discute estratégias para que cada município contribua com meta da ONU para 2030

• Fernanda Bertoncini

17

objetivos sustentáveis traçados pela ONU, para 2030

O objetivo é atingir
645 cidades



Ana do Carmo



Tarcísio Secoli



Giovanni Rocco



Vera Masagão

O Uma cidade humana e equilibrada, que possibilite à população moradia próxima do emprego, mananciais protegidos, coleta de lixo reciclado, emissão de gases reduzida. Um espaço urbano que preserve o futuro com sua própria ocupação e recursos e lida com os dejetos que produz. Esse é o modelo ideal do que se convencionou chamar de cidade sustentável.

Em linha com esse desafio, foi lançada em novembro passado, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – região metropolitana de São Paulo – a Frente Parlamentar Socioambiental de Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU - Organização das Nações Unidas, com a premissa de estimular a discussão sobre o papel das regiões no processo global de urbanização, a partir do Fórum O Papel das Regiões na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Liderada pela deputada estadual Ana do Carmo, a Frente Parlamentar pretende fomentar em todos os municípios paulistas, por meio de capital de relacionamento político e social, o compromisso com o desenvolvimento sustentável focado nos 17 objetivos sustentáveis traçados pela ONU, para 2030. “A frente abre portas para apresentar ideias de projetos na Assembleia Legislativa, além de proposições de emendas ao orçamento, para que ações sejam tomadas com foco no desenvolvimento sustentável em âmbito municipal. Aqui na região do Grande ABC – que concentra Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – há muito o que ser feito. Há um grande número de pessoas morando em

área de risco, completamente degradadas, à beira das represas, e discutir providências imediatas que poderão melhorar a qualidade de vida da população é urgente e prioritário”, defendeu Ana do Carmo.

O ponto de partida foi a promoção de um fórum que reuniu em debate deputados estaduais e autoridades municipais para explicar estratégias com foco nos ODS, com a participação do secretário de Serviços Urbanos de São Bernardo, Tarcísio Secoli; Vera Masagão, membro do Conselho Diretor da ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais e Giovanni Rocco, secretário executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, entre outros.

“Queremos trabalhar as plataformas de conhecimento multissetoriais na articulação dos atores públicos, privados e da sociedade civil para a implementação das agendas locais. O objetivo é atingir as 645 cidades do Estado de São Paulo, por meio de um arranjo institucional que se comunique em rede, compartilhando conhecimento e monitorando o cumprimento dos objetivos e metas”, ponderou a deputada estadual.

Ana do Carmo também acrescentou que vê o Grande ABC como local estratégico, por condensar o Consórcio Intermunicipal – com as sete cidades da região – o parlamento regional, a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, além de universidades, pequenas e médias empresas, sindicatos de trabalhadores e empregados e organizações de vanguarda do movimento social. A ideia é levar a discussão a outras regiões do estado, numa agenda interativa, conduzida pelos 22 parlamentares que integram a frente. ▶



São Bernardo no rumo dos Objetivos Sustentáveis

O Fórum para discutir as metas internacionais estabelecidas pela ONU destacou importantes medidas que a região do Grande ABC vem adotando, com foco no médio e longo prazo. O debate, que reuniu deputados estaduais, entidades, empresas e lideranças municipais, teve como destaque as experiências realizadas em São Bernardo, cujo trabalho é coordenado pelo secretário de Serviços Urbanos, Tarcisio Secoli.

O titular da Pasta municipal detalhou que, além das ações próprias do município, o auxílio da Frente Parlamentar e de programas de distribuição de renda do Governo Federal contribuem para que o País alcance avanços no setor. “A instauração da Frente Parlamentar é extremamente positiva porque, embora o planejamento da ONU comece em 2016, já podemos pensar e discutir mecanismos que busquem um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que diz respeito ao meio ambiente e ao consumo sustentável”, avaliou.

Para Secoli, o Bolsa Família se tornou um processo rigoroso de redistribuição de renda, possibilitando que muitas famílias saíssem da miséria absoluta. “Esse e outros programas como o Minha Casa, Minha Vida, além do crescimento consistente do salário mínimo, por exemplo, faz com que o País alcance um desenvolvimento mais sustentável, uma vez que não se trata apenas de crescer economicamente, mas de evoluir”, considerou. “Em São Bernardo, estamos fazendo um trabalho vigoroso. Hoje, 8,4% do nosso orçamento são destinados à Habitação, contra a média nacional, de 0,7%”, adicionou o secretário municipal, ao destacar a elaboração de planos em questões envolvendo moradia na busca por sustentabilidade.

Melhorar a qualidade de vida da população, segundo o secretário, é uma ação contínua na busca evolutiva do desenvolvimento econômico, social e ecológico. Para tanto, São Bernardo criou o programa Drenar: “Trata-se da maior obra de combate às enchentes da história da cidade. Reduzir esse tipo de transtorno impacta justamente na vida dos mais pobres, que precisam de infraestrutura para uma vida melhor. Além disso, queremos aumentar a coleta seletiva porta a porta, além de investirmos no trabalho de catadores, a partir da criação de cooperativas. Medidas que criam oportunidades e direitos à população que, muitas vezes, está à margem da sociedade”, garantiu Secoli.

Para o secretário, entre as metas da ONU, muitas estão associadas à erradicação total da pobreza. Defendeu, ainda,

a participação da sociedade civil na busca pelo desenvolvimento sustentável. “Trabalhamos no combate à miséria e temos de pensar na erradicação da pobreza a partir da criação de empregos dignos, no uso de energias renováveis, na conscientização do uso racional de recursos naturais, sobretudo a água. Os debates dão um pontapé inicial para envolver a sociedade civil, despertar no jovem a vontade de mudar sua realidade. Somente desta forma, com toda a comunidade envolvida, com cada cidade buscando melhorias, é que o Brasil conseguirá se adequar e buscar efetivamente

EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA

O secretário-executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC, Giovanni Rocco, apresentou no encontro a atuação do setor público na criação de agenda local de desenvolvimento sustentável no período de 2015-2030, com foco no papel estratégico da cadeia produtiva de defesa. “O papel desse fórum é a construção de um ambiente onde possamos pensar a região do Grande ABC no longo prazo. E não há planejamento sem que se leve em consideração as questões ambientais. Nosso planejamento é focado em trabalho, qualificação profissional, inovação e geração de renda de forma sustentável. A agência é um grande catalizador para que as coisas aconteçam da forma mais harmônica e orgânica possível”, considerou.

Rocco defendeu o transbordamento tecnológico para integrar as indústrias de valores do Grande ABC e a estruturação de uma cadeia de defesa. “A crise, na minha visão, é o momento em que você para, pensa e se reorganiza para buscar oportunidades. É o que estamos fazendo. Acredito que o investimento em defesa possibilite transbordamentos para outras cadeias produtivas. Por exemplo, 90% da tecnologia empregada em smartphone tem origem em Defesa. Por isso, é importante detectarmos lacunas e oportunidades de fornecimento e, a partir deste diagnóstico, prepararmos a região”.

O estudo, que foi desenvolvido há dois anos, traça um ecossistema funcional, com atores sociais comunicativos e integrados, de forma a fomentar novos negócios e ampliar a capacitação regional, agregando tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, a exemplo de outros países que seguiram por este caminho e alcançaram o transbordamento de investimento em diversas áreas da economia. ■

“Trata-se da maior obra de combate às enchentes”

Confira

os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

- 1** **Erradicação da pobreza**
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2** **Erradicação da fome**
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3** **Saúde de qualidade**
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4** **Educação de qualidade**
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 5** **Igualdade de Gênero**
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6** **Água limpa e saneamento**
Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
- 7** **Energias renováveis**
Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
- 8** **Empregos dignos e crescimento econômico**
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
- 9** **Inovação e Infraestrutura**
Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
- 10** **Redução das Desigualdades**
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11** **Cidades e Comunidades Sustentáveis**
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12** **Consumo Responsável**
Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13** **Combate às Mudanças Climáticas**
Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- 14** **Vida Debaixo da Água**
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15** **Vida Sobre a Terra**
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- 16** **Paz e Justiça**
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17** **Parcerias Pelas Metas**
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

PARANAPIACABA DE VOLTA AOS TRILHOS

Vila ferroviária recebe recursos do PAC Cidades Históricas e é candidata ao reconhecimento como Patrimônio Mundial da Unesco

• Fernanda Bertoncini

A histórica vila inglesa, localizada na região sudeste de Santo André, na grande São Paulo, é o mais importante patrimônio arquitetônico “victoriano” no Brasil, decorrente da ocupação inglesa na Serra do Mar para a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, no final do século XIX.

Percorrer as ruas da vila ferroviária de Paranapiacaba é um convite a reviver o passado, imersos na arquitetura inglesa, cercados pela natureza e por uma charmosa névoa, que confere – assim como a paisagem e algumas réplicas, como a torre do relógio – ares de Londres à localidade.

Mas, a falta de investimentos na manutenção da infraestrutura de Paranapiacaba ofuscou, por muitos anos, a real beleza do destino, cenário que começa a ser alterado pela liberação de verba do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas, do Governo Federal.

No início de 2013, o prefeito de Santo André, Carlos Grana, foi a Brasília e soube que o Ministério da Cultura estaria destinando recursos para a recuperação de patrimônios históricos tombados pelo Iphan - Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Segundo o secretário de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, Ricardo Di Giorgio, para inscrever a Vila a receber os recursos para as melhorias, era necessário correr contra o tempo e elaborar um detalhado projeto de recuperação. “Em apenas 15 dias protocolamos o plano de restauro, baseado na compilação de projetos já finalizados, que estavam em análise. Em maio daquele mesmo ano, estive em Brasília apresentando o documento e falando do processo de recuperação do local. Em agosto obtivemos a resposta da aprovação culminando, mais tarde, na liberação da primeira parte dos recursos, que totalizam aporte de R\$ 42 milhões”, lembra.

RESTAUROS

As obras de recuperação da vila ferroviária estão a todo vapor. Neste ano foi concluída a revitalização da biblioteca (antiga casa do engenheiro), que teve sua fachada restaurada e ganhou uma sala exclusiva, intitulada Trilhos e Trilhas, contando a história da

estrada de ferro e de Paranapiacaba.

São cerca de mil obras entre livros, documentos históricos e filmes que retratam a trajetória e o passado de um vilarejo esquecido no tempo. Há muitos trabalhos de autores e artistas locais, como da escritora Sílvia Carrasqueira, de 92 anos, nascida e criada na vila. Ela retrata seu amor pelo lugar em diversas contribuições artísticas, como num quadro doado à biblioteca.

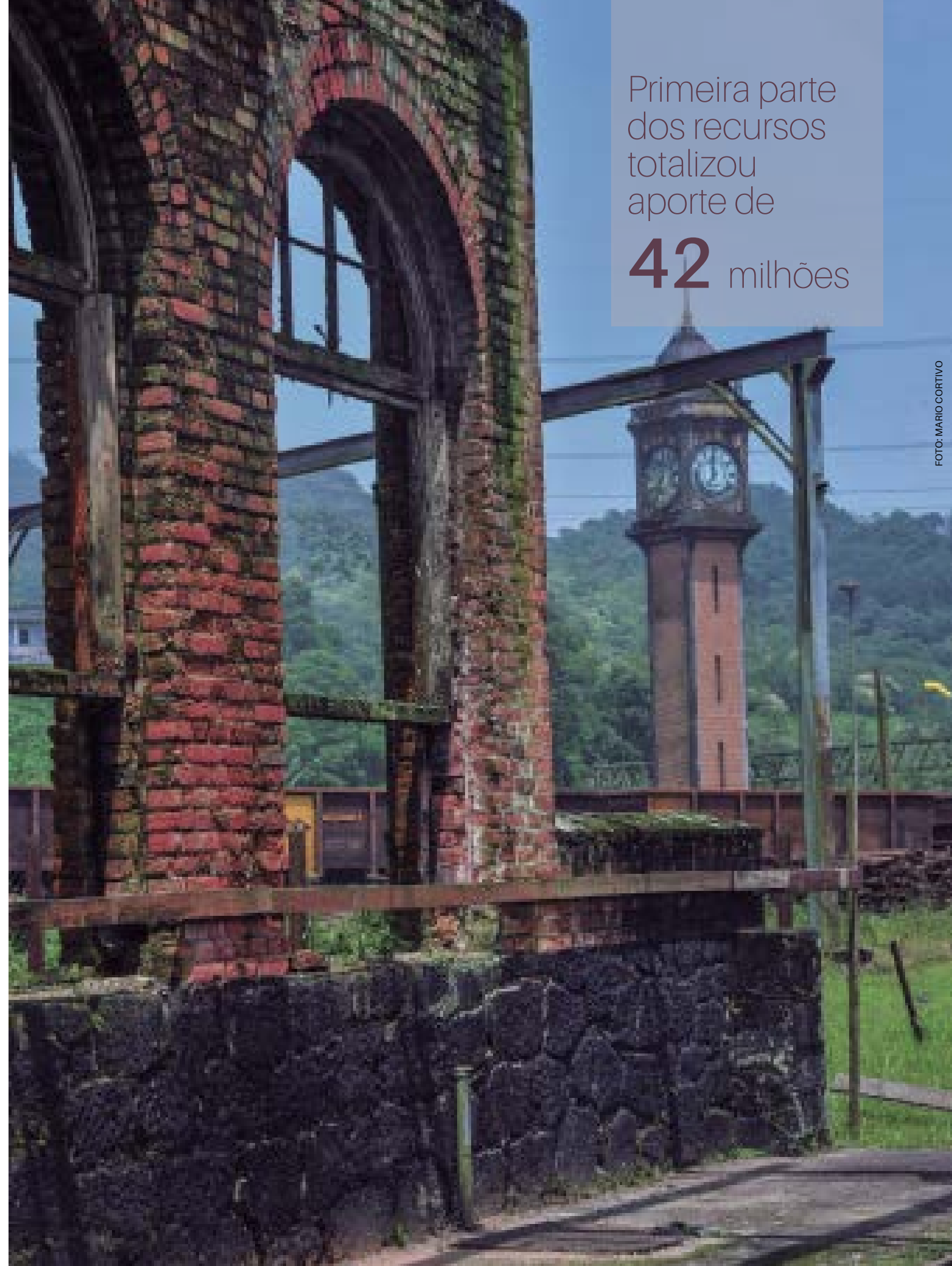
Estão em andamento, ainda, a recuperação de oito das 242 casas que serão contempladas pelo projeto, na vila Martin Smith, com intervenções como pintura, troca de assoalho, recuperação de portas e janelas e revisão das instalações elétricas e hidráulicas. Di Giorgio planeja a adoção de uma identidade visual padronizada para todas as residências da parte baixa da Vila, que são foco das reformas. Para o secretário, o ideal seria restaurar a memória original do local, que tinha casas coloridas em sua extensão. “Estamos pesquisando a aceitação dos moradores para fazermos esta adequação. Hoje, as moradias têm a tonalidade marrom, padrão que remete às cores dos vagões de trem que por aqui circulavam. Mas, originalmente, eram todas coloridas”, reforça o secretário de Paranapiacaba.

Ainda, segundo ele, estão em curso a recuperação dos galpões das oficinas de manutenção, do almoxarifado da antiga São Paulo Railway, da garagem das locomotivas, que abrigará a estação do Expresso Turístico, que liga a estação da Luz à Paranapiacaba. O bucólico passeio de resgate à cultura da Vila – testemunha de uma importante fase de expansão da tecnologia ferroviária no Brasil, na segunda metade do século XIX – tem partidas todos domingos, às 8h30, na estação da Luz, em São Paulo, ou às 9 horas, na estação Prefeito Celso Daniel, Santo André.

Além das obras já citadas, estão previstos também a revitalização do campo de futebol do Serrano Athletic Club – fundado em 1903 e considerado um dos primeiros com medidas oficiais, em todo o Brasil. No projeto estão previstas a instalação de novos vestiários e arquibancadas, além de um palco para a realização de shows e apresentações; da sede da antiga Sociedade Recreativa Lyra da Serra, que ▶

Primeira parte dos recursos totalizou aporte de

42 milhões



resgatará a sala de cinema que funcionou no local no início do século XX – também uma das primeiras em todo o País –; e uma casa na região do Hospital Velho. “A expectativa é concluir todas as intervenções em até três anos. A demora maior está na restauração dos imóveis, que implica na desocupação e no manejo de famílias para a conclusão das obras”, pondera Di Giorgio.

Para 2016, a programação prevê a entrega de do almoxarifado, que será sede do tradicional Bar da Zilda. O espaço diminuto recebe turistas e moradores, que lotam as calçadas aos fins de semana, depois de apreciar as atrações culturais e ecológicas do lugar. No novo projeto, o bar ganha um salão amplo, cozinha maior e bem equipada, banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais, além de quatro decks de madeira na área externa, que abrigarão mais mesas ao ar livre.

A comerciante e moradora da Vila, Zilda Maria Bergamini, de 59 anos, comemora a iniciativa de resgate estrutural e da memória de Paranapiacaba. “A Vila tem um imenso potencial histórico e turístico, que não vinha sendo valorizado. Ver meu bar mudar para um ambiente desses, é um sonho pelo qual luto há mais de 10 anos. Espero receber os visitantes para o Festival do Cambuci (evento típico da programação cultural local) já na casa nova”, festeja.



FOTO: MARIO CORTIVO

Secretário Ricardo Di Giorgio

Paranapiacaba: Patrimônio Histórico da Humanidade

De acordo com o secretário de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, Ricardo Di Giorgio, as obras de recuperação abriram portas para outro importante reconhecimento. Desde fevereiro de 2014, a Vila Ferroviária encontra-se na lista indicativa de bens culturais brasileiros do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-, com vistas ao título de Patrimônio Mundial. Também integram a lista o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro - RJ, e o Mercado Ver-o-Peso, em Belém - PA. “As obras do PAC Cidades Históricas nos permite recuperar a memória de Paranapiacaba e contamos totalmente com a participação e envolvimento da comunidade. Queremos ir além da reforma física e estrutural: buscamos o reconhecimento da Vila como Patrimônio da Humanidade”, destaca o titular da Pasta.

TURISMO AQUECIDO

A revitalização de Paranapiacaba provocou reflexos imediatos, impulsionando o turismo local. O fluxo de visitantes cresceu com o início dos reparos e com a conquista da candidatura da vila ferroviária a Patrimônio Histórico da Humanidade. Em 2015, até o mês de outubro, passaram pela vila cerca de 237 mil visitantes, contra 235 mil que transitaram em 2014.

Segundo levantamento realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Santo André, a promoção de Paranapiacaba como destino nas férias, feriados e as parcerias com o São Paulo Convention Visitors Bureau e emissoras de rádio impulsionaram a visibilidade do local e atraíram mais visitantes. “Com a entrega das primeiras obras previstas para 2016, esse número deve ampliar. Desde que a prefeitura de Santo André comprou a parte baixa da Vila, trabalhamos para divulgar o distrito como atração turística e fomentar a geração de renda aos moradores locais”, conclui Di Giorgio. ■

FOTO: DIVULGAÇÃO



FOTO: MARIO CORTIVO

Biblioteca, o grande orgulho da Vila



FOTO: ANDERSON PEDRO - PSA

Garagem das locomotivas



FOTO: MARIO CORTIVO

Galpão das oficinas de manutenção



Zilda Maria Bergamini

Combate à sífilis congênita

Vitória da Conquista, terceira maior cidade da Bahia, já zerou a transmissão vertical do HIV e espera repetir feito no combate à sífilis transmitida de mãe para filho

• Fernanda Bertoncini

A transmissão vertical da sífilis – doença infecciosa causada pela bactéria *Treponema pallidum* – configura um grande problema de saúde pública no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, das várias doenças que podem ser transmitidas durante o ciclo gravídopuerperal, a sífilis é a que detém as maiores taxas de transmissão. Em gestantes, sua forma congênita pode causar aborto, má formação do feto ou morte ao nascer. O teste para diagnosticar a doença deve ser feito na primeira consulta do pré-natal, no terceiro trimestre da gestação e no momento do parto, para evitar sequelas no bebê, como cegueira, surdez e deficiência mental.

Para combater o mal pela raiz, Vitória da Conquista, no estado da Bahia, uniu esforços e criou um plano de eliminação da doença, que a tornou destaque em 2014 no combate à sífilis congênita (transmitida de mãe para filho), por meio do Centro de Atenção e Apoio à Vida Dr. David Capistrano Filho - Caav. A cidade passou a contar com a descentralização do tratamento para as unidades básicas de saúde da rede municipal. A experiência consta no Caderno de Boas Práticas do Ministério da Saúde, lançado em outubro, abordando “O uso da penicilina na Atenção Básica para prevenção da Sífilis Congênita no Brasil”. Segundo a titular da Secretaria Municipal de Saúde, Márcia Viviane de Araújo, a facilitação do diagnóstico por meio do teste rápido e a manipulação da penicilina na rede básica de atendimento, sem a exigência de um médico para acompanhar o processo, otimizou a detecção e o tratamento dos casos. “Fizemos uma ampla capacitação com a equipe, envolvendo o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que deu treinamento de suporte básico de vida”, ressalta.

A taxa de incidência da doença para cada mil nascidos vivos que, em 2013 era de 3,46, e em 2014 de 2,82, recuou, em setembro de 2015, para 1,92, de acordo com levantamento da Secretaria Municipal de Saúde. No País, estudos de representatividade nacional apontam para 21.382 casos de sífilis em gestantes registrados, em 2013, no SINAN - Sistemas de Informações de Agravos de Notificação, com taxa de detecção de 7,4 por 1.000 nascidos vivos. No mesmo período, os índices de detecção por mil nascidos vivos foram de 6,9 na

região Norte, 5,3 na região Nordeste, 8,7 na região Sudeste, 7,3 na região Sul e 8,5 na região Centro-Oeste.

NOVOS DESAFIOS

Para a secretária de Saúde, a maior dificuldade não era diagnosticar e tratar a gestante, mas sim, alcançar seu parceiro, também portador da doença. “Neste contexto, o município promoveu uma grande mudança na atenção básica, ao substituir profissionais contratados por concursados. Apostamos na sensibilização do atendimento, a partir da otimização dos investimentos no setor. A estratégia culminou numa maior captação de gestantes, com 100% delas recebendo o tratamento adequado. Adicionalmente, intensificamos as campanhas educativas a cerca da patologia para sanar as dúvidas da população”, observa Márcia, que estima, em 2016, reduzir o número de casos no município a um para cada mil nascidos, aproximando-se da meta ideal do Ministério da Saúde, com taxa de 0,5 para cada mil nascidos.

Ainda, conforme dados do Ministério da Saúde, o Brasil é signatário junto à OMS - Organização Mundial de Saúde, para a eliminação da sífilis congênita nas Américas, cuja meta é atingir 0,5 caso para mil nascidos vivos até 2015. Para tanto, o País lançou o Plano Operacional para a Redução da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis. Em 2011, foi incorporado o “Plano Global para Eliminar Novas Infecções por HIV em Crianças até 2015 e Manter suas Mães Vivas”. A transmissão vertical do HIV será considerada eliminada quando atingir uma taxa de duas crianças HIV+ para cada 100 mães soropositivas.

Vitória da Conquista – que possui cerca de 343 mil habitantes e é considerada a terceira maior cidade da Bahia, ficando atrás apenas de Salvador e Feira de Santana – espera inspirar outras localidades no combate à sífilis congênita, por meio da experiência de descentralização do atendimento às unidades de saúde básica.

A iniciativa bem-sucedida traz perspectiva ambiciosa ao governo municipal: zerar a transmissão vertical da sífilis (de mãe para filho), repetindo o feito obtido ao também zerar a transmissão vertical do HIV na cidade. ■

“Fizemos uma ampla capacitação com a equipe”

100%

das gestantes recebem tratamento adequado



O triunfo da boa parceria

Considerada uma das melhores viagens do mundo, Foz do Iguaçu se destaca pela gestão integrada no Turismo

• Veneza Macauba

Privilégio, mas também muita responsabilidade é administrar a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. O município é o terceiro destino mais procurado por turistas brasileiros, despondo na frente das capitais da região sul, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Chancelado pela mídia internacional por oferecer aos visitantes uma das melhores viagens do mundo, o município recebe anualmente mais de dois milhões de turistas, nacionais e estrangeiros. A cidade, inclusive, foi premiada por “Boas Práticas no Turismo”, em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, no Índice Competitividade do Turismo Nacional, divulgada pelo Ministério de Turismo. Os grandes investimentos conduzem Foz do Iguaçu à crescente evolução, administrados pela Secretaria Municipal de Turismo – SMTU. Desde 2011, já foram investidos 80 milhões de reais junto a financiadores nacionais e internacionais.

Segundo o diretor de Desenvolvimento de Turismo, José Borges Bomfim Filho, a junção de órgãos públicos e privados tem possibilitado a realização desta grande empreitada. “Os órgãos públicos têm recursos limitados; portanto, as parcerias com instituições privadas se fazem necessárias e a captação de novos investidores tem possibilitado ações inovadoras, com resultados satisfatórios para todos. Enfim, a canalização dos esforços e união da comunidade local, em prol de um mesmo objetivo, resulta na sinergia que tem agregado pontos positivos para Foz do Iguaçu”, resume. ▶

O PAPEL DO PROFOZ

A principal ferramenta da gestão municipal é o Núcleo Integrado de Gerenciamento de Projetos - Profoz, organização que atraiu a atenção do Ministério de Turismo pela competência no planejamento, elaboração de projetos e monitoramento, além da promover a imagem da cidade para o Brasil e mundo. O Núcleo é formado pela Gestão Integrada do Turismo do Destino Iguazu, subsidiado pela Prefeitura Municipal, em parceria com Secretaria Municipal, Itaipu Binacional. O Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística Iguazu e Iguassu Convention & Visitors Bureau também são responsáveis pelo Núcleo.

De acordo com o coordenador do Profoz, Nuno Maia Areia, a missão é contribuir com o desenvolvimento do turismo no destino em todas as suas dimensões, apoiar o crescimento e fortalecimento do setor. "Os administradores buscam parceiros que participem ativamente com ideias e ações para a melhoria da cidade. Um exemplo é a Faculdade Uniamérica, onde os acadêmicos dos cursos de Arquitetura & Urbanismo e Engenharia Civil da Faculdade desenvolveram o primeiro Portfólio de Monumentos Urbanos, com projetos arquitetônicos, que será utilizado em espaços públicos, subutilizados ou depredados".

Foz tem muitos atrativos que despertam interesse não apenas de investidores, mas também empreendedores; o setor terciário é responsável por 75% da fonte de renda do município, as atividades de hotelaria, gastronômicas, transportes, comércio e serviços potencializam a o PIB do Município. O destaque é a rede hoteleira, que mantém ocupação quase completa durante todo ano. "Dos 27 mil leitos distribuídos entre hotéis super luxo e econômicos, 85% receberam hóspedes no ano passado, superando as expectativas dos administradores. 2015 foi um ano atípico; o aumento do câmbio, devido à crise econômica no Brasil, favoreceu o crescimento do turismo nacional, e também a visita de mais turistas estrangeiros devido à queda da nossa moeda," completa o diretor.

AS CATARATAS DO IGUAÇU

A grande atração de Foz do Iguazu é a singularidade de seus monumentos naturais. O cenário exuberante do Rio Iguazu se estende por 1.320 quilômetros e o desnível do terreno forma o espetáculo das 275 quedas d'água, que dão origem às Cataratas do Iguazu, a maior do planeta.

Tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1986, localizada dentro Parque Nacional do Iguazu, faz divisa com a Argentina. As Cataratas têm 19 saltos principais, três deles no Brasil e os demais na Argentina, onde está situada a Garganta do Diabo, uma profunda fenda provocada pela erosão, por onde a parte principal das Cataratas se precipita lateralmente. A Garganta do Diabo tem quase 85 metros de altura e seu formato lembra uma ferradura.

Há várias maneiras de desfrutar a região, como trilhas, passeios em botes infláveis e banho em suas cachoeiras, entre outras.

USINA DE ITAIPU

Outro rio que também se destaca mundialmente é o Rio Paraná, que abriga a Usina de Itaipú, a maior geradora de energia limpa e renovável do mundo. Ranqueada entre as sete maravilhas da Engenharia, segundo lista elaborada pela Associação de Engenharia Civil dos Estados Unidos, a usina é responsável pelo fornecimento de quase 20% de energia para os brasileiros e 75% para o Paraguai. A gigantesca Itaipu é formada por uma barragem de 7.919 metros de extensão e altura máxima de 196 metros, o que desperta o interesse de todos que visitam a região.

TRÍPLICE FRONTEIRA

O marco das três fronteiras, que deu origem à Ponte Internacional da Amizade - divisa entre Brasil e Paraguai - e Ponte da Fraternidade - divisa entre Brasil e Argentina, é o segundo destino dos turistas estrangeiros. O fácil acesso pelas cidades Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad Del Este, no Paraguai, possibilita aos visitantes a oportunidade de fazer compras em três países diferentes. O Centro Comercial de Foz dispõe de uma grande variedade de artesanato, com destaque para o artesanato local de Ñandeva, em parceria de Itaipu, que busca o fortalecimento de uma identidade trinacional na região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Os atrativos de Foz do Iguazu ainda incluem o parque das Aves, um dos maiores da América Latina, abrigando mais de 900 aves de 150 espécies. Para quem gosta de fantasia, o Museu de Cera Dreamland apresenta 16 cenários com dezenas de estátuas, que encantam o visitante e a imaginação; passeios culturais também fazem parte do tour, como o tradicional Ecomuseu, que conta a história da cidade La Aripuca, atração turística de origem indígena, em Puerto Iguazú. A cidade oferece, por fim, excelente estrutura para turistas familiares, de negócios ou para eventos nacionais e internacionais. ■

FOTO: BANCO DE IMAGENS DESTINO IGUAÇU

FOTO: BANCO DE IMAGENS DESTINO IGUAÇU

FOTO: ELAINE MOTA/SETUR Foz

PROGRAMA CINEMARK MANIA

Todo mundo ama, todo mundo quer.

BRINDES
COMBOS
PROMOÇÕES

ADQUIRA JÁ
O SEU CARTÃO
NAS BILHETERIAS
E APROVEITE.

Ingresso
gratuito

DEPOIS FAÇA SEU CADASTRO NO SITE DA CINEMARK E AINDA
GANHE UM INGRESSO PARA QUALQUER SESSÃO
DE 2ª A 5ª-FEIRA, INCLUSIVE PARA SALAS 3D E XD.

Assa e registre-se em cinemark.com.br/cinemarkmania e cinemark.com.br



[cinemarkoficial](http://cinemarkoficial.com.br)

cinemark.com.br

CINEMARK

o mais que cinema. o cinema.

